

Mariana Viterbo Brandão

**Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso:
Pousadas de D. Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro**

(1.)

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Porto
2001**

Pousadas de Portugal - Três Estudos de Caso:

Pousadas de D. Dinis, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro

Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Porto

2001

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves desejamos agradecer a coordenação do Mestrado e da disciplina de Metodologias para a História da Arte, que nos abriu perspectivas essenciais para a investigação que desenvolvemos.

À Prof^a Doutora Lúcia Rosas, os nossos agradecimentos por ter aceite a orientação da nossa dissertação, manifestando constante disponibilidade e atenção.

Agradecemos também à DREMN e ao IPPAR, tal como à ENATUR, com especial à referência à solicitude do Sr. Manuel Leiras, pelo facto de nos terem facultado alguma da documentação indispensável à realização do presente trabalho.

Aos funcionários da Pousada de Santa Maria do Bouro e Santa Marinha da Costa, um muito obrigada pela colaboração.

Pela simpatia e facilidades concedidas, agradecemos ao Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho, nas pessoas do Prof. Doutor Sande Lemos e Dr. Luis Fontes.

A título pessoal, não podemos deixar de mencionar o importantíssimo apoio que tivemos ao longo do nosso percurso por parte de Rui Braga, Claudia Garradas, Maria José Ferreira dos Santos, Paulo Oliveira, João Carreira, Elvira Rebelo, José António Nobre, Samuel Guimarães e Miguel Tomé, que de diversas formas tiveram a generosidade de nos auxiliar nesta tarefa, pelo que o resultado final deste trabalho, de certa maneira lhes pertence.

Agradecemos por último à família, que, como sempre, esteve presente, apoiando-nos em mais esta jornada.

ÍNDICE

VOLUME I

Abreviaturas	p.2
Introdução	p.3
Capítulo I	
Pousada de D. Dinis	p.6
Capítulo II	
Pousada de Santa Marinha da Costa	p.28
Capítulo III	
Pousada de Santa Maria do Bouro	p.55
Conclusão.....	p.89
Fontes Inéditas	p.108
Bibliografia	p.109

VOLUME II - Catálogo Analítico

Tomo I

Castelo de Vila Nova de Cerveira	p. 3
Convento de Santa Marinha da Costa	p. 153

Tomo II

Mosteiro de Santa Maria do Bouro	p. 388
Imagens, Índice Remissivo	p. 501

ABREVIATURAS

B.A.	Betão armado
D.G.	Direcção Geral
D.G.E.M.N.	Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
D.G.T.	Direcção Geral de Turismo
D.M.N.	Direcção dos Monumentos Nacionais
D.R.E.M.N.	Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Nacionais
D.R.M.N.	Direcção Regional de Monumentos Nacionais
G.O.P.	Gabinete de Organização e Planeamento
I.I.P.	Imóvel de Interesse Público
I.P.P.A.	Instituto Português do Património Arqueológico
I.P.P.A.R.	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
I.P.P.C.	Instituto Português do Património Cultural
M.E.I.C.	Ministério da Educação e Investigação Científica
M.E.N.	Ministério da Educação Nacional
MOBILIÁRIO D.E.	Desenho Especial
MOBILIÁRIO D.I.	Desenho Industrial
M.O.P.	Ministério das Obras Públicas
O.S.	Ordem de Serviço
P.I.D.D.A.C.	Plano de Investimentos da Administração Central
P.N.A.	Palácio Nacional da Ajuda
P.N.M.	Palácio Nacional de Mafra
R.S.E.P.	Regulamento das Solicitações em Edifícios e Pontes
S.E.C.E.T.	Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia
S.E.I.T.	Secretaria de Estado da Informação e Turismo
S.N.I.	Secretariado Nacional de Informação

INTRODUÇÃO

Quando nos propusemos realizar a presente dissertação, subordinada à vasta e abrangente área do *Património*, de imediato sentimos a necessidade de reflectir sobre o significado deste conceito e daquilo que ele actualmente representa.

Optámos por reflectir acerca de objectos patrimoniais, institucionalmente reconhecidos como tal, intervencionados na contemporaneidade, numa tentativa de perceber melhor quem, como (segundo que princípios e meios) e com que fim rege e intervenciona imóveis aos quais é atribuído o estatuto de "bem patrimonial".

Do extenso leque de possibilidades com que nos deparámos, e de modo a favorecer uma unidade temática indispensável para o tratamento do presente estudo, fomos levados a centrar-nos em três casos, que embora diversos, apresentam fortes factores comuns.

O Castelo de Vila Nova de Cerveira, o Convento de Santa Marinha da Costa e o Mosteiro de Santa Maria do Bouro, todos eles classificados e protegidos pelas entidades responsáveis pelo Património arquitectónico português foram transformados por forma a receberem uma mesma utilização: são actualmente estabelecimentos hoteleiros pertencentes à rede das Pousadas de Portugal.

Condicionados pelo factor tempo, decidimos limitar geograficamente a área estudada à região Norte, o que nos permitiu assim cobrir todas as Pousadas, denominadas *Históricas*, da referida região.

Curiosamente, outros aspectos unem estas intervenções, tal como o facto de os seus autores serem arquitectos conotados com a *Escola do Porto*, que embora não sendo consensualmente definida, traz consigo inegáveis factos que relacionam sob diferentes perspectivas os percursos de Fernando Távora, Alcino Soutinho e Eduardo Souto Moura, todos eles exercendo a sua actividade profissional a partir da mesma cidade, o Porto.

Assim, assumindo este ponto de partida, propusemo-nos clarificar quais os papéis e condutas de todos os intervenientes nestes três processos simultaneamente distintos e comuns, conduzindo a um obviamente diverso resultado final.

Debruçar-nos-emos sobre os valores que foram preservados, assim como sobre os aspectos inovadores subjacentes às três intervenções em questão.

Será por isto mesmo inevitável tecer uma série de considerações sobre o conceito de Património(s) e o que ele representa para as partes envolvidas, tal como proceder a uma análise de quais os mecanismos de acção envolvidos e de como se processa a interacção entre eles.

Foi este o desafio que presidiu ao presente trabalho, com o qual esperamos trazer novos dados à problemática subjacente a este tema.

De modo a alcançar o fim em vista, apoiámo-nos nalgumas das fontes documentais disponíveis, certamente não todas, optando, e novamente por condicionantes ligadas ao tempo de que dispúnhamos, por estudar exaustivamente as que nos pareceram mais indicadas para os propósitos acima enunciados, esperando vir a completar cada vez mais o nosso trabalho em oportunidades futuras.

Pesquisa

A investigação documental e a recolha bibliográfica que serviram ao presente estudo foram efectuadas nos seguintes arquivos e bibliotecas:

- . Arquivo da DREMN
- . Arquivo da ENATUR¹
- . Arquivos Nacionais Torre do Tombo
- . Biblioteca Nacional de Lisboa
- . Biblioteca Pública Municipal do Porto
- . Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- . Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

¹ O referido Arquivo não se encontra completo ou organizado, nem se encontra sistematicamente aberto ao público em geral, pelo que desde já agradecemos ao Arqº Vasco Bobone e Sr. Manuel Leiras a grande amabilidade de nos facultarem o acesso e reprodução da documentação disponível.

CAPÍTULO I

Pousada de D. Dinis

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Castelo de Vila Nova de Cerveira, exemplar de arquitectura militar, gótica e barroca, viu a sua construção iniciada no século XII, tendo D. Dinis durante o seu reinado (primeiro quartel do século XIV) mandado reedificar o castelo medieval e cercar a povoação de uma cinta muralhada. Sofreu uma renovação no reinado de D.Manuel e outra no século XVII, compreendendo diversas construções. Foi neste século reforçado com uma fortaleza barroca, com muros e fossos guarnecidos por quatro baluartes inteiros, um meio baluarte e três redutos, da qual subsistiu apenas um baluarte. Data também desta altura a construção da capela de N^a Sr^a da Ajuda.

Resistiu durante o século XVII ao ataque das tropas de D. Filipe IV e dois séculos depois à investida das tropas de Napoleão durante a Segunda Invasão Francesa.

Em 1844 a torre de menagem é parcialmente demolida e no ano seguinte dá-se início à destruição das portas e muralhas da fortaleza. Em 1905 os fossos são atulhados, o que comprova a perda da utilização militar do castelo, ligada à defesa da vila¹.

Na altura da decisão de adaptação a Pousada, o conjunto arquitectónico era utilizado para habitação de particulares, mantendo a sua planta oval, formada por oito torres quadrangulares desenvolvidas no perímetro exterior da muralha, conservando um troço da barbacã, com uma porta pela qual se acede actualmente ao conjunto.

Sabemos também que o conjunto fortificado sempre foi visitado por turistas nacionais e estrangeiros, como provam documentos relativos à necessidade de limpeza e conservação do local².

¹ Veja-se, por todos, ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

² Docs. 86 e 87.

2. DEBATE SOBRE O DESTINO DO EDIFÍCIO

Inicialmente, quando a DSMN equacionava a hipótese da instalação da Pousada no interior do castelo, esta opção acabou por ser considerada inadequada em virtude da elevada altura da muralha, que não permitia qualquer ponto de vista para o exterior, e também pela impossibilidade de acesso de veículos. Assim, a localização mais aconselhável seria a de instalar a estrutura hoteleira num ponto sobranceiro ao castelo, portanto no exterior, de modo a ser possível desfrutar todo o conjunto e sua envolvente.³

A Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira manifestou em 1958 a sua vontade e empenho em tornar a construção da Pousada numa realidade, alegando a inexistência de estruturas hoteleiras necessárias ao turismo, assim como a necessidade de demolir os casebres existentes e de proceder a uma limpeza ao local, que então se encontrava bastante maltratado, afastando eventuais visitantes.

Em 1970, o Ministro das Obras Públicas solicita à DGEMN os elementos informativos disponíveis e um parecer sobre a adaptação a Pousada. Desconhecemos o teor do referido parecer e da documentação enviada, uma vez que nos arquivos por nós consultados há um interregno de quatro anos em que não existe documentação disponível sobre este aspecto.

No ante-plano de Urbanização de Vila Nova de Cerveira, conduzido pela respectiva Câmara Municipal, o programa de demolições era de tal modo drástico que a cidadela passaria a estar isolada, sendo assim artificialmente posta em evidência. Esta opção é veementemente desaconselhada por um técnico da DGEMN, que sugere como contrapartida um plano de beneficiação da envolvente das muralhas, representando uma vantagem em termos turísticos e não renegando o natural prolongamento para o exterior da cidadela, portanto organicamente conseguido, e assim sendo, representando uma mais-valia⁴.

Sabemos no entanto que a hipótese foi considerada viável e passada à prática, isto porque em 1974 existia já um estudo para instalação da Pousada

³ Doc. 1.

⁴ Doc. 91.

na zona intra-muros do castelo, estudo esse que previa a ocupação do edifício dos antigos Paços do Concelho, na altura propriedade da Câmara de Cerveira, da qual o Estado pretendia a cedência de propriedade⁵, sendo que em Junho de 1974 a dita Câmara decidiu ceder gratuitamente à DGEMN o edifício atrás referido.⁶

A Direcção de Urbanização do Distrito de Viana do Castelo apoiou o estudo e concretização da Pousada, atendendo ao interesse turístico arquitectónico do conjunto fortificado e sua envolvente, à privilegiada panorâmica do local e à sua localização próxima da E.N.13 entre Porto e Valença, muito utilizada pelos turistas.

Este estudo teve como autor o arqtº Octávio Lixa Filgueiras, então professor na Escola Superior de Belas Artes do Porto, convidado pela DSMN para a recuperação do conjunto. "A realização de um trabalho desta natureza parece requerer, pela sua singularidade, características e dificuldades de que vai rodear-se, que seja entregue a um profissional muito qualificado, profundamente culto e com tendências para uma investigação e análise dos problemas arqueológicos e arquitectónicos que contém"⁷; por ter sido considerado que o referido arquitecto possuía o perfil desejado e por ter manifestado interesse em aceitar o desafio, após aprovação ministerial de 1971, o projecto de adaptação foi entregue a Lixa Filgueiras, acessorado por Alcino Soutinho e Rolando Torgo.

O contrato foi firmado com a DGEMN a 7 de Abril de 1972.

⁵ Doc. 4.

⁶ Já no que diz respeito à Igreja da Misericórdia, a cedência não foi solicitada pelo Estado, continuando assim a ser pertença da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira, sendo que a referida igreja mantém a prática do culto religioso semanalmente.

⁷ Doc. 6.

3. O PROJECTO

Conforme afirmam os projectistas na Memória Justificativa do Ante-Projecto, "...tanto as características da cidadela quanto as do próprio núcleo antigo da Vila aconselhavam um partido arquitectónico diferente do de um mero edifício - Pousada. Na verdade, o aproveitamento da cidadela poderia ser conseguido mediante criterioso aproveitamento das construções individualizadas existentes no interior desse recinto, mantendo-se o mais possível a sua feição típica, o que de resto não excluía a possibilidade de se completar os núcleos recuperados com uma ou outra construção totalmente nova. De resto, tal critério coincidia com os dos serviços dos Monumentos Nacionais, que de há mais tempo vinham considerando o caso.”.

Perante estas considerações a equipa projectista optou por um sistema de Pousada - aldeamento, que apresentava como maior inconveniente um número máximo de quartos, limitado pelas disponibilidades das velhas edificações. Para otimizar o espaço, e para que fosse possível conseguir as vinte e oito unidades localizaram-se as instalações da recepção e habitação do concessionário fora do recinto muralhado.

Além do mais, a manutenção das casas exteriores, importantes para a caracterização da entrada da Praça Forte, permitiria a resolução do remate da rua do castelo e conjunto da entrada sob a capela. Perante a impossibilidade de estacionar os veículos dos utentes no interior da cidadela, esta tarefa seria realizada pelo pessoal da recepção após a inscrição, proporcionando assim maior comodidade aos hóspedes, e permitindo uma aproximação mais interessante ao conjunto, através do sinuoso caminho que conduz às instalações para os utentes.⁸

Para a recuperação da cidadela, os projectistas tiveram em conta as suas características fundamentais. Falamos da organização em quarteirões constituídos por habitações de traça simples, dos quais se destacam duas peças arquitectónicas: a Igreja da Misericórdia (que acabou aliás por sofrer

⁸ Actualmente o transporte dos utentes e respectivas bagagens após a inscrição é feito numa viatura de pequenas dimensões, contornando-se assim o incómodo decorrente da distância entre a recepção e as instalações dos hóspedes.

danos aquando da intervenção⁹, sendo posteriormente recuperada e intervencionada pela DRMN¹⁰) e a antiga Câmara, a uma cota mais alta, ligada a um espaço vasto que estabelecia ligação à plataforma das canhoelras, de onde se podem fruir as panorâmicas sobre o rio, nomeadamente as ilhas da Boega e dos Amores ou o monte de Santa Tecla.

Para alojamento dos hóspedes foi sugerido o aproveitamento da estrutura básica do antigo aglomerado, utilizando os núcleos de habitações individuais. As instalações de convívio e apoio à Pousada situar-se-iam no edifício da antiga Câmara e os serviços e restaurante seriam construídos na zona onde se pode desfrutar a paisagem.

Uma vez que as habitações pré-existentis se encontravam em muito mau estado, a sua recuperação implicou obras profundas que permitissem garantir condições básicas de comodidade, sem no entanto lhes desvirtuarem o carácter "pitoresco". Cada conjunto apresenta um número de quartos e suítes variável, sendo que em todos eles existe uma copa de apoio.

Os espaços de estar e recreio distribuir-se-iam pelos dois pisos da antiga Câmara compreendendo duas salas de estar, uma "boite"¹¹ e um bar (no antigo espaço da cadeia), uma adega típica, uma sala de jogos, uma de televisão e um bloco de sanitários em cada piso.

O corpo do restaurante foi construído de raiz, portanto completamente novo, encostado à parede Nordeste da plataforma das canhoelras e limitando um dos blocos de habitações. Os acessos, zona de estar, zona de chegada e salão de refeições ficariam no r/c, ocupando os serviços de cozinha e copa o piso térreo elevado. No piso imediatamente inferior localizam-se os serviços gerais, compreendendo vestiário do pessoal, lavandaria, dispensa e central térmica e eléctrica.

Foi proposta a realização de uma galeria enterrada, tal como o acesso de serviço, que permitisse a ligação entre as copas extremas de todos os

⁹ Doc. 97.

¹⁰ Docs. 99, 100 e 101.

¹¹ Conforme nos foi transmitido pelo pessoal da Pousada, esta *boite* funcionou inicialmente no r/c do edifício dos Paços do Concelho, no espaço imediatamente inferior ao bar, tendo uma entrada exclusiva, garantindo um funcionamento autónomo. Por volta de 1987, a discoteca foi desactivada por não ser lucrativa e ser pouco frequentada pelos utentes da Pousada.

núcleos de quartos. Assim se garantia uma rede de percursos internos para os serviços, enquanto que os hóspedes circulariam normalmente pelo exterior, sem acompanhar as actividades de manutenção, abastecimento e limpeza.

O Ante-Projecto foi enviado ao Ministério da Educação Nacional, e recebeu aprovação do Secretário de Estado da Instrução e Cultura a 4 de Maio de 1973, ano em que as obras tiveram início. Foi também ouvida a Direcção Geral do Turismo, que deu um parecer favorável, mas não sem fazer algumas observações ligadas a aspectos funcionais, como sendo a organização da zona de apoio de serviço aos pisos de quartos e a necessidade de considerar instalações para o pessoal interno, ainda que extra- muros, a seguir à habitação do concessionário. O projecto para a Pousada-Aldeamento, a primeira do género, foi portanto aprovado com louvor pela Comissão de Revisão que o analisou: "Por parte, pois, destes Serviços apenas restará sublinhar o alto nível do trabalho apresentado, de tão singulares características, solucionando correctamente a adaptação proposta no que se refere a conceitos estéticos."¹².

Em Agosto de 1973, o Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes emite também um parecer sobre o mesmo Ante-Projecto, desta vez apontando uma série de correcções práticas, ligadas à funcionalidade e futuro funcionamento do complexo hoteleiro. Mais concretamente, são apresentados doze aspectos a corrigir, alguns pormenores de pouca monta, como o sentido de abertura das portas ou o tamanho dos monta- cargas, mas outros implicando alterações estruturais, alterando a distribuição dos espaços¹³.

Assim, e no intuito de otimizar a rentabilidade da Pousada, este organismo sugeriu a hipótese de aproveitar o primeiro andar, do bloco dos antigos Paços do Concelho para quartos, aumentando assim o seu número para trinta e dois, e por compensação deslocar o bar-*boite* para parte do r/c de um do bloco anexo ao corpo novo.

Quanto à alegação da DGT de que não se cumpria nalguns pontos o *Programa Geral de Pousadas* (isto a propósito dos aspectos que pretendia ver

¹² Doc. 10.

¹³ Doc. 11.

corrigidos), o Conselho constatou que este mesmo Programa não existia no processo, desconhecendo-se portanto o seu conteúdo, que foi no entanto considerado dispensável, "(...) porquanto em edifícios existentes especialmente nos classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público, o programa terá sempre que se sujeitar à estrutura desses imóveis e de ser adaptado especialmente para cada caso."¹⁴.

Alude ainda ao facto de o anteprojecto ser pouco explícito no que toca aos acabamentos, razão pela qual deposita a sua confiança nos serviços da DGEMN quanto à selecção dos materiais a utilizar neste aspecto da construção.

Em relação à estimativa do custo da obra, considera-o obviamente prematuro, na medida em que muitos aspectos da construção não estavam ainda previstos e contabilizados.

Finalmente, remata o documento dando também a sua aprovação e fazendo uma apologia deste tipo de intervenções: "O Conselho entende que a política de utilização para fins turísticos ou culturais dos imóveis classificados é de prosseguir, dadas as suas implicações na economia do País, traduzida na necessidade incontestável de salvar o património artístico ou histórico nacional e na vantagem de aproveitar imóveis herdados do passado, vivificando-os condignamente".

A 5 de Setembro de 1973, por despacho do Secretário de Estado do Turismo, a concessão para exploração da futura Pousada foi atribuída a Maria Laura Larcher de Brito, que nos termos da concessão passou a ter o dever de acompanhar o desenvolvimento dos estudos. Elaborou assim um relatório contendo alguns reparos e sugestões demonstrativos do ponto de vista do futuro explorador da Pousada¹⁵.

O Projecto de Arquitectura foi aprovado com dispensa de *Memória Descritiva*, por ser um desenvolvimento racional do ante- projecto, já

¹⁴ Doc. 11.

¹⁵ Não encontramos nos arquivos consultados qualquer notícia posterior relativa a este processo, mas sabemos que em Junho de 76 Maria Laura Larcher de Brito era Coordenadora do Sector dos Estabelecimentos Hoteleiros do Estado, conforme atesta o doc.17 da Ficha relativa a Santa Marinha da Costa.

explícito quanto ao critério de intervenção no imóvel, respeitando de forma lógica e objectiva os seus vários condicionamentos específicos.

Em Maio de 1976, Lixa Filgueiras pede autorização para abandonar os trabalhos, justificando esta pretensão com o facto de a sua situação oficial de então não lhe permitir levar a cabo a fiscalização das obras projectadas. Delega as suas funções a Alcino Soutinho, membro da equipa técnica adjuvante, reconhecendo a sua idoneidade e capacidade profissional¹⁶.

É actualmente a este arquitecto que se atribui a autoria do projecto de adaptação, pelo que faremos em seguida uma breve contextualização da obra produzida, de modo a permitir um melhor enquadramento da empreitada sobre a qual presentemente reflectimos.

Alcino Soutinho nasceu em Vila Nova de Gaia em 1930, formando-se em 57 no Curso de Arquitectura, então integrado na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, onde aliás iniciou a sua actividade como docente em 72.

Ao licenciar-se inicia a sua actividade em regime livre, interrompida em 61 para investigação em Itália na área de museologia. Trabalhou paralelamente na Fundação das Caixas de Previdência, elaborando até 1971 vários conjuntos de habitação económica no norte de Portugal.

Entre 72 e 75 intervencionou o actual Museu Amadeo Souza-Cardoso e Edifício dos Paços do Concelho de Amarante, obtendo o prémio AICA (Associação Internacional de Críticos de Arte) em 1984.

Adaptou a estalagem o Castelo de S. João da Foz e a Pousada o Castelo de Vila Nova de Cerveira, com o qual ganhou o prémio "Cosa Nostra" (International Federation of the Protection of Europe's Cultural and Natural Heritage) em 1982.

Entre vários outros trabalhos, destacamos ainda o edifício dos Paços do Concelho de Matosinhos (86), Estudo de Recuperação e Adaptação do Mosteiro de Tibães, em Braga (89), e Casa Museu Guerra Junqueiro, no Porto (93).

É actualmente presidente do Centro Português de Design e Assembleia Geral da Ordem dos Arquitectos, e assessor da Administração do Porto de Lisboa e do de Setúbal. É também responsável pelos projectos da Clínica Polivalente do Porto, Museu de Aveiro, Biblioteca de Águeda, adaptação da

¹⁶ Doc. 17.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto a Faculdade de Direito, Complexo Multiusos da Arrábida e vários conjuntos habitacionais.¹⁷

Voltando ao caso sobre o qual presentemente nos debruçamos, a empreitada de “Adaptação a Pousada do Castelo de Vila Nova de Cerveira” foi em Março de 1977 adjudicada à firma Jorge Pereira Lda, Lisboa, iniciando-se então os trabalhos, cuja conclusão estava prevista para 1979.

Após o início das obras surgiram problemas imprevistos ligados à natureza do solo. Uma vez que nem os autores do projecto nem os Serviços das várias entidades que o aprovaram propuseram a realização de sondagens prévias, as construções subterrâneas ficaram comprometidas pelo seu elevadíssimo custo.

Assim, o Secretário de Estado das Obras Públicas sugeriu um rápido exame do projecto, pensando “(...) num estabelecimento hoteleiro de tipo diferente, em que a par do edifício central de restaurante e serviços gerais funcionassem “apartamentos” na sua proximidade mas isolados e sem ligação directa com esse edifício central, dispensando por isso as galerias a abrir na rocha e possibilitando talvez, futuramente, um funcionamento menos oneroso da exploração do estabelecimento.”¹⁸. Para além disto, responsabilizou o grande número de técnicos e entidades que apreciaram e decidiram sobre o projecto, mas em última instância os projectistas, que não detectaram a grave deficiência, ligada à natureza do solo, naturalmente condicionante do projecto de que estavam incumbidos. Recusou portanto a elevação dos honorários a pagar à equipa de arquitectos, por esta estar ligada a uma subida dos custos totais derivados de uma deficiência de concepção.

A sugestão vinda do Ministério das Obras Públicas foi no entanto contrariada por alguns técnicos, como o Arquitecto Director da DSMN, Fernando Guimarães, que defende a solução inicial. Segundo a sua opinião, as galerias seriam “indispensáveis para a articulação funcional que decorre da adaptação do conceito de pousada do tipo aldeamento, a única, aliás, que o imóvel classificado consentia.”¹⁹.

¹⁷ Ver, por todos, Arquitecto Alcino Soutinho: A Arquitectura propõe perturbações.”Revista Municipal de Gaia”. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2000.

¹⁸ Doc. 19.

¹⁹ Doc. 21.

O Director - Geral da DGEMN é aconselhado por este técnico a obter a aprovação do orçamento adicional, que implicava um aumento do custo da obra em cerca de onze mil contos, isto porque ainda que a falha não tenha sido detectada por nenhum dos intervenientes, o empreendimento era irreversível, sendo já fora de tempo a opção pela não validade da adaptação do imóvel. O referido técnico reconheceu a sua quota parte de responsabilidade no erro, assim como da parte dos projectistas, alegando no entanto a falta de estruturas e meios humanos da DSMN capazes de responder às solicitações quotidianas²⁰. Para colmatar tais falhas, o arquitecto Fernando Guimarães sugere uma reestruturação profunda e urgente da DGEMN, que afirmou não estar em condições de exercer satisfatoriamente as suas competências e obrigações.

Após o início das obras, e uma vez que alguns elementos do projecto estavam esquematizados, foi por diversas vezes afirmada a necessidade de um maior acompanhamento dos projectistas *in loco*, tal como a apresentação de desenhos complementares, de modo a permitir um melhor andamento dos trabalhos²¹.

Registam-se desde Maio de 1978 contactos da Câmara Municipal de Cerveira à DMNR e SEOP no sentido de obter indicações necessárias ao processo de valorização da envolvente e aquisição de edifícios de apoio à Pousada, de modo a tudo estar pronto na altura da inauguração. Foram apontados como espaços carecendo de arranjos a Praça da Liberdade, Campo da Feira (local onde se situa o parque de estacionamento para os veículos dos utentes), Ruas do Cais, César Maldonado, Correios e Fontinha, antigas muralhas exteriores e fachadas de vários edifícios antigos. Foi além disto realizada a remodelação geral da rede eléctrica da Vila, procedendo-se à iluminação exterior do Castelo, compreendendo o Caminho da Ronda e respectivos baluartes.

A inexistência de infraestruturas de apoio poderia, segundo a Câmara, comprometer o sucesso turístico da Pousada, fazendo fracassar todo o

²⁰ De facto, e por nos parecer de extrema importância a análise feita por este técnico acerca do funcionamento do Serviço a que pertencia, remetemos para a parte do doc. 21 transcrita a itálico.

²¹ Doc. 22.

investimento. Além dos arranjos nos espaços anteriormente referidos, a CMVNC propôs a construção de campos de ténis e mini-golfe, posto náutico, piscinas e de uma praia fluvial.

Para realizar arranjos propostos, e uma vez que alguns deles implicavam intervenção nas zonas de protecção do Castelo e Solar dos Castros, Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público, respectivamente, foi necessária a aprovação da Comissão Organizadora do ISPCN, organismo da Secretaria de Estado da Cultura.

A Câmara adquiriu os terrenos para instalação das garagens da Pousada, cedendo-os posteriormente à DMN, e repetiu o procedimento em relação a um terreno situado na Rua do Cais²². Os projectos das intervenções a realizar nos terrenos oferecidos não foi enviado à CMVNC, que pediu uma reunião para averiguar este processo, por ter "ouvido dizer" que seria realizado um aterro, e estar em desacordo com esta opção.

A empreitada, cuja conclusão se pretendia superiormente abreviada, sofreu contínuos atrasos, motivando uma reclamação escrita em Julho de 1980 pela DGEMN à firma Jorge Pereira, onde imputava à falta de operários e ao deficiente apoio do estaleiro à obra a lentidão no desenvolvimento dos trabalhos. A DGEMN chegou a referir a delicada situação da firma perante o MOP, "...por motivos dos factos desagradáveis e francamente negativos..." que rodeavam a empreitada²³.

No decorrer da obra verificaram-se de facto uma série de erros e contratempos da responsabilidade da firma empreiteira, muitos deles significando alterações ao projecto e consequente agravamento dos custos; a pressão para a conclusão dos trabalhos motivou por vezes opções de segunda escolha, em detrimento do resultado final, conforme reconhecido pelo projectista Alcino Soutinho, por exemplo quanto ao calcetamento dos espaços exteriores.²⁴

De resto, a DSRMN reconheceu posteriormente que vários factores alheios à firma empreiteira contribuíram para a demora dos trabalhos, entre eles a falta do estudo geotécnico do local, a restrição do fornecimento de

²² Doc. 27 e des. 1.

²³ Doc. 32.

²⁴ Doc. 40.

ferro, tijolo e cimento por razões ligadas à conjuntura nacional, assim como inúmeras alterações ou omissões do projecto. Quanto a estas alterações, foram consideradas inevitáveis na medida em que só assim se conseguiu uma coordenação entre as especialidades.

Para além disto, no limite do prazo de execução da obra não existia ainda projecto aprovado e adjudicado de "Equipamento de cozinha, bar e lavandaria", o que impediu a realização dos trabalhos de construção civil, esgotos, água e electricidade. Assim, foram feitos doze termos adicionais, que resultaram num aumento de cerca de dezoito mil contos às verbas inicialmente previstas, implicando uma série de situações sem previsão prévia, o que naturalmente dificultou os trabalhos.

Motivada pelos contínuos atrasos, a CMVNC dirigiu à DGEMN em Dezembro do mesmo ano uma moção do corpo administrativo com vista à dinamização de todo o processo, fazendo referência ao ritmo irregular e lento das obras e consequente descontentamento da população de Vila Nova de Cerveira. A notícia relativa a este procedimento foi na altura noticiada na imprensa nacional, que questionou o atraso da empreitada.²⁵

A propósito desta moção, o técnico Cassiano Barbosa (arquitecto de 1ª classe) informou o Director de Serviços Regional de Monumentos do Norte acerca dos motivos justificativos do referido atraso. Apontou a inadaptação da firma empreiteira, carência de condições financeiras agravadas pelo aumento dos preços de materiais e salários, não prevenção da natureza de solo rochoso, alteração dos projectos de electricidade e mecânica (provocando um atraso de seis meses no início dos trabalhos), dificuldades na entrega de material de equipamento estrangeiro, dificuldades com a expropriação das casas exteriores e atraso na construção de um posto de transformação eléctrica da responsabilidade da Câmara. Por fim, o referido técnico reitera o interesse da DSMN na breve conclusão dos trabalhos, considerando inválida a moção apresentada, ainda que bem intencionada.

Em Janeiro de 81, o assunto foi inclusivamente levado a outro tipo de instâncias, quando os deputados António Roleira Martinho e Armando Costa,

²⁵ Pousada de Cerveira, quando fica pronta?. «Jornal de Notícias». (3 Fev.1981).

ambos do PSD, apresentaram ao Presidente da Assembleia da República um pedido de esclarecimento por parte da Secretaria de Estado das Obras Públicas sobre o não cumprimento dos prazos verificado em algumas empreitadas, entre as quais a Pousada de Cerveira. A Câmara Municipal é referenciada como denunciadora das situações negativas, o que pressupõe um contacto entre a edilidade e a Oposição de então, perfeitamente enquadrada no vasto leque de diligências efectuadas pela Câmara com vista à aceleração do processo.

O valor total da empreitada era em Dezembro de 1976 de 37 540 778\$00 , aumentando em Março de 81 para 50 602 707\$20, sem acréscimo das revisões de preço, única forma de compensar o empreiteiro geral pela desactualização dos preços contratuais. Este agravamento é justificado pela DSMN pelos "(...) problemas próprios de uma obra desta natureza, onde, para além da dificuldade e morosidade da execução de alguns dos trabalhos, surgem frequentemente situações imprevistas a exigir, caso a caso, o estudo das soluções a adoptar."²⁶

Esta afirmação confirma-se pela análise do decorrer da intervenção, que foi sendo ajustada à medida das necessidades decorrentes da sua evolução. Foram feitos ajustes, alterações e acrescentos ao Projecto inicial, por não se preverem determinadas situações, como por exemplo ligadas à segurança²⁷, ou por ser necessário rematar aspectos impossíveis de prever antes da realização da obra.

A pressão a que se encontravam submetidas todas as entidades intervenientes quanto à conclusão dos trabalhos levou a que um dos representantes da DGT sugerisse durante uma visita às obras realizada a 21 de Março de 1981 a colocação em funcionamento de um grupo de quartos antes da conclusão total da obra. Esta hipótese foi desaconselhada pelo técnico da DSMN porquanto as infraestruturas necessárias ao funcionamento da Pousada não estavam concluídas, podendo desde logo desacreditá-la.

A pedido do Secretário de Estado das Obras Públicas, o Director-Geral da DGEMN enviou em Agosto de 1980 um esclarecimento sobre a colaboração

²⁶ Doc. 43.

²⁷ Doc. 44.

MHOP/ DGT/ ENATUR²⁸. Nele se diz que a dita colaboração se insere em duas fases: elaboração dos estudos e projectos e realização da obra.

Na primeira fase há lugar para a apreciação dos aspectos de localização dos serviços, submetendo por isto a DGEMN todas as fases do projecto à apreciação da DGT, que deve depois obter o parecer da ENATUR, apresentando em seguida à DGEMN aquilo que lhe parecer conveniente. Esta será a primeira etapa, uma vez que se desaconselha vivamente a introdução de alterações após adjudicação da obra.

Seguidamente, num segundo momento, aconselha-se a que a ENATUR acompanhe a fase final dos trabalhos, especialmente no que toca ao equipamento e instalações especiais. Fornecendo a DGEMN as instalações especiais e respectivo equipamento, e o mobiliário e decoração, cabe à ENATUR o fornecimento do restante apetrechamento tal como roupas, louças, vidros, talheres, material de limpeza e jardinagem, etc.

Por nesta altura a DMN ainda não ter sido contactada pela ENATUR, sugere-se que isso seja feito a breve prazo, para se poderem coordenar acções.

Sabemos que a articulação entre as entidades envolvidas varia de caso para caso, e se quanto à intervenção no Castelo a ENATUR se envolveu tardiamente em acção de campo, o mesmo não viria a verificar-se no caso do Bouro, empreitada realizada noutros moldes, é certo, mas com a presença em campo da ENATUR desde o primeiro momento.

A obra foi visitada por dois funcionários da ENATUR pela primeira vez em Novembro de 1980, tendo os referidos técnicos solicitado os projectos gerais e de especialidade para análise total da empreitada.

Em Dezembro de 1981, a ENATUR dirige à DSMN uma série de considerações sobre a Pousada, destacando-se o descontentamento com os acabamentos, que diz serem incompatíveis com a categoria destas unidades hoteleiras e a chamada de atenção para as dificuldades de rentabilização derivada da dispersão por núcleos das instalações.

Por decisão daquela entidade, foram transferidos pessoal e equipamento do hotel de Santa Luzia, em Viana do Castelo, para o novo

²⁸ Doc. 34.

estabelecimento, aproveitando o encerramento do referido hotel exactamente na altura em que estava prevista a inauguração da Pousada.

Em Setembro de 1981, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de convidar o Primeiro Ministro de então para a inauguração da Pousada, decidindo simultaneamente a data de inauguração (12 de Dezembro), atitude reprovada por escrito pela DGMN pelo facto da obra não ser da competência da autarquia, e por não ter existido qualquer contacto prévio.

Aliás, esta situação não foi a única em que a Câmara se sobrepôs à Tutela do Monumento, não só em termos protocolares mas também no que toca à gestão do espaço protegido. Em 1984, por ocasião da 4ª Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira, foi instalado um trabalho escultórico num dos torreões do castelo, sem conhecimento prévio da DSRMN²⁹.

O trabalho em questão, da autoria de um grupo de alunos da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, sob supervisão da escultora Clara Menezes, foi segundo a DSRMN alvo de críticas negativas por parte da imprensa nacional e estrangeiras (ainda que disso não se tenham apresentado provas), o que motivou uma comunicação ao IPPC, após tentativas frustradas da referida Direcção para o apeamento da escultura. Enquanto a Câmara defendia o contraste provocado pelo trabalho, beneficiando todo o conjunto, a DSRMN considerou que o anacronismo diminuía o Monumento, já que os elementos escultóricos, independentemente da sua qualidade não se coadunavam com a dignidade do mesmo.

Uma vez que o trabalho foi instalado de forma a não alterar a estrutura do Monumento, a Câmara foi pressionada a encontrar um local alternativo para o colocar, o que acabou por acontecer, solucionando assim o diferendo.

O nome a atribuir à Pousada foi sugestão da CMVNC, que concordou com a nomenclatura "Pousada de D. Diniz", ainda que não tenhamos encontrado documentação explicativa e justificativa desta opção.

²⁹ Docs. 103, 104, 105, 106 e 107.

Após a conclusão das obras, a DSMN propôs superiormente através do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas a entrega da Pousada à DGT e cessão à ENATUR para efeitos de exploração.

A Câmara Municipal propôs-se a financiar os arranjos da zona envolvente da Pousada, nomeadamente de habitações vizinhas e Caminho da Ronda.

Em Julho de 1982, o Secretário de Estado do Turismo afirma a sua pretensão de apresentar ao prémio "Europa Nostra" a Pousada de D. Dinis, para tal incumbindo a ENATUR e DGT de conduzir o processo (como já anteriormente referimos, este prémio foi de facto obtido pelo projectista). Assim, a ENATUR pediu à DGEMN uma série de elementos (fotografias, histórico da construção e elementos do projecto) para apresentar a referida candidatura, uma vez que a intervenção decorreu sob a sua responsabilidade.

Este pedido deixa perceber que toda a documentação relativa ao processo, desde o seu início até à inauguração da Pousada estava em posse exclusiva da DGEMN, facto que confirmamos após consulta dos arquivos da ENATUR, dos quais não constam os supracitados elementos.

Em Janeiro de 1983, estando já a Pousada em pleno funcionamento, a DGT efectuou uma vistoria, após a qual demandou várias beneficiações à ENATUR, de modo a corrigir, facilitar e optimizar o funcionamento da mesma³⁰.

³⁰ Doc. 63.

4. ATITUDE

Conforme é referido na Memória Descritiva, "sob o aspecto estético houve a maior preocupação de se obter um efeito de nítido contraponto entre os elementos fundamentais das construções existentes e das novas construções (quer as de extensão/ quer as totalmente novas). Esse efeito de contraponto reside no princípio, que pareceu ser o mais correcto, de colocar em paralelo as formas e expressões de uma arquitectura antiga ou arcaizante mantida na sua rude pureza, com as de índole perfeitamente actual."³¹

5. ARQUEOLOGIA

Curiosamente, e ao contrário do que verificámos nos outros dois casos sobre os quais presentemente reflectimos, há em relação à empreitada de adaptação do Castelo de Cerveira uma total ausência de documentação nos arquivos por nós consultados sobre uma eventual intervenção arqueológica.

Este facto poderá no nosso entender ser legitimamente estranhado uma vez que tratando-se de uma vila de origem medieval, as sondagens arqueológicas muito poderiam ter acrescentado sobre a questão da casa urbana medieval...

Sabemos que, em visita efectuada à obra em Julho de 1979, o arquitecto contratado Cassiano Barbosa tomou conhecimento do aparecimento de um canhão de ferro surgido no decorrer de umas escavações junto à cisterna, dando indicações para que fosse limpo e colocado em local protegido.³² Este facto vem provar a inexistência das referidas sondagens, sendo que as obras referentes à empreitada em questão foram realizadas sem qualquer acompanhamento de arqueólogos, podendo ter-se perdido muitos vestígios para além deste elemento descoberto por acaso.

³¹ Doc. 10 a).

³² Doc. 28 e des. 2.

6. DECORAÇÃO E MOBILIÁRIO

Em Outubro de 1977, a pedido do Arquitecto Director dos Monumentos do Norte, o técnico Cassiano Barbosa emitiu um parecer sobre o ante-projecto de mobiliário da Pousada. Embora concordando com o teor da *Memória Descritiva* e com a localização em planta dos móveis, o referido técnico afirmou que “a concepção plástica do mobiliário não se integra no espírito sugerido na parte escrita que acompanha os desenhos e carece de objectividade gráfica para ser orçamentado o custo de todo o conjunto a realizar no apetrechamento em questão.”³³. Desaconselha a utilização de móveis lacados por uma questão de manutenção e acrescenta ainda a insuficiência de móveis de apoio aos serviços.

A DGT, também chamada a opinar, entendeu na altura que o anteprojecto de mobiliário não se ajustava às características da Pousada por não se enquadrar num imóvel inserido numa praça fortificada, estando em vez disso relacionado com o ambiente de uma edificação projectada de raiz. Entendeu que o tratamento de interiores não se integrava nos cânones habituais, fugindo ao convencionado para as Pousadas. Defendeu a opção pela escolha de móveis de estilo antigo, em detrimento da solução de contraste proposta.

Quanto ao aspecto da decoração, decidiu não se pronunciar, considerando a escassez de elementos em que basear a apreciação.

A DGEMN concordou com o parecer da DGT, ainda que reconhecendo a qualidade do mobiliário “moderno” proposto. Não recusou o critério definido na *Memória Descritiva* para o tratamento de interiores (“numa perspectiva de intimidade quase familiar”), mas considerou não ser esta a vertente mais adequada às características específicas do conjunto arquitectónico fortificado.

Reafirmou a falta de informação quanto ao projecto de decoração, apontando simultaneamente a inexistência de uma estimativa de custos, imprescindível à prossecução dos trabalhos.

³³ Doc. 64.

Por tudo isto, o ante-projecto não mereceu aprovação, aconselhando-se o projectista a tomar em consideração os reparos feitos pelas várias entidades avaliadoras.

Contudo, em Janeiro de 78, quando exarou o despacho da reprovação do ante- projecto, o Secretário de Estado das Obras Públicas sugeriu a hipótese de anulação amigável do contrato e a assunção da responsabilidade do projecto pelos Serviços da DGEMN com apoio da DGT e eventual recurso a técnicos exteriores diversificados.

Apesar disto, a execução do projecto permaneceu sob alçada do mesmo projectista, que apresentou novas propostas do mobiliário moderno, compiladas num segundo ante-projecto, novamente recusadas por não estarem de acordo com a presença simultânea de móveis antigos.

Para solucionar este impasse, foi realizada uma reunião com o projectista, um representante da DGT e o Arquitecto Director de Serviços da DSRMN, com vista a uma plataforma de entendimento conducente à elaboração de um novo estudo que permitisse alcançar um projecto definitivo.

A terceira proposta foi aceite, por ter sido realizada noutros moldes, baseando na utilização de móveis antigos de raiz popular na sua maioria provenientes do Alto Minho, onde se situa o empreendimento. Foi também acordado efectuar reproduções para completar colecções.

Por não estar suficientemente detalhado e pormenorizado de modo a ser possível adjudicar a empreitada, o projecto foi tardiamente posto em marcha, tanto mais que Alcino Soutinho não apresentou as propostas dentro do prazo definido. Em Setembro de 1980 tinha sido entregue apenas o projecto de móveis antigos.

A Segunda fase do Projecto de Decoração e Mobiliário sofreu também rectificações, sendo posteriormente aprovada no que respeita aos vários elementos contidos (cortinas, alcatifas, reposteiros, obras de arte e elementos decorativos), orçando numa valor aproximado de 6 750 000\$00. Quanto aos dois últimos itens referidos, foram adquiridas pinturas, desenhos, gravuras, tapetes de chão, relógios de caixa alta, cobres, objectos decorativos, mesa e cadeiras de jogo, uma mesa para a Sala de Leitura e um biombo para a Sala de Jantar.

A propósito da parte mais dispendiosa deste projecto, a de pintura, o Director de Serviços da DSRMN sugeriu o pedido ao Estado a título de empréstimo de pinturas em depósito em vários museus do país, o que permitiria a sua renovação periódica e uma vantagem em termos de custos.

Esta ideia não colheu, tendo sido compradas à Cooperativa Árvore uma série de pinturas, desenhos, aguarelas, gravuras e serigrafias da autoria de autores de nomeada, como por exemplo Albuquerque Mendes, Gerardo Burmester, Carlos Carreiro, Emerenciano, José Rodrigues, Jaime Isidoro, Alberto Carneiro e Júlio Resende, entre outros³⁴.

7. ARRANJOS EXTERIORES

O Projecto de Arranjos Exteriores, da responsabilidade do Engº Ilídio Araújo limitou-se à colocação de elementos vegetais, inclusivamente envasados, já que só foi possível proceder a estes arranjos muito tardiamente.

8. A OPINIÃO

A acreditar na Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, que por diversas vezes o afirmou nos documentos por si redigidos, a obra de adaptação a Pousada do Castelo sempre foi muitíssimo desejada pela população local, que lhe reconheceu a capacidade de ser um motor para o desenvolvimento da região, por ser um importante elemento para a valorização do local, e como tal atraindo turistas nacionais e estrangeiros.

Também nós somos levados a corroborar a afirmação da CMVNC, após análise da documentação. Encontrámos por exemplo o caso de um proprietário, José Augusto Amorim da Silva, cuja expropriação era necessária para a realização da obra, e que embora vivendo uma situação complexa e difícil³⁵, ainda assim termina o seu apelo à resolução do problema "...pois

³⁴ Para uma análise da totalidade de autores, ver doc. 79.

³⁵ Doc. 93.

assim não averá mais entraves para que na nossa Vila de Vila Nova de Cerveira se realice o sonho que todos desejamos.”.

Ainda assim, a vantagem e legitimidade na realização desta obra não foi consensual, sobretudo pelo seu custo, contestado na imprensa e também por personalidades individuais, como aconteceu com o arquitecto José Pulido Valente, autor de uma carta enviada à DGEMN e com um teor de profunda indignação provocada pela obra em causa³⁶.

Também na imprensa local e nacional encontramos uma violenta contestação quanto à referida empreitada, chegando mesmo a existir manifestações contra este tipo de investimento, por desenvolver unicamente o comércio da região, secundarizando assim investimentos muito mais necessários e importantes como na educação, saúde, e outras áreas de carência da população cerveirense. Acrescentam-se a estas críticas o facto de o incremento do turismo vir a agravar os preços, colocando a população local numa situação de prejuízo.³⁷

³⁶ Doc. 108.

³⁷ V., J. P. - 45 ou 50.000 contos para uma Pousada. Cerveira Livre. (2 Jun.1975).; DIAS, Manuel - Assim se faz a História. Jornal de Notícias. (1 Nov.1977).

CAPÍTULO II

Pousada de Santa Marinha da Costa

1. Breve Contextualização

O Convento de Santa Marinha da Costa localiza-se no distrito de Braga, concelho de Guimarães e freguesia da Costa, tendo acesso pelo Lugar da Cerca.

Compreende um conjunto edificado constituído por igreja, escadório e parte conventual inserido num enquadramento natural do qual faz parte um bosque. A igreja e respectivo escadório foram classificados como Imóvel de Interesse Público em 1936.

Apresentando vestígios de ocupação romana, o mesmo local foi usado no séculos VI e VII para o culto religioso, conforme mostram os vestígios de um templo de então. Tendo sido reedificada em finais do século IX, a Igreja de Santa Marinha da Costa, passou a ser parte integrante do mosteiro da Costa, aquando da sua fundação por D. Mafalda, presumivelmente em 1154.

No século XII a Costa foi entregue aos cónegos regantes de Santo Agostinho, que vieram a ser substituídos pelos padres de S. Jerónimo em 1528. Foi sob a sua alçada que o mosteiro se transformou em centro de estudos superiores, quando D. João III transfere para lá o colégio de Penha Longa, criado em 1535. Esta decisão terá sido baseada na vontade que o rei tinha que seu filho D. Duarte fosse aluno do colégio, como veio a acontecer.

Com a necessária autorização papal, o Colégio da Costa passa a Universidade, conferindo os graus de bacharelato, licenciatura, doutorado e magistério, concretizando uma intenção manifestada já por D. Manuel. A passagem dos estudos universitários por este convento está ainda hoje presente no edifício, através de uma inscrição lapidar embutida na capela mor¹.

A morte prematura de D. Duarte e a oposição manifestada por Coimbra levaram ao desagregar da Universidade, que embora tendo uma curta existência, foi na sua altura uma das mais importantes do país.

Em 1528 a fachada da igreja e o claustro foram reformulados. Após um grande incêndio que destruiu o claustro romano, em finais do século XVI ele foi reconstruído em estilo clássico.

¹ Foto 20.

Ao longo do século XVII foram realizadas importantes obras estruturais e decorativas. A capela- mor foi ampliada, foi colocada azulejaria na igreja, sacristia e claustro, concretizaram-se diversos aumentos e construíram-se escadórios.

Em inícios do século XVIII foi colocado o chafariz na Varanda de Frei Jerónimo e nos anos posteriores foram realizadas várias obras de ampliação e restauro.

A 31 de Maio de 1834, na sequência da extinção das ordens religiosas, a Ordem de Frei Jerónimo foi intimada a abandonar o edifício, tendo depois a igreja passado a paroquial e a propriedade sido vendida em hasta pública e passado de mão em mão por diversas famílias, que usufruíram assim privadamente de um importante exemplar de arquitectura religiosa portuguesa.

O primeiro proprietário foi o industrial José Ferreira Pinto Basto, fundador da Fábrica da Vista Alegre, sendo que dois anos após a sua morte a casa conventual foi posta à venda pela Junta de Crédito Público, o que levou Manuel Real a concluir que o convento ainda pertencia ao Estado². Foram arrematantes Custódio Teixeira Pinto Basto e Manuel Baptista Sampaio Guimarães, comprando cada um metade do conjunto edificado³.

Curiosamente, o segundo proprietário teve um percalço com a Junta da Paróquia porque trancou a porta de acesso à igreja, com vista a impedir a passagem da população pelo claustro. Invocando uma “servidão constituída desde tempo imemorial” a dita população arrombou a porta, sendo este litígio resolvido em tribunal em favor do proprietário.⁴

A parte de Custódio Basto foi posteriormente vendida a António Fernandes Guimarães que ao falecer, legou a propriedade a três sobrinhas, sendo que uma delas veio a casar-se com o herdeiro da outra parte do

² Cf. TÁVORA, Fernando - Pousada de Santa Marinha, Guimarães. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 130, (1985), p.53.

³ Veja-se, entre outros, TÁVORA, Fernando - Pousada de Santa Marinha, Guimarães. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 130, (1985).

⁴ Cf. TÁVORA, Fernando - Pousada de Santa Marinha, Guimarães. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 130, (1985), p.53.

convento, António Leite de Castro Sampayo e Vaz Vieira. Assim, o conjunto voltou a ter um único proprietário, sendo que D. Antónia de Araújo Fernandes Leite de Castro figurava como proprietária do convento em 1953, aquando da deflagração do incêndio.

Sabe-se que este casal realizou obras de adaptação, alargando a ala a sul e a oeste do claustro, e intervencionando também a própria cerca conventual.

Resta dizer que entre 1932 e 51 (excluindo um intervalo entre 35- 37) os Jesuítas instalaram no convento da Costa o seu Seminário-Menor de estudos filosóficos, daí transferido para Braga (estando na origem da Faculdade Católica de Filosofia) em 1934. Ainda assim permaneceram aqui estudos ministrados pelos jesuítas, só se retirando definitivamente em virtude do já mencionado incêndio.

Assim, na altura em que o Estado se propôs adquirir o imóvel (1972), ele era propriedade da família Leite Castro, e conforme consta da inscrição matricial, era constituído por um prédio com dois pavimentos, parte habitável e parte em ruína, perfazendo uma área coberta habitável de 1144 m² e 1550 m² de área em ruína⁵.

Curiosamente, aquando da decisão da venda do imóvel, a família proprietária pediu ao arquitecto Fernando Távora para ser o autor da avaliação do conjunto, ao que ele acedeu, redigindo um parecer datado de Abril de 1971 onde se pode ler: "(...) o Mosteiro da Costa vale muito e vale pouco.

Vale muito pela sua história, pela situação que ocupa, pelo valor e qualidade dos seus trabalhos em granito, pelo encanto e pelo tempo do seu jardim e da sua mata, pela beleza do seu claustro e da varanda de Frei Jerónimo, pela quantidade, riqueza e variedade dos seus azulejos, pela potencialidade urbana dos seus terrenos.

Vale pouco porque é sabido quanto custa restaurar um edifício semelhante ou conservar os seus jardins e a sua mata, porque o rendimento anual dos seus terrenos é baixo e estes não são urbanizáveis, porque os seus

⁵ Documento do Arquivo da DGEMN, Santa Marinha da Costa, 1ª pasta, 26 de Fevereiro de 1971.

azulejos não podem ser retirados do local em que se encontram, nem as suas fontes e cantarias desmontadas.”⁶.

2. O(S) PROJECTO(S)

A proposta de contrato para a elaboração do Projecto de Arquitectura e Decoração da Pousada de Santa Marinha da Costa data de Janeiro de 1971, estando já nesta altura consumada a escolha de Fernando Távora como respectivo autor.

Este documento⁷ esclarece que o Projecto deverá ser concebido respeitando as normas técnicas estipuladas no despacho do Ministro das Obras Públicas, de 17 de Janeiro de 1940, assim como que a assistência técnica respeitante às diversas especialidades implicadas no decorrer da obra seria feita por intermédio dos serviços técnicos da DGEMN. Coube ao arquitecto Távora a responsabilidade pela coordenação das acções individuais ou em conjunto da equipa projectista, uma vez que recaiu sobre ele a escolha dos colaboradores.

Mais se diz que todas as peças desenhadas e escritas entregues no cumprimento do objecto do contrato ficam sendo propriedade do Estado, que poderá fazer delas o uso que entender, apenas respeitando a lei dos Direitos de Autor.

Curiosamente, só em Outubro de 71 é enviada ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais uma carta de Fernando Távora, auto-propondo-se para dirigir a intervenção em Guimarães. O Arquitecto Director da DSMN manifesta um parecer favorável afirmando que “(...) o referido profissional é um dos mais qualificados arquitectos portugueses e, residindo na cidade do Porto, estaria muito indicado, por todas as razões, para se lhe confiar o citado trabalho, com plena garantia de se vir a obter uma solução de adaptação racional e correcta.”⁸.

⁶ Doc. 84.

⁷ Doc. 1.

⁸ Doc. 2.

Esta apreciação das capacidades do referido arquitecto encontra justificação no seu vasto currículo.

“Fernando Luís Cardoso Meneses de Tavares e Távora nasceu no Porto, em 25 de Agosto de 1923. Defensor, como ele próprio diz, da “arquitectura feita pelo e para o Homem”, é considerado o “pai” da Escola de Arquitectura do Porto, consagrada mundialmente e que tem como seguidores Siza Vieira e Souto Moura, entre outros.

Licenciou-se em Arquitectura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, em 1952. Os seus trabalhos, que, regra geral, tentam privilegiar os valores locais, foram expostos em todo o mundo. Foi presidente do Comité *Ad-Hoc* da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, onde também deu aulas, e professor do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pela qual se tornou doutor *honoris causa*. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Instituto para a Cultura nos EUA e no Japão.

Em 1960, trabalhou nas câmaras do Porto e de Gaia e foi consultor do Comissariado para a Renovação Urbana da Ribeira/Barredo, bem como consultor da Câmara Municipal de Guimarães. Desenvolveu o projecto de requalificação do Palácio do Freixo, concebeu o projecto de reordenamento de duas das mais emblemáticas quintas de Leça da Palmeira, a da Conceição e a de Santiago, para as quais o arquitecto projectou um viaduto pedonal de ligação entre ambas.

É também autor de inúmeros ensaios, como *O Problema da Casa Portuguesa* [Lisboa, 1947] e *Da Organização do Espaço* [Porto, 1962 a 1982].

Foi galardoado com o 1º prémio de Arquitectura da Fundação Calouste Gulbenkian, Prémio Europa Nossa [com a casa da Rua Nova, em Guimarães], Prémio Turismo e Património [1985], Prémio Nacional de Arquitectura [1987, com a Pousada de Santa Marinha, em Guimarães], a medalha de ouro da cidade do Porto e com a Comenda da Ordem Militar de Santiago de Espada.

Fernando Távora pertence à Associação Portuguesa de Arquitectura e à União Internacional dos Arquitectos.”⁹

⁹ SILVA, Germano; DUARTE, Luis Miguel (coord.) - *Dicionário de Personalidades Portuenses do Século XX*. Porto: Porto Editora, 2001.

Após despacho favorável do Ministro das Obras Públicas de Fevereiro de 1972, o contrato referente à elaboração do projecto para adaptação a Pousada é firmado em Abril do mesmo ano, confirmando a escolha do supracitado arquitecto e equipa por si sugerida.

O esquema de intervenção proposto pela dita equipa foi elaborado com o objectivo de conseguir uma integração nas características singulares do imóvel classificado, respondendo à intenção de as preservar. Contudo, e por se tratar da adaptação de um imóvel a fins diversos daqueles para que foi concebido, foi forçoso proceder a alterações na sua estrutura.

Mas, conforme afirmado pelo Arquitecto Director de Serviços da DSMN na sua apreciação do Programa Base¹⁰ (aprovado por despacho ministerial de 22 de Dezembro de 72), foi assegurada a manutenção dos elementos dominantes do conjunto (fachada, claustro, escada principal, azulejaria, varanda de Frei Jerónimo e expressão da Cerca), favorecendo assim a não adulteração do seu espírito.

Este técnico faz uma série de considerações sobre vários aspectos funcionais relacionados com o Programa e remete-os à Direcção Geral do Turismo, através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, com vista a obter o parecer necessário para a sua aceitação.

A DGT emitiu um parecer extremamente favorável, opondo-se no entanto à localização da piscina¹¹ (a uma cota bastante mais elevada e distante da Pousada, impossibilitando o fornecimento do bar) e parque de estacionamento, por porem em causa, estando abertos ao público em geral, o "recolhimento monástico" apontado como uma das características importantes a manter. Acrescentou ainda alguns reparos ligados a aspectos específicos do projecto, que uma vez sendo respeitados não condicionaram a aprovação do mesmo.

Quando o Ante-Projecto foi submetido à apreciação da DGT (Janeiro de 1974), foi sugerido o aumento da capacidade de alojamento da Pousada

¹⁰ Doc. 3.

¹¹ Ver Planta Geral na documentação iconográfica do Catálogo Analítico

através da construção de um novo piso de quartos sobrepostos aos existentes mediante a redução dos seus pés-direitos e da galeria.

Esta sugestão foi frontalmente contrariada pela DSMN, que considerou que esta opção desvirtuava a expressão arquitectónica do edifício conventual. Justificou esta apreciação afirmando que "... o autor do ante projecto em apreciação (...) promoveu a revitalização do velho convento de Santa Marinha da Costa com a salvaguarda do seu genuíno carácter documentado pelos grandes pés direitos da construção, existentes nas diversas salas e, sobretudo, nas galerias de acesso, que teriam sido - como agora se projectam- em arco de volta perfeita, iluminadas pelos cruzamentos praticados e evidenciados nas fachadas pelos largos vãos de sacada coroados pelos óculos de iluminação, em contraste com as diminutas aberturas das celas fradescas."¹².

Como alternativa , e aceitando a necessidade de aumentar o número de quartos, a DSMN propôs a construção de uma nova ala de quartos em harmonia com o pré- existente, de modo a não adulterar a composição original. O aditamento ao ante-projecto foi aprovado pelo Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica a 3 de Outubro de 74.

A Direcção Geral dos Assuntos Culturais, através da Junta Nacional da Educação foi também ouvida por se tratar de um imóvel classificado, emitindo um parecer favorável à prossecução dos trabalhos "(...) desde que o acesso à boite não seja feito pelo claustro, nem a vizinhança da mesma boite possa, de qualquer forma, afectar o ambiente de dignidade e recolhimento exigidos pelo referido claustro e pela Igreja."¹³.

O Projecto de Arquitectura, foi apresentado contendo treze volumes com peças escritas e desenhadas tendo a equipa projectista dividido o trabalho em três sectores: convento, anexo e garagem; piscina e espaços exteriores. O custo estimado foi de 50.720.079\$20 excluindo a parte de decoração e mobiliário. Sabemos actualmente que o custo final foi de 223.992.000\$00.¹⁴

¹² Doc. 6.

¹³ Doc. 15.

¹⁴ TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: [s. n.], 1998. Catálogo Analítico, p.88.

O referido Projecto foi submetido à apreciação da DGT e da DGEMN, dispensando-se a apresentação à Direcção-Geral do Património Cultural (através da Junta de Educação Nacional) por terem sido respeitadas as observações deste organismo face ao ante-projecto.

Seguindo orientação da DGT, a hipótese de construção de piscina foi adiada (sendo que actualmente existe apenas a primeira fase da construção, situada numa clareira ao cimo da mata, junto ao final do escadório), pelo que o denominado Sector 2 foi excluído da apreciação. No que diz respeito ao Sector 1 a opinião manifestada foi favorável, mencionando o respeito pelos condicionamentos específicos do imóvel, o mesmo acontecendo quanto ao novo corpo e quartos: "(...) a solução encontrada pelos autores do projecto com vista ao aumento do número de quartos da Pousada também parece perfeitamente correcta porquanto a nova ala projectada adequadamente articulada com a construção existente, resolve satisfatoriamente o problema sem prejudicar ou desvirtuar a expressão arquitectónica genuína do velho edifício conventual, uma vez que a sua presença, tanto pelos volumes como pela própria implantação, se encontra satisfatoriamente resolvida."¹⁵.

O projecto relativo ao Sector 3 foi muitíssimo bem recebido, pela adequada preservação dos espaços exteriores demonstrada, bem como pelo cuidado tratamento proposto para o conjunto de elementos existentes, compreendendo por exemplo o escadório da igreja, largo da portaria, claustro, varanda de Frei Jerónimo ou escadaria e tanque da mata. A proposta foi louvada pelo "(...) conjunto de enquadramentos exteriores harmónicos, tranquilos e até recreativos perfeitamente característicos dos amplos e diversificados espaços envolventes do próprio Convento sem esquecer a sua finalidade futura como Pousada."¹⁶.

O Projecto de Estabilidade sofreu alguns reparos por parte da Direcção dos Serviços de Construção, e o de Instalações Electromecânicas foi recusado pela Divisão de Electrotecnia e Mecânica da DGEMN.

Foi proposta uma reformulação do Projecto com vista a uma divisão por especialidades em vez da original divisão por sectores, por forma a facilitar a

¹⁵ Doc. 17 a).

¹⁶ Doc. 17 a).

separação das empreitadas, respeitando assim as normas usuais daquele departamento de Estado.

Em Dezembro de 1977, face à disparidade entre a base da adjudicação (32 338 459\$20, excluindo Electrotecnia, Mecânica, Águas e Esgotos, Arquitectura Paisagística, Decoração e Mobiliário e Equipamento) e as verbas propostas pelos empreiteiros, o concurso foi anulado. De facto, só duas firmas se mostraram interessadas, apresentando uma um preço superior ao da base em cerca de 80% e a outra um preço incompreensível, nas palavras de Távora¹⁷.

Numa comunicação ao Secretário de Estado do MOP, o Director-Geral da DGEMN Castro Freire faz a seguinte consideração: "Julgo na verdade, merecedora de ponderação a validade do investimento; face aos elevados encargos resultantes. A maior parte da construção encontra-se profundamente degradada, com uma vasta área apenas com paredes exteriores. Por outro lado não parece fácil a obtenção de economia significativa, com a revisão dos acabamentos previstos, adequados ao tipo de unidade hoteleira a criar."¹⁸, sendo esta reveladora quanto ao facto de perante os novos dados se equacionar a não realização da Pousada.

O caso foi novamente apresentado à Secretaria de Estado do Turismo, acrescentado de três hipóteses alternativas elaboradas por Fernando Távora, resultantes de reuniões realizadas na DGEMN, na presença do seu Director-Geral, de um representante da DGT, do projectista responsável e de técnicos da DSMN.

Assim, as três alternativas seriam a desistência de concretizar a Pousada, a alteração do projecto aprovado (compreendendo esta hipótese outras três soluções: realização do projecto por fases, a redução do número de quartos ou a adaptação a um Centro Cultural), ou a reabertura do concurso público nas condições em que tinha sido aberto inicialmente.

A DGT, na pessoa do seu Director-Geral, Cristiano de Freitas, defendeu a redução do número de quartos como a melhor resolução para o problema, alegando que "(...) entre a perspectiva de abandono, ainda que temporário,

¹⁷ Doc. 21.

¹⁸ Doc. 19.

da concretização dos planos já elaborados aguardando uma hipotética melhoria financeira e a solução apresentada pela Secretaria de Estado das Obras Públicas, creio que é efectivamente preferível reduzir o número de quartos do que perder, não só, toda a verba já despendida, como também, votar à ruína um monumento Nacional que iria certamente tornar mais pobre o nosso Património”.¹⁹

Justificando a sua opinião²⁰, Távora acaba por fazer a apologia da última hipótese (reabertura do concurso) “(...) porquanto não altera as decisões que foram tomadas e confirma a sua lógica, dá satisfação às necessidades locais e regionais, sendo paralelamente, um acontecimento nacional. A esta posição poderão levantar-se apenas, cremos, reservas que se referem à capacidade financeira do Estado para levar avante tal iniciativa e à sua oportunidade política. São aspectos sobre os quais, evidentemente, não podemos, nem devemos, emitir qualquer opinião.”²¹.

O projecto foi adjudicado à firma Casimiro Ribeiro & Filhos, Lda (CARI), que apresentou a proposta mais vantajosa em termos de custos globais da empreitada.

Em Junho de 1979 o programa de realização encontrava-se já acordado e em execução, sendo composto por duas partes. A primeira era a recuperação do antigo convento (corpo das celas, corpo principal da portaria e zonas envolventes do claustro) e a segunda respeitante à construção de dois edifícios novos, a garagem e um corpo com quartos nos dois pisos superiores, e cozinhas, anexos e lavandarias nos dois pisos subterrâneos.²²

O projecto foi sofrendo alterações decorrentes do andamento dos trabalhos, cujo prazo contratual não pode ser cumprido por parte da firma adjudicatária, que alegou uma série de imprevistos impeditivos disso mesmo. Entre os motivos apresentados encontra-se a falta de electricidade na obra, as descobertas de elementos arquitectónicos e esculturais na zona envolvente do

¹⁹ Doc. 94.

²⁰ Doc. 21.

²¹ Doc. 21.

²² Doc. 25.

claustro, o clima rigoroso e o abandono tardio dos inquilinos que ocupavam os edifícios.²³

Alguns aspectos contemplados no Projecto foram alterados por sugestão da DSRMN, por vezes sem se dar conhecimento prévio ao projectista, como foi o caso do restauro dos tectos de madeira de castanho (sendo a madeira de pinho tratada o previsto) e a construção de portas (também em madeira de castanho) almofadadas para as antigas celas, em substituição das portas contraplacadas inicialmente previstas.²⁴

Outros houve em que a decisão final foi tomada estando já os trabalhos bastante avançados, como por exemplo quanto ao acabamento de pintura (foram fixadas a cor vermelho óxido de ferro para caixilharias exteriores, porta de acesso, comandos, puxadores e espelhos e cor branca para as restantes superfícies de madeira e paredes estucadas) e revestimentos de quartos de banho, onde se fixou o azulejo branco para as paredes e mosaico vidrado azul para o pavimento e balcão do lavatório.²⁵

Foi elaborado um *Projecto de Alterações e Rectificações*, sendo que este "(...) de um modo geral se trata de obras provocadas pelo aparecimento de factores não previstos inicialmente e surgidos durante a realização, ou de pequenos lapsos do projecto e da sua interpretação, ou da informação da DGT, ou, ainda, de diferentes soluções técnicas."²⁶ Muitas destas alterações prenderam-se com o aparecimento e tratamento de vestígios arqueológicos, outras com a colocação dos painéis de azulejo do século XVIII adaptados na antiga sala de jantar da família Leite Castro e ainda com a guarda de ferro da varanda de Frei Jerónimo.²⁷

No que diz respeito às áreas de serviço da Pousada, a DGT emitiu um parecer onde se apontam vários aspectos a corrigir e repensar, sob pena de porem em risco a qualidade dos serviços prestados aos futuros clientes do estabelecimento hoteleiro. São aqui apontadas deficiências relativas às zonas

²³ Doc. 27.

²⁴ Doc. 29.

²⁵ Doc. 31.

²⁶ Doc. 31 a).

²⁷ Para localização dos elementos referidos neste documento, por favor consultar as Plantas Gerais dos vários pisos na Documentação Iconográfica inserida no Catálogo Analítico

da cozinha (da qual inclusivamente se sugere um reposicionamento), lavandaria, copas e respectivo equipamento.²⁸

Em resposta às observações formuladas, Távora reconhece a incapacidade de as solucionar, sobretudo porque toda a obra de construção civil referente ao sector de serviço se encontrava já realizada.²⁹

Em Novembro de 1983 verificava-se um atraso significativo no andamento dos trabalhos, sendo várias as justificativas apresentadas pelo Arqtº Contratado da DSRMN Cassiano Barbosa³⁰ num dos relatórios por si elaborados.³¹

Alguma da responsabilidade é imputada ao projectista responsável, sendo o facto de este liderar uma equipa de quatro técnicos a trabalhar em separado considerado prejudicial a uma colaboração rápida e eficiente. Por outro lado, a entrega da empreitada por fases foi também considerada uma agravante, na medida em que implicou uma adjudicação tardia de algumas empreitadas.

A falta de um fiscal geral na obra, capaz de uma coordenação eficiente vem agravar a situação, assim como as descobertas de carácter arqueológico, que vieram reduzir o ritmo dos trabalhos nalgumas zonas.

Concluindo, é mencionada a falta de prática da empresa empreiteira, que trabalhou aqui pela primeira vez com a DSRMN, não tendo por isso mesmo uma resposta rápida aos contratempos e exigências deste tipo de intervenção.

Pela sua experiência neste tipo de obra, o supracitado técnico apresenta um conjunto de convicções, que por serem também as nossas passamos a transcrever:

"- Devem fazer-se pesquisas arqueológicas, preliminares, em todos os monumentos que se destinam a restauro ou adaptação. Estas pesquisas devem partir de uma recolha bibliográfica sobre o assunto.

²⁸ Doc. 32 a).

²⁹ Doc. 34.

³⁰ É de referir que este mesmo técnico acompanhou também os trabalhos de adaptação a Pousada do Castelo de Vila Nova de Cerveira, conforme atesta a documentação referente a esta obra.

³¹ Doc. 40.

- Os projectos só devem ser postos a concurso quando totalmente elaborados em todos os seus aspectos.
- É indispensável um fiscal geral de construção civil e uma fiscalização especializada das diversas modalidades técnicas.
- Os encarregados dos empreiteiros terão que ser competentes e estar dentro das particularidades dos trabalhos.”³²

Aproveitando uma opinião manifestada por Álvaro Lopes (director indigitado para a Pousada), acrescentaríamos a conveniência em a obra ser acompanhada a partir do levantamento do toco por um profissional hoteleiro, um técnico de hotelaria, já que “(...) a racionalização de todas as áreas - instalações e espaços para clientes ou as destinadas aos serviços internos e ao pessoal - implicará o óptimo entendimento entre o arquitecto, o decorador e o director do hotel, já que se sabe que cada um tem diferentes pontos de vista ou objectivos”³³.

Acrescentámos esta sugestão a partir da constatação de que o director do estabelecimento hoteleiro dirigiu várias e extensas críticas ao projecto, sendo que alguns aspectos foram efectivamente corrigidos após análise das referidas observações, conferindo-lhes portanto validade. Para além disso, este tipo de técnicos pode acumular experiência de intervenções anteriores, como se deduz a partir de uma observação feita por Álvaro Lopes a propósito de uma outra obra deste tipo: “Espero bem que não se repita o inferno de Palmela”³⁴.

Já numa fase final dos trabalhos, e uma vez que o cemitério da freguesia da Costa se encontrava adjacente à Igreja de Santa Marinha da Costa, a zona de protecção da Igreja, Escadório e Mosteiro foi restringida (após parecer do IPPC, que nesta altura pediu uma cópia do projecto de adaptação dado só ter conhecimento do anteprojecto de 73)³⁵, de modo a permitir construções que por se situarem a uma cota bastante inferior não prejudicassem a referida zona. Foi assim construído um novo cemitério no

³² Doc. 40.

³³ Doc. 100.

³⁴ Doc. 100.

³⁵ Doc. 46.

ângulo Norte-Nascente exterior à zona de protecção.³⁶ Podemos assim constatar que a proximidade de cemitérios visíveis pelos utentes não é considerada oportuna neste tipo de empreendimentos, considerando-se que pode de algum modo perturbar a estadia dos clientes.

Voltando um pouco atrás no tempo, gostaríamos de salientar que em 1978 se verificou uma proposta do Arquitecto-Director da DSRMN para aprovação por parte da Direcção-Geral do Património Cultural (através da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural) de um estudo sobre a dita zona de protecção. Esta proposta visava impedir a construção nos terrenos adjacentes ("(..)aliás já num ou noutro ponto maculados por uma ou outra construção mal localizada e de deficiente concepção arquitectónica."³⁷), já que "O facto do aproveitamento do imóvel para adaptação a Pousada, já do domínio público local, foi motivo para pressões sobre a Câmara de Guimarães, no sentido de autorizar construções na sua proximidade, sobretudo na zona fronteira ao longo da estrada de acesso ao cume do monte."³⁸

Gostaríamos de referir que Fernando Távora se mostrou no decorrer da empreitada muito zeloso das suas opções gerais e de pormenor em termos do projecto, conforme atestam os episódios ocorridos a propósito da cobertura da Pousada, Igreja e Sacristia, e no caso do fogão da primeira sala de jantar da Pousada, em que não envidou diligências para fazer valer a sua opinião³⁹.

Mostrou-se para além disso muito atento ao decorrer da empreitada, conforme atesta o número de visitas feitas à obra, perfazendo o número total de cento e trinta e sete entre 1978 e 1985.⁴⁰

Em 1985, com o acordo das partes envolvidas foi formalmente aprovada a designação de "Pousada de Santa Marinha da Costa", e respeitando o

³⁶ No caso da adaptação do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, sobre o qual à frente reflectiremos, o facto do cemitério confrontar com uma das fachadas da Pousada foi condicionante de determinadas opções do projectista.

³⁷ Doc. 95.

³⁸ Doc. 95.

³⁹ Doc. 23 e 45, respectivamente.

⁴⁰ Estes dados foram recolhidos a partir do arquivo por nós consultado, podendo ver-se as datas detalhadas no doc. 52 a).

procedimento habitual, a Pousada foi entregue em Junho à DGT, sendo feita simultaneamente a cessão para efeitos de exploração à ENATUR, EP.⁴¹

Constatando o estado de deterioração dos painéis de azulejo figurados e policromados da varanda de Frei Jerónimo⁴², a DSRMN solicita ao IPPC um exame ao referido revestimento azulejar, com vista a tomar as medidas necessárias à sua conservação. Em parecer datado de Janeiro de 1986⁴³, o Museu Nacional do Azulejo afirma ser demasiado tarde para salvar os azulejos, aconselhando a remoção dos originais após realização de um rigoroso levantamento fotográfico, e posterior substituição por cópias.

Esta solução foi veementemente contestada pela DSRMN, que indirectamente enunciou vários dos princípios da Carta de Veneza, contrariando o parecer emitido pelo supracitado museu.⁴⁴

Após a entrada em funcionamento da Pousada, a 2 de Agosto de 1985, e perante as reclamações dos utentes, a ENATUR enviou à DRMN (em Janeiro de 86) uma lista das mesmas, com vista à sua resolução conjunta. As queixas referidas relacionavam-se com os ruídos de certos equipamentos, sistema de comunicações, inadequação de algum mobiliário e do bar e ausência de equipamento de diversão como piscina e ténis.⁴⁵

Em Agosto ou Setembro de 1986⁴⁶, a ENATUR procedeu à instalação de ar condicionado no edifício anexo à Pousada e encarregou o Arqº Raul Roque de elaborar o projecto de arranjo da sala do bar, sem para isso dar conhecimento prévio a Fernando Távora.

Esta atitude conduziu a um forte protesto por parte do projectista, ao qual tinha sido dada a garantia de que qualquer alteração ao edifício seria realizada por seu intermédio.

A quebra do compromisso por parte da ENATUR e a ofensa à ética profissional por parte de Raul Roque (que foi inclusivamente encarregado de elaborar um estudo preliminar de instalações exteriores à Pousada

⁴¹ Doc. 47 e 48.

⁴² Fotos 69 e 70.

⁴³ Doc. 51.

⁴⁴ Doc. 52.

⁴⁵ Doc. 53.

⁴⁶ Não nos foi possível a partir da documentação disponível precisar a data.

compreendendo um edifício, uma piscina e dois campos de ténis) , levaram Távora a redigir um parecer sobre o "Estudo Prévio do Projecto de Remodelação do Bar" da Pousada endereçado ao Presidente daquele organismo (Cristiano de Freitas), enviando simultaneamente cópias ao Director-Geral da DGEMN, Presidente do IPPC e Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses.

Neste parecer se manifesta a "total discordância quanto ao carácter da solução proposta" por representar "a destruição do espírito que presidiu à concepção geral do edifício", sendo "um perigoso processo de maquilhagem decorativa"⁴⁷.

A AAP apoiou de imediato o seu associado queixoso, mencionando a qualidade da obra realizada (vencedora em 1985 do Prémio Turismo e Património) e as normas deontológicas da Associação. Enquadrou a opinião manifestada na legislação em vigor, respeitante ao Código dos Direitos de Autor, apelando assim a uma reconsideração do processo.⁴⁸

A DGEMN reforçou algumas das críticas apontadas por Távora, esclarecendo que não abdicava da posição assumida, independentemente do parecer do IPPC solicitado pela ENATUR.

Embora não nos tenha sido possível através da documentação disponível acompanhar este processo, sabemos pelo aspecto actual da zona do bar que as alterações sugeridas por Raul Roque não foram concretizadas, fazendo-se assim respeitar a vontade do projectista responsável pela adaptação a Pousada do imóvel classificado.

⁴⁷ Doc. 54.

⁴⁸ Doc. 55.

3. ARQUEOLOGIA

As campanhas arqueológicas decorrentes desta empreitada realizaram-se em 1979-80, dando a conhecer um historial de ocupações deste local desconhecido até então.

Dirigidas pelo arqueólogo Manuel Luís Real, na época Director da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, permitiram traçar as sucessivas estruturas construídas ao longo dos anos no local da actual Pousada.

As escavações mostraram vestígios de uma estação da época romana e de um templo do século VI-VII, provavelmente o aproveitamento de um antigo local de culto pagão. Esta basílica foi reconstruída no século IX coincidindo espacialmente com o templo anterior, conforme demonstram os vestígios encontrados durante a escavação do claustro.

A par das escavações foi feita por Manuel Real uma investigação aturada que permitisse reconstituir a história do edifício, resultando daí informações sobejamente importantes, como por exemplo a data de início da instituição monacal, que embora não tenha sido desvendada com pormenor, se poderá situar na passagem do século IX para o X.

No século XII, após a entrega do mosteiro aos cónegos regantes de Santo Agostinho, toda a parte conventual foi reconstruída. Do claustro românico foram encontrados vários elementos provando a existência de uma decoração luxuriante, datável de finais do século XII.

No século XVI foi a vez dos monges jerónimos intervirem no edifício realizando diversas obras das quais a primeira foi a construção de uma nova Sala do Capítulo. Aliás, a entrada com duplo arco e mainel descoberta durante as escavações pode ser ainda hoje observada no actual claustro⁴⁹, sendo um dos elementos pré- existentes colocados à vista, por opção conjunta dos responsáveis pela adaptação do monumento a Pousada⁵⁰. Em finais

⁴⁹ Fotos 1 e 2.

⁵⁰ O aparecimento de elementos arquitectónicos de épocas passadas motivou um estudo de alteração das faces norte e poente do claustro, conforme atesta o Doc. 28.

daquele século o claustro foi reconstruído em estilo clássico e a frontaria da igreja é reformada pelo mesmo Mestre vimaranense Pedro Alonso de Amorim.

O século seguinte (XVIII) vai trazer obras de grande monta: ampliação da capela-mor, colocação dos tapetes de azulejo, construção de três lanços de dormitórios e da varanda (posteriormente designada *de S. Jerónimo*) que remata a ala oriental, onde em 1707 foi colocado o chafariz que actualmente lá se encontra, e lhe deu o nome por ter sido colocado no tempo de Frei Jerónimo de Santa Maria.

As reformulações do espaço conventual e igreja continuaram no século XVIII: derrube do dormitório antigo, reforma da portaria principal, transformações na fachada exterior, melhoramento do claustro (onde se fez o jardim com a respectiva fonte, mantida na actual disposição), nova ampliação da capela-mor e da sacristia, reforma da fachada (anteriormente de gosto clássico) e escadório da igreja. Também a cerca foi beneficiada, melhorando-se a envolvente, compreendendo paisagem natural e casas de lavoura⁵¹.

Em termos da exibição dos dados veiculados pelas sondagens arqueológicas, muitas foram as iniciativas tomadas. Por um lado, a decisão de deixar à vista alguns elementos, integrados na obra de adaptação, que acabou por ser concretizada após alguns recuos por parte de Fernando Távora⁵²; por outro, a realização de exposições em museus da cidade de Guimarães relativas ao andamento dos trabalhos arqueológicos e seus frutos (a "(...) fase preliminar das escavações foi dada a conhecer aos vimaranenses numa exposição que esteve patente no Museu Alberto Sampaio de 11 de Abril a 5 de Maio de 1980."⁵³)

Para além disto, Manuel Real propôs a criação de um museu monográfico inserido no espaço da Pousada, de modo a dar conhecimento ao público do processo da intervenção arqueológica, bem como do espólio recolhido e sua importância para o conhecimento da história do conjunto edificado.

⁵¹ Cf. TÁVORA, Fernando - Pousada de Santa Marinha, Guimarães. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 130, (1985)

⁵² Doc. 13.

⁵³ Doc. 13 a).

O Departamento de Museus do IPPC reconheceu o interesse da iniciativa sugerindo que se submetesse o projecto ao Museu Alberto Sampaio, por ser coordenador da área e por ser proprietário de algumas peças provenientes do Convento da Costa. Quantos aos custos da obra, e uma vez que existia a hipótese de a inserir na recuperação geral do convento, delegou na pessoa de Manuel Real a averiguação desta hipótese por não lhe ser possível suportar a criação de um novo museu⁵⁴.

Na realidade, a iniciativa quanto à criação deste museu coube totalmente a Manuel Real, autor dos "Elementos para um programa preliminar de uma sala monográfica sobre as escavações arqueológicas do Convento da Costa"⁵⁵, por si remetidos ao IPPC, DGEMN e Serviços Regionais de Arqueologia.

Aqui, este arqueólogo afirma ser da opinião de que todo o espólio deveria recolher a Guimarães após o tratamento a cargo da Unidade de Arqueologia da UM e do Museu D. Diogo de Sousa, apresentando soluções diversas, mas dando preferência à instalação dos materiais na própria área do convento.

Esta solução permitiria uma visão integrada do monumento, apresentando elementos arquitectónicos, plantas e alçados, esquemas interpretativos e fotografias da escavação. Seria ainda desejável congregar peças originárias do convento dispersas pelos museus da cidade ou pelo espaço conventual, como as colunas e capitéis da fachada do século XVI tombadas no jardim (onde aliás se encontravam numa das primeiras visitas por nós efectuada ao local, em 1999).

Manuel Real acentua a importância desta iniciativa pela especificidade dos trabalhos em questão: "(...) o Convento da Costa tornou-se um caso paradigmático no âmbito da arqueologia Medieval, pela cooperação estreita entre a investigação arqueológica e o restauro dos monumentos. Em Portugal, foi este talvez o mais complexo exemplo de escavações científicas

⁵⁴ Doc. 12.

⁵⁵ Doc. 13 a).

coordenadas com uma obra de restauro sob os auspícios da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.”⁵⁶.

De facto, esta ligação entre investigação e restauro foi pioneira no nosso país no que toca a edificações religiosas, sendo o primeiro caso significativo em que se articularam estreitamente as duas áreas. Este procedimento era já recorrente no estrangeiro, daí se retirando inclusivamente lucro derivado do incremento turístico, conforme mostram os exemplos apontados por Manuel Real⁵⁷: Santiago de Compostela, San Millan de la Cogolla, San Martial de Limoges, Saint-Denis, Notre-Dame de Paris e La Charité-sur-Loire.

Assim, dentro desta lógica de beneficiação do trabalho efectuado, sugere cinco alternativas para exposição: distribuir os elementos pela área do claustro e torre, adaptar a área prevista para habitação do concessionário, aproveitar a sacristia, utilizar as dependências anexas à igreja, do lado norte e recuperar a pequena casa que se encontra a NE da igreja. Após análise das vantagens e inconvenientes de cada uma destas soluções, dá preferência à quarta hipótese, reclamando um parecer da DGEMN, Museu Alberto Sampaio (que teria responsabilidade de seleccionar os materiais e montar a Exposição), Paróquia da Costa e Fernando Távora.

Por fim, enumera os materiais disponíveis, passíveis de ilustrar as várias épocas do edifício, viabilizando assim a exposição de uma colecção didáctica demonstrativa das diversas ocupações, assim como da metodologia seguida durante o restauro e adaptação a Pousada.

⁵⁶ Doc. 13 a).

⁵⁷ Doc. 14.

4. DECORAÇÃO E MOBILIÁRIO

Em Abril de 1980, e na posse do ante-projecto de Decoração e Mobiliário, o Arqº Director da DMN salienta o aspecto demasiado austero de algumas zonas das futuras instalações da Pousada, nomeadamente a sala de leitura, boite, sala de estar e corredor e quarto do anexo.⁵⁸

Relativamente às soluções encontradas pela equipa projectista para os arranjos interiores do convento, a DGT refere a necessidade de aprovação das mesmas por parte do Instituto de Salvaguarda do Património Natural e Cultural, "(...) tanto mais que é bastante polémica e de duvidosa integração essa arquitectura proposta."⁵⁹

Não nos foi possível apurar a partir da documentação disponível as bases destas críticas, tanto mais que não tivemos acesso ao referido ante-projecto nem à documentação explicativa dos supracitados pareceres.

No entanto, se a expressão "aspecto demasiado austero" significar insuficiência de objectos de decoração e mobiliário e sua exagerada simplicidade, somos levados a concluir perante o aspecto que é dado ver a qualquer visitante da Pousada na actualidade, que ou este aspecto foi corrigido, ou a constatação não corresponde à verdade, isto porque existe em todos os espaços da Pousada uma profusão de elementos decorativos bastante acentuada.

Inclinamo-nos mais para a primeira hipótese, já que a grande maioria dos objectos que actualmente decoram a Pousada se encontravam previstos no Projecto definitivo.⁶⁰

Tendo o projectista optado por associar peças de mobiliário e decoração antigas e modernas, foi feito um pedido de cedência (a título de

⁵⁸ Doc. 58.

⁵⁹ Doc. 59.

⁶⁰ A este propósito, gostaríamos de salientar os desenhos ?????????????, onde assinalámos nas plantas dos vários pisos todos os elementos referenciados na documentação, por nós encontrados "in loco", e ainda outros cuja proveniência não resulta clara após consulta da referida documentação.

Quanto ao mobiliário contemporâneo, ele não foi contemplado no nosso estudo, já que nos deparámos com uma total ausência de documentação relativa a este tipo de móveis.

depósito) de peças ao Palácio Nacional da Ajuda e Convento de Mafra, que aceitando o pedido, cedeu um número muito significativo de peças de mobiliário.⁶¹

O restauro das referidas peças ficou a cargo da DGEMN, que sendo sua fiel depositária, ficou incumbida de o financiar e orientar tecnicamente, na condição de que a responsabilidade fosse transferida para a DGT, quando da entrega da Pousada a esta entidade.⁶²

O custo total previsto no ante-projecto aprovado em Março de 1980 era de 8.500.000\$00, passando em Fevereiro de 82 a ser estimado em 12.500.000\$00⁶³, face ao agravamento dos preços e estudos de pormenor. Em Dezembro do mesmo ano o valor tinha já crescido para os 20.705.000\$00⁶⁴, atingindo nesse mesmo mês a quantia de 23.909.000\$00⁶⁵, só respeitante à primeira fase do Projecto.

O orçamento foi reconhecido como notoriamente elevado, nomeadamente devido à alta qualidade dos materiais indicados, o que foi apresentado pelos técnicos da DSRMN como uma contingência do empreendimento em questão: "O nível de qualidade que caracteriza as Pousadas exige(...) instalações de alto custo e, neste caso, a classe da arquitectura do convento de Santa Marinha da Costa não dispensa uma integração condigna."⁶⁶.

Conforme se diz no "Projecto de Decoração D.E." de Dezembro de 82⁶⁷, o Projecto de Decoração foi subdividido em seis projectos parcelares, compreendendo as áreas de mobiliário d.e. (desenho especial, a utilizar nas zonas de hóspedes); mobiliário d.i. (desenho industrial, a utilizar nas zonas de serviço); alcatifas e tapetes; cortinas e reposteiros; candeeiros, apliques e armaduras e peças de decoração.

⁶¹ Para uma lista detalhada, ver Doc. 61.

⁶² Doc. 62.

⁶³ Doc. 63.

⁶⁴ Doc. 65.

⁶⁵ Doc. 66.

⁶⁶ Doc. 66.

⁶⁷ Doc. 65.

Mantendo os princípios expostos no ante-projecto, "(...) continua a pretender-se não isolar "o critério de decoração" do "critério de arquitectura", a manter-se o diálogo difícil, mas possível, entre o velho e o novo, entre o convento e a pousada, entre a austeridade e o conforto, entre o funcional e o belo, entre o indispensável e o supérfluo, num sistema de relações de função, forma, volume e cor, variável de espaço para espaço e identificador de cada um, mas necessariamente unitário ao longo do edifício."⁶⁸.

Assim, foram adquiridas várias peças de mobiliário e decoração antigas⁶⁹ (entre as quais curiosamente se encontra um banco de espaldar em talha estilo D. João V vendido pela família Leite Castro, anteriormente proprietária do edifício⁷⁰), vendidas sobretudo por firmas de antiquários do Porto; foram também compradas várias obras de arte contemporânea à Cooperativa Árvore⁷¹, compreendendo serigrafias, pinturas e desenhos de autores de nomeada (na sua maioria naturais do Porto) como por exemplo Ângelo de Sousa, Américo Moura, José Rodrigues, Jorge Pinheiro, Júlio Resende e Cargaleiro.⁷²

A propósito destas últimas aquisições, o pintor vimaranense José de Guimarães enviou ao Secretário de Estado do Turismo e ao Director-Geral da DGEMN uma carta⁷³, lamentando, não obstante a qualidade dos trabalhos escolhidos, não estar representado na decoração da Pousada e assumindo a pretensão de ver, pelo menos, uma das suas obras significativas no edifício à sombra do qual viveu parte da sua infância.⁷⁴

⁶⁸ Doc. 65.

⁶⁹ Docs. 71, 74, 75, 76, 77, 79, 80 e 81.

⁷⁰ Doc. 68.

⁷¹ Gostaríamos de salientar que foi também esta entidade a fornecer as peças de arte contemporânea para a adaptação do Castelo de Vila Nova de Cerveira, como adiante se referirá.

⁷² Docs. 70 e 78.

⁷³ Doc. 73.

⁷⁴ Não tivemos notícia, através da documentação disponível, do desenrolar deste processo, não tendo sido possível averiguar se a pretensão foi atendida.

4. ARQUITECTURA PAISAGÍSTICA

O Projecto de Execução de Arquitectura Paisagística, da autoria do Engº Ilídio de Araújo, foi apresentado em 1978, estimando um custo total de 5.732.453\$00⁷⁵, valor esse alterado para 17.815.958\$10 em 1982.

Foi considerado pela DGEMN "(...)um trabalho bastante completo e bem concebido" em que "(...) todos os ambientes exteriores são adequadamente preservados e acentuadas as características próprias do clima e tranquilidade em todas as zonas diferenciadas que circundam o Convento, para além do cuidado do tratamento proposto para o conjunto de obras de arte existentes à sua volta."

A envolvente do convento compreende campos de cultivo (pomar, laranjal e vinha), um jardim de buxo (o antigo "quinchoso"), e uma mata de carvalhos (a velha cerca), ligados por escadarias do século XVIII, uma das quais termina num enorme tanque redondo rodeado de assentos de pedra.⁷⁶

5. OPINIÃO

Para os trabalhadores ligados ao convento desde os tempos da família Leite Castro o edifício e sua envolvente sempre foram motivo de dedicação e preocupação, inclusivamente depois da venda ao Estado. Tanto o jardineiro, o guarda do convento e anexos, como o arrendatário da parte rústica da propriedade escreveram à DGEMN oferecendo os seus préstimos e alertando para aspectos ligados à manutenção, segurança e conservação deste património.⁷⁷

⁷⁵ Doc. 82.

⁷⁶ Fotos 79 a 83.

⁷⁷ Doc. 85, 86, 89 e 96.

Estas pessoas desempenharam um importante papel, na medida em que impediram a total depredação e destruição da propriedade, chegando inclusivamente a levar a DSRMN a sugerir a colocação de um guarda permanente para evitar através da vigilância a continuação da prática de actos de vandalismo.⁷⁸

Para além das pessoas directamente ligadas ao convento, outros particulares da freguesia manifestaram a sua preocupação quanto aos destinos da propriedade, oferecendo-se por exemplo para cultivar os terrenos, garantindo simultaneamente a protecção do conjunto.⁷⁹

Também a obra realizada chamou a atenção de algumas entidades e Instituições que se mostraram interessadas no projecto de adaptação. Foi o caso da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, que incorporava na altura (1978) o Curso de Arquitectura, que solicitou uma visita estudo prolongada dirigida aos alunos, com vista a tomar contacto com o edifício existente, conhecer o projecto de execução e acompanhar as obras em realização.⁸⁰

Já em 1983, também a Associação de Guimarães para a Defesa do Património solicitou uma visita por forma a "(...) sensibilizar as populações para a necessidade de acarinharem, conhecerem e defenderem o seu património artístico e cultural."⁸¹ Esta visita foi inclusivamente guiada por Fernando Távora, Ilídio Araújo, Manuel Real e Eduardo Martins, representante da firma construtora.

No ano de 1990, o Comissariado para a Europália 91-Portugal solicitou à DGEMN desenhos e fotografias que documentassem a intervenção, por forma a poder incluí-la na Exposição "Arquitecturas de Portugal", a apresentar na *Fondation pour L'Architecture*, em Bruxelas.

No que toca aos custos da obra, as verbas despendidas mereceram críticas internas e externas. O técnico Cassiano Barbosa, contratado pela DSRMN manifestou-se em Novembro de 1983 contra a mudança das torneiras dos quartos de banho da Pousada, de orçamento elevado, numa "(...) altura

⁷⁸ Docs. 90 e 93.

⁷⁹ Doc. 91.

⁸⁰ Doc. 97.

⁸¹ Doc. 98.

em que os últimos desastres ocasionados pelas inundações motivaram prejuízos de milhões de contos.” , aconselhando que “a mudança, a fazer-se, deveria ser executada quando o país tiver melhores condições económicas.”.⁸²

Por outro lado, a contestação estendeu-se à imprensa local, conforme atesta a peça jornalística de “O Povo de Guimarães”⁸³, que atacou fortemente o volume de capital despendido com a obra de adaptação (na peça referido como sendo de um milhão de contos), considerando-a uma provocação aos vimaranenses, alegando que a razoabilidade da recuperação não justifica os vultuosos investimentos, que seriam mais utilmente aplicados em investimentos de carácter social.

⁸² Doc. 99.

⁸³ B., M. - Pousada da Costa é o elefante branco dos investimentos públicos em Guimarães. O Povo de Guimarães. (11 Jul.1984) 1-8.

CAPÍTULO III

Pousada de Santa Maria do Bouro

1. Breve Contextualização

O Mosteiro de Santa Maria de Bouro¹ situa-se na freguesia de Bouro (Santa Maria), concelho de Amares, Braga, tendo sido classificado em 1958 como Imóvel de Interesse Público.

Em 1148, D. Afonso Henriques doa o couto aos Frades Beneditinos, que vêem a sua regra ser substituída em 1156, em favor da de S. Bernardo de Claraval.

O edifício desenvolveu-se e modificou-se ao longo do tempo, tendo como épocas de construção os séculos XII, XVI, XVII, XVIII e XX.

Em finais do século XVII, e devido ao seu mau estado, o edifício é sujeito a grandes obras. É nesta altura que se ampliam (igreja, cozinha e refeitório) e remodelam (sacristia e Sala do Capítulo) espaços. Houve simultaneamente um embelezamento da edificação, fazendo juz ao gosto maneirista, que ainda que contido veio alterar a austeridade cisterciense anterior. Data desta época grande parte do conjunto edificado que chegou até aos nossos dias².

Nas décadas de 70 e 80 a igreja e sacristia foram regularmente intervencionadas pela DGEMN, realizando-se obras de beneficiação, recuperação, reconstrução e consolidação.

Na década de 90, e já sob tutela do IPPAR, foram também realizados diversos trabalhos nas referidas dependências, e ainda na antiga residência paroquial e espaços superiores à sacristia e Sala do Capítulo.

¹ Embora tenha sido também conhecido como Convento, optamos pela designação de Mosteiro para o imóvel em questão, em virtude da sua utilização ao longo do tempo, e de ser, em geral, actualmente assim designado.

² Cf GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco D'Orey (coord.) - *Pousada Sta. Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR S. A., 1997; FONTES, Luis de Oliveira, *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares, aproximação arqueológica à evolução arquitectónica do edificado pós-medieval*, comunicação apresentada ao colóquio "Cister: Espaços, Territórios, Paisagens", Alcobaça, 16 a 20 de Junho de 1998 (no prelo), e www.monumentos.pt - D.G.E.M.N. [Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais].

Os espaços entregues à paróquia foram sendo por ela pontualmente intervencionados, sobretudo com obras de manutenção, à medida das suas possibilidades.³ Falamos do Pequeno Jardim da Sacristia, da Botica (entregues pelo Estado em 1929), da Residência Paroquial e do Quarteirão Norte- Poente (1943).⁴

Aliás, podemos considerar que a paróquia, na pessoa dos padres que a conduziram, teve um papel importante e activo no que toca a chamadas de atenção para as necessidades do edifício. O facto de a igreja se ter mantido lugar de culto, fez com que a comunidade paroquiana se aproximasse das entidades que tutelam o edifício, reclamando a manutenção dos espaços, de modo a preservar-lhes a função.⁵

Esta atitude não conduziu porém muitas das vezes à responsabilização das referidas entidades, uma vez que os custos dos trabalhos de recuperação foram recorrentemente imputados à Fábrica da Igreja, sendo esta atitude justificada nalguns dos casos com a própria classificação, o que resulta incompreensível.⁶ De qualquer modo, a paróquia, dispondo de recursos limitados, de um modo geral agiu sempre de boa vontade, com vista à manutenção dos espaços por si utilizados.

O edifício foi-se degradando com o passar dos anos, uma vez que para se manter em boas condições exigia um tratamento permanente, tratamento este que não foi assumido por ninguém. A grande dimensão do conjunto e a natureza dos materiais em questão, por encarecerem os custos desta manutenção, foram um dos factores do abandono, tal como referido num documento de 1945: "A construção das paredes é de perpeanho, sólida, de granito, mas pela sua vastidão e pelo emprego de talha antiga no telhado, exige constante dispendio de verba para a sua conservação, sob pena de ruirem todos os madeiramentos, e desaparecerem assim bôa casa."⁷

³ Doc. 2.

⁴ Des. 2.

⁵ Doc. 4.

⁶ Docs. 5 e 7.

⁷ Doc. 3.

Sendo um mosteiro cisterciense desde a sua fundação, vive um primeiro período de decadência no século XV, altura em que o sistema de Comenda, em que o abade era escolhido pelo rei veio reduzir drasticamente o número de monges. Em 1533, e segundo carta de visita do abade de Claraval, apenas sete monges habitavam o mosteiro. Em 1692 existiam já trinta e quatro, mais dois em 1761, e uma nova redução em 1788, com o número total de trinta e dois monges⁸.

Em 1834, com a extinção das ordens religiosas, a igreja passou a paroquial, acompanhada da sacristia e residência paroquial e o convento foi abandonado.

Em 1943, o Quarteirão Norte- Poente era composto de Tulha no rés do chão e Escolas Masculina e Feminina no primeiro e segundo andares, respectivamente.⁹

Sabemos também que em 1962 a Junta de Freguesia se encontrava instalada no edifício, tal como a habitação do caseiro da cerca conventual, embora não nos tenha sido possível definir a localização exacta dos espaços ocupados.

⁸ Veja-se, por todos, COCHERIL, Maur - *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris-Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

⁹ Docs. 2 e 3.

2. DEBATE SOBRE O DESTINO DO EDIFÍCIO

Perante o estado ruinoso e perigoso em que se encontrava o edifício, a DGEMN foi encarregada por despacho ministerial de 22 de Setembro de 1962¹⁰, de averiguar a situação do mesmo. Ao concluir que era necessário proceder a urgentes obras de conservação, e uma vez que a igreja e sacristia pertenciam à igreja e a parte conventual era propriedade privada, a DGEMN contactou a Paróquia, o Episcopado bracarense e o proprietário António José Gonçalves Fernandes, com vista à execução das mesmas.

Ambos os proprietários manifestaram a sua incapacidade de financiar as obras¹¹, sendo que António Fernandes sugeriu mesmo a aquisição pelo Estado da sua propriedade, o que foi recusado, por não existir nenhum projecto para ocupação das instalações¹².

O imóvel denominado Convento de Santa Maria de Bouro foi cedido pela Câmara Municipal de Amares ao IPPC a 28 de Agosto de 1986, após a compra de uma parte do convento e outra parte da Quinta em anexo a um particular pelo preço de 7500 contos¹³, obrigando a que as obras de consolidação, consideradas urgentes, fossem iniciadas até 8 meses após a doação e na condição de que as obras de restauro fossem iniciadas no ano de 1998. Nesta altura, o destino do edifício não estava ainda traçado, existindo várias propostas da Câmara no sentido de proceder a diversas instalações: Escola Agrícola, Escola C+S de Santa Maria de Bouro, Biblioteca Municipal, Museu Etnográfico ou um Auditório Municipal.

Por outro lado, o IPPC equacionava a hipótese de instalar no mosteiro um Centro de Estudos de Restauro (escola de cantaria e talha), um centro de congressos ou uma Pousada.¹⁴

¹⁰ Doc. 57.

¹¹ Docs. 11 e 58.

¹² Doc. 10.

¹³ Mosteiro de Bouro motiva protestos da Câmara de Amares ao IPPC. «Jornal de Notícias». (17 Set.1989) 12.

¹⁴ Obras no Convento de Bouro avançam já no próximo ano. «Jornal de Notícias». (19 Set.1990).

O mosteiro “vizinho” de Tibães, entregue aos cuidados de Alcino Soutinho tinha já definida a utilização turística mediante um protocolo com a ENATUR¹⁵, que não pondo de parte a possibilidade de vir a explorar o mosteiro de Bouro, não contemplou essa hipótese no calendário imediato de então. O mesmo será dizer que optou pelo primeiro mosteiro, já que a sua proximidade geográfica das duas estruturas hoteleiras inviabilizava o seu aproveitamento.

Após as referidas obras de consolidação, que permitiram sustentar a degradação das ruínas (consolidação das coberturas, substituição da instalação eléctrica e resolução da infiltração de águas pluviais), e para as quais o Estado deu ao IPPC em 1991 cerca de 100.000 contos¹⁶, iniciou-se o estudo de aproveitamento do Mosteiro para instalação da Pousada, projecto que não foi considerado prioritário pela ENATUR.

Em colaboração com o IPPC, a Câmara Municipal de Amares não envidou esforços na procura de uma entidade interessada em ocupar os espaços, e consequentemente responsável pelas obras. Após a recusa da Santa Casa da Misericórdia, e conjuntamente com o Pároco local, a Câmara acabou por sugerir a instalação de uma Escola Agrícola¹⁷, hipótese esta rejeitada pelo Ministério de Educação Nacional por motivos financeiros. Este Ministério mostrou desinteresse pela criação de tal Escola, e acrescentou que no caso de uma decisão positiva, seria mais fácil e económico comprar um novo terreno e construir de raiz, mostrando assim uma total despreocupação com a preservação do conjunto edificado classificado¹⁸.

Perante este impasse, a Junta de Freguesia decidiu realizar obras na antiga farmácia monástica para a instalação de um curso de Telescola, o que fez sem qualquer autorização. Assim, e após ter tomado conhecimento, a DSRMN reprovou a intervenção, por considerá-la abusiva, e também por

¹⁵ MENDES, Pedro Rosa - Edifício Moderno com Pedras Antigas. Jornal Público. (30 Ago.1990)17.

¹⁶ Obras no Convento de Bouro comparticipadas pelo Estado. «Jornal de Notícias». (28 Nov.1990) 18.

¹⁷ Docs. 12 e 13.

¹⁸ Doc. 14.

estarem a ser “aplicados materiais não condizentes com a valorização do monumento”¹⁹.

Já em 1977 a Junta de Freguesia se tinha proposto urbanizar a Quinta do Passal, hipótese automaticamente recusada pela DGEMN, por não respeitar a área de protecção e não valorizar o conjunto protegido pela classificação²⁰.

Podemos afirmar que a Câmara Municipal de Amares assumiu em todo este processo um papel de grande importância, pressionando por diversas vezes as entidades capazes de “salvar” o conjunto do seu adiantado estado de ruína, apelando a entidades como o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Turismo e Secretário de Estado da Cultura, sugerindo diversas hipóteses para o aproveitamento do imóvel em questão²¹.

É de notar que durante estas diligências é referido o nome do Arqtº Octávio Lixa Filgueiras como estando empenhado na causa do restauro do Mosteiro, embora não tenhamos através da documentação consultada conseguido decifrar o teor desta referência.

Manifestando em 1978 o desejo de usar do direito de preferência na aquisição de parte do convento e quinta anexa²², a Câmara Municipal acabou por adquirir-lo, propondo-se mais tarde (1984) oferecê-lo ao IPPC, tendo como contrapartida a realização das obras necessárias. Por não haver garantia de financiamento a proposta foi recusada, mas data deste ano uma sugestão para um estudo de instalação de uma Pousada do Estado, por parte da então presidente do IPPA, Natália Correia Guedes²³, que aponta como vantagem a localização estratégica do local e a escassez de empreendimentos turísticos de qualidade.

Na realidade esta hipótese era já equacionada desde 1980, altura em que em que por despacho conjunto do Ministro do Comércio e Turismo, Ministro da Habitação e Obras Públicas e Secretário das Obras Públicas foi criado um Grupo de Trabalho com a vista à elaboração de uma “lista de prioridades na criação de novas instalações de alojamento (Pousadas) e ou

¹⁹ Doc. 15.

²⁰ Docs. 16 e 17.

²¹ Doc. 18.

²² Doc. 19.

²³ Doc. 21.

restauração de imóveis classificados do sector público, no qual o Mosteiro de Santa Maria do Bouro figura na primeira prioridade.”²⁴.

Como já referimos, o Mosteiro de Santa Maria do Bouro não fazia parte da lista inicial de edifícios protegidos apresentada pela ENATUR como sendo do seu interesse para realizar a adaptação a Pousada. Aquando da primeira escolha, o interesse da ENATUR voltou-se para o Mosteiro de Tibães. Mas, perante a impossibilidade da cedência total do espaço, uma vez que estavam nesta altura lá instalados serviços do IPPAR, esta hipótese foi considerada inviável, tendo posteriormente a escolha recaído sobre o Mosteiro de Bouro.

Assim, foi encomendado um levantamento total e rigoroso do antigo mosteiro, igreja e claustro, propriedade envolvente do imóvel abrangendo uma área de aproximadamente 30 hectares e construções suplementares da zona envolvente. Este estudo foi encomendado pela DRMN e feito sob suas instruções, mas não foi contudo possível saber do seu paradeiro, uma vez que não se encontra junto de toda a documentação relativa a este processo nos arquivos por nós consultados.

Conforme documento manuscrito proveniente do arquivo do IPPAR, a 14 de Setembro de 1990 o ponto da situação era o seguinte: o IPPC previa para esse ano obras na cobertura da igreja e reparação da rede eléctrica da igreja, consideradas situações mais urgentes, e no sentido de evitar acidentes. Foi também prevista a limpeza de todas as áreas do mosteiro e envolvente com a ajuda de funcionários da Câmara Municipal, tal como o estabelecimento de um circuito de visitas.

Foi feito um acordo no sentido da Câmara Municipal e Pároco da freguesia proporem ao IPPC a existência de um guarda permanente para acompanhar visitantes, de onde se pode concluir a afluência de pessoas interessadas no edifício arruinado, facto corroborado pela população local, que nos referiu a existência de visitantes já desde esta altura.

Em termos das questões de propriedade, o IPPC decidiu reabrir o processo iniciado por Lino Martins com vista a acordar com a Igreja a delimitação e eventuais trocas de espaços. Como nos referiu o Arqtº João Carlos Santos, funcionário do IPPAR, este foi desde sempre um processo

²⁴ Doc. 22.

conturbado e polémico pela falta de clareza da documentação existente e disponível, tal como a antiguidade da disputa pelos espaços entre várias Instituições interessadas.

Quanto ao programa de utilização, e ainda segundo este documento, a Câmara concordou com um plano misto constituído por um Pólo Cultural (congressos, exposições, pequeno museu, etc) e um de Desenvolvimento (unidade hoteleira). A afinação deste programa compreenderia a auscultação de diversas entidades tais como a Comissão de Coordenação da Região Norte, Direcção Regional das Construções Escolares, Câmara Municipal e Pároco.

Após esta reunião foi feita uma comunicação a jornalistas (não especificados) a quem foi dito que a então actual Direcção do IPPC chamou a si este processo e decidiu dar-lhe prioridade, considerando a importância histórica e cultural do monumento, assim como foi transmitido que as obras se iniciariam ainda no decorrer desse ano, 1990. Foi comunicado que os objectivos para o Mosteiro estavam decididos com o total acordo da autarquia e que os contactos com vista ao estudo da exploração hoteleira tinham já sido iniciados pelo IPPC. Os nomes das entidades envolvidas não foram referidos, porque "o segredo é a alma do negócio", como refere a título de justificação o documento em questão.

Assim, aquando da elaboração do estudo prévio, a situação era de impasse quanto ao destino a dar ao edifício. Segundo documentação recolhida no IPPAR, chegou a considerar-se a hipótese de estabelecer acordo com outras unidades hoteleiras, nomeadamente a Sopete e Associação dos Hoteleiros.

Inicialmente, (e uma vez que o edifício outrora existente estava praticamente reduzido a um escombros, muito embora fosse possível a percepção da organização espacial do mosteiro), Souto Moura, perante a situação de impasse chegou a sugerir, embora não oficialmente, a preservação da ruína. Como "alternativa menor", proceder-se-ia à limpeza e conservação das ruínas com estudo de percurso de visita, incluindo a construção de escadas e passadiços metálicos para abrangência do conjunto.

3. O PROJECTO

O contrato com o Arqtº Eduardo Souto Moura para o projecto de adaptação a Pousada foi assinado a 5 de Dezembro de 1989, sendo que o Programa Base foi entregue em Janeiro de 1990. Este programa mereceu aprovação pelo IPPC em Maio do mesmo ano.

O referido arquitecto tinha já nesta altura crédito firmado no seu meio, e uma carreira recheada de obras premiadas.

Nascido no Porto em 1952, colaborou com Álvaro Siza Vieira entre 74 e 79, licenciando-se no ano seguinte em Arquitectura pela Escola de Belas-Artes da Universidade do Porto; iniciou simultaneamente a sua actividade como profissional liberal.

A este propósito, e quanto à ideia de que existe uma escola do Porto, da qual Siza Vieira é o mestre e Eduardo Souto Moura um dos seus alunos, ela não merece o acordo do arquitecto, que não renegando a importância dos anos em que trabalhou no gabinete de Siza, reclama um percurso profissional individual, aproximado a uma escola mais abstractizante e minimalista.²⁵

Leccionou desde 81 na Faculdade de Arquitectura do Porto, e entre 88 e 94 nas escolas superiores de arquitectura de Paris-Belleville, Harvard, Dublin, Zurique e Lausanne.

Recebeu entre 1980 e 88 variados prémios, dos quais destacamos: prémio Secil de Arquitectura, Prémio Internacional "Pedra na Arquitectura" da Feira de Verona (pela Casa em Braga), Prémio Anual da Secção Portuguesa da Associação Internacional dos Críticos de Arte. Cinco dos seus projectos foram nomeados para o Prémio Europeu de Arquitectura Pabellón Mies van der Rohe: Casa das Artes, Habitações na Rua do Teatro e Centro Cultural para a SEC, Porto; Casa em Alcanena; Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro e Pousada de Santa Maria do Bouro, Amares.

Este último trabalho, sobre o qual presentemente nos debruçamos, valeu-lhe os prémios Pessoa (1998), Bienal IberoAmericana (98) e Menção Honrosa "Pedra na Arquitectura" (99).

²⁵ Cf. PINTO, Eugénio - Eduardo Souto Moura "Acredito na transpiração e não na inspiração". Jornal de Notícias, Notícias Magazine. (25 de Jul.1999).

Em 1992, o restauro do Mosteiro de Bouro estava inscrito no PIDDAC (Plano de Investimentos da Administração Central), não tendo sido investida a verba disponível. Uma vez que no ano anterior o mosteiro tinha sido contemplado com 100.000 contos atribuídos pelo Estado ao IPPC para a intervenção de emergência, tinham já sido gastos 43.000 contos no anteprojecto e não era claro o paradeiro da referida verba, estes factos motivaram uma intensa polémica, reflectida na imprensa de então.²⁶

Foi apontada a falta de vontade política, que teria "deixado escapar" os fundos da CEE, e que fez com que a intervenção não fosse contemplada no PIDDAC de 93. Este facto levou o Presidente do Município de Amares, José Carlos Macedo, a afirmar à imprensa a pretensão de anular a escritura de 1986 através da qual se verificou a cedência do imóvel à SEC caso o Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, não desse garantias de que a recuperação do mosteiro de faria a curto prazo.²⁷

Curiosamente, data também de 1992 uma notícia de imprensa²⁸ em que a Eurodeputada Maria Belo se manifesta contra a transformação do mosteiro em Pousada, defendendo o restauro do monumento "para não o deixar cair" em vez da sua total reconstituição (gostaríamos de fazer notar que os estudos de Souto Moura não iam no sentido de uma reconstituição, facto talvez desconhecido pela deputada), sem afastar a preocupação de dinamizar os interiores do edifício para actividades culturais.

Conforme se afirmou então, "Maria Belo duvida que um projecto economicista possa garantir, à partida, a revitalização de um monumento segundo objectivos histórico-culturais, que consubstanciem a sua total fruição pelo visitante anónimo".

A supracitada deputada afirmou desconhecer que o mosteiro estava entre os treze primeiros monumentos europeus escolhidos pela CE para serem alvo de financiamentos à sua recuperação, assim como a pretensão de levar a sua opinião ao conhecimento das instâncias da Comunidade Europeia.

²⁶ Ver, por todos, Recuperação do Convento de Bouro excluída do PIDDAC. «Jornal de Notícias». (1 Dez.1992).

²⁷ LOPES, Felisbela - Onde pára o dinheiro da abadia. Jornal Público. (5 Dez.1992).

²⁸ Convento de Bouro não deve tornar-se hotel. «Jornal de Notícias». (8 Dez.1992).

Somos levados a crer pelos posteriores desenvolvimentos que, ou isto não se verificou, ou a resolução não surtiu efeito.

Perante a indisponibilidade financeira da SEC, a ENATUR acabou por tomar a seu cargo a tarefa de "ressuscitar" o monumento, ou por outras palavras: "(...) a Secretaria de Estado do Turismo, através da ENATUR, vai enfim fazer o que a Secretaria de Estado da Cultura não foi capaz"²⁹.

É curioso notar que a proveniência das verbas utilizadas é em ambos os casos a mesma, ou seja, o Estado, que acaba por financiar este tipo de obras, variando apenas o organismo directamente envolvido. Assim, supomos poder logicamente concluir que a questão da "indisponibilidade financeira" manifestada pela SEC, se trata de facto de uma falta de vontade política, conforme apontado diversas vezes por outros agentes intervenientes em todo este processo.

O Projecto de remodelação do mosteiro, da autoria de Eduardo Souto Moura, acessorado por Humberto Vieira, foi co-financiado por fundos comunitários³⁰, o que obrigou a um rigoroso cumprimento dos prazos. No entanto, e como seria de esperar numa obra deste género, o projecto foi sendo ajustado à medida em que os trabalhos foram avançando, o que provocou atrasos no seu andamento. No dia 30 e 31 de Dezembro de 1994 deram-se na obra, e uma vez que o imóvel apresentava difíceis condições de estabilidade, derrocadas de paredes após as quais o empreiteiro referiu que a partir de então o importante seria prosseguir o trabalho devagar e bem³¹.

Numa fase inicial, a equipa projectista elaborou uma planta pormenorizada do piso térreo à escala 1:100, necessária para a compreensão

²⁹ LOPES, Felisbela - Abadia do Bouro será transformada em Pousada. Jornal Público. (30 Mar.1994) 27.

³⁰ Anúncio feito através do Boletim N° 12 das Comunidades Europeias que, no Capítulo de "Acção Cultural Conservação do Património Arquitectónico", declara a "abadia cisterciense" de Bouro como um dos monumentos dos países membros escolhidos para se proceder à respectiva conservação

³¹ Doc. 43

da evolução do edificado monástico, que foi depois actualizada para a leitura arqueológica³².

Enquanto o templo e a sacristia se conservaram em bom estado, até porque foram ininterruptamente utilizados pela comunidade paroquiana, o mosteiro apresentava as coberturas desmontadas na sua quase totalidade, interiores abatidos e recheios desaparecidos.

A situação de abandono e ruína em que se encontrava o mosteiro relaciona-se inevitavelmente com a incapacidade ou desinteresse em transformar este edifício numa estrutura útil e utilizada, enquanto espaço público ou privado. O tempo comprovou que as famílias que adquiriram o imóvel após a sua venda em hasta pública não tinham meios ou vontade de dotar o edificado de condições que lhe permitissem desafiar esse mesmo tempo.

Este estado ruinoso tinha-se já verificado em meados do século XVI, sendo que então se construiu um novo mosteiro desde as fundações. No século XX, uniram-se esforços e vontades numa proposta não menos radical, introduzindo uma nova função e conteúdo numa forma pré-existente.

Casos houve em que espaços antigos foram mantidos, tal como a modulação das celas, refeitório e cozinha, mantendo inclusivamente uma função aproximada à original. Por outro lado, as exigências ditadas pela nova Pousada, levaram ao enterramento de compartimentos e o aproveitamento a Sul, das divisões necessárias aos serviços do estabelecimento hoteleiro.

Como seria de esperar, o facto de a adaptação ter em vista a criação de uma estrutura hoteleira trouxe condicionalismos ao projecto, sendo que certas áreas ficaram em suspenso até existirem indicações precisas da ENATUR sobre exigências ligadas à funcionalidade hoteleira, só podendo o projectista solucionar esses espaços depois de dispor desses dados³³.

A obra foi adjudicada à Sociedade de Construções Soares da Costa e executada sob um projecto do Gabinete de Organização de Projectos, Lda - GOP. Por indicação do Director- Geral da DREMN, a Divisão de Monumentos foi

³² Consultar Plantas Gerais integradas na Documentação Iconográfica

³³ Doc. 39.

proposta para acompanhar esta nova fase da vida do imóvel. Assim, as tarefas de fiscalização foram adjudicadas pela ENATUR à PENGEST, Planeamento, Engenharia e Gestão, Lda, entidade que exerceu para a Divisão de Monumentos da DREMN todos os trabalhos de campo e obra indispensáveis ao acompanhamento, registo e informação do desenvolvimento da empreitada, substituindo-a na obra.

O Dono da Obra foi a ENATUR, Empresa Nacional de Turismo, S A .

O Livro de Obra da empreitada foi aberto a 29 de Julho de 1994³⁴, nele se registando todos os factos inerentes à mesma, incluindo actas de todas as reuniões realizadas na obra, com a presença de todos os agentes intervenientes: ENATUR, IPPAR, Universidade do Minho, Projectistas e Empreiteiro. Foram também realizados periodicamente relatórios relativos à remodelação do mosteiro, todos subordinados a uma mesma estrutura e englobando considerações sobre as frentes de actividade relativas a cada período, controlo de produção, qualidade e segurança, financeiro, comentário ao andamento dos trabalhos, reuniões e reportagem fotográfica.

Em consequência deste procedimento, foi elaborado um registo da obra em todas as suas etapas, utilizando inclusivamente suporte vídeo e fotográfico, o que nos permitiu uma análise da documentação bastante simplificada pela metodologia utilizada.

Embora esta documentação não se encontre actualmente organizada e disponível para consulta nos arquivos estatais, é indiscutível o cuidado, rigor e detalhe com que a empresa responsável pelo controlo e planeamento procedeu à organização dos dados relativos à intervenção.

Foi exactamente através destes relatórios de obra que nos foi dado a saber que a fiscalização ficou a cargo da DGEMN³⁵, nas pessoas da Arq^a Maria do Rosário e Eng^o Coimbra, tarefa também entregue à PENGEST, que estaria a substituir aquele organismo estatal. Por tudo isto não resulta clara a questão da tutela do edifício, nem quais os papéis desempenhados em concreto pela DGEMN e pelo IPPAR.

³⁴ Doc. 26.

³⁵ Doc. 28.

Confrontando as Instituições com esta questão, tal como fizemos, chegámos à conclusão de que nem os técnicos que a elas pertencem encontram fundamento legal em que se baseiem para justificar estes procedimentos e que as competências e tarefas de cada uma delas não estão bem definida, o que resulta num desempenho por vezes aleatório dos protagonistas, uma vez que as funções a eles atribuídas variam de caso para caso.

3. ATITUDE

O diálogo permanência/ inovação é um dado óbvio no resultado da adaptação deste edifício. Inicialmente, no que toca a este aspecto, Souto Moura tinha em mente um projecto radical. A intenção era a de distinguir claramente a sua intervenção da parte histórica do conjunto. Mas numa fase mais avançada do processo, a opção por uma intervenção de ruptura perdeu o sentido, uma vez que o edifício tinha sido ao longo da sua vida adaptado consoante as exigências de cada época, sofrendo diversas alterações, mas mantendo-se harmonioso.

Tal constatação foi reforçada pelas conclusões retiradas após a intervenção da equipa de Arqueologia liderada por Luís Fontes: «O mosteiro de Santa Maria de Bouro, tal como chegou aos finais do século XX, é uma produção arquitectónica resultante de um projecto de vida, no caso a da comunidade monástica cisterciense que o ocupou, deixando transparecer, nas suas diferentes partes, os diferentes projectos que enformaram a construção inicial e as sucessivas modificações e ampliações posteriores. Neste sentido, o mosteiro de Bouro não é um edifício unitário, estilisticamente homogéneo, mas sim um monumento que se foi construindo durante quatro séculos.»³⁶

Reiterando esta ideia, acrescentou que o edifício "...é bem a expressão material de todos os momentos de crise e de desenvolvimento por que passou a instituição, e que se revelam não tanto na alteração do modelo planimétrico tradicional, que se conservou sem grandes roturas, mas antes nas significativas modificações na distribuição funcional dos espaços, reveladores de uma sábia adaptação a novas necessidades decorrendo do crescimento da comunidade, e pela adopção de novos padrões estético-decorativos."³⁷

³⁶ Ver FONTES, Luís de Oliveira, *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares, aproximação arqueológica à evolução arquitectónica do edificado pós-medieval*, comunicação apresentada ao colóquio "Cister: Espaços, Territórios, Paisagens", Alcobaça, 16 a 20 de Junho de 1998

³⁷ GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco (coord.) - *Pousada de Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, S.A., 1997.

Assim, abdicando de uma dicotomia acentuada, Souto Moura preferiu o caminho da busca duma *naturalidade*, assumindo aqui esta palavra um sentido ligado ao devir do edifício, continuamente modificado segundo as exigências de cada época.

Subjacente a todas as etapas da intervenção está uma despreocupação em conciliá-la com as pré-existências, nomeadamente no que toca à sua lógica formal e construtiva. No caso que presentemente estudamos, a lógica verificada é outra: a introdução de novas utilizações num corpo histórico resulta naturalmente em novas formas.

No entanto, esse corpo nas suas múltiplas facetas não é de todo ignorado, neste caso até na utilização dos materiais, com o reaproveitamento de peças de cantaria outrora constituintes do edifício.

Sendo um processo já experimentado ao longo da história, tanto da arquitectura humana, como da actividade anterior do projectista, a reutilização da alvenaria reveste-se neste caso de contornos particulares. As pedras utilizadas para o recriar de um espaço, pacientemente reorganizadas, trazem consigo uma carga histórica e simbólica, porquanto esta estratégia não se baseou exclusivamente em critérios de ordem económica, sendo praticamente um manifesto, ideia esta que o projectista recusa mas que nos parece ter assim sido interpretada pela opinião pública, talvez pelo seu pioneirismo.

Aliás, esta opção foi bastante trabalhosa, na medida em que exaustivamente se desmontaram paredes, pavimentos, escadas e os mais diversos elementos, para logo depois os remontar no mesmo ou noutro local, por vezes com as mesmas pedras³⁸, tal como aconteceu por exemplo com o lajedo da antiga cozinha, actual refeitório, e com as cantarias das portas das celas, actuais quartos³⁹.

Assim, também acreditamos que neste e noutros casos "... a obra de Souto Moura reflecte um entendimento poético da tecnologia, que consiste no

³⁸ Doc. 28 a).

³⁹ Docs. 45 e 46, respectivamente.

reconhecimento da sua natureza abstracta. Mesmo quando ele modifica a *presença* de materiais tradicionais.”⁴⁰

Numa fase inicial da obra foi necessário um mês para esclarecimento de dúvidas do projecto face à realidade das pré-existências; nomeadamente na procura de definição de cotas de pavimento e soleiras, definição de linhas de condução nas acções de desmantelamento de paredes, orlas, colunas e arcos para posterior reposição ou reutilização. Foram inclusivamente dadas instruções no sentido de não se efectuar qualquer desmonte sem numerar e fotografar⁴¹, assim como não retocar com qualquer tipo de argamassa as pedras que apresentassem escoriações derivadas da sua própria deterioração.

Sendo veículo de memória (s), a utilização destes materiais vem mostrar que se por um lado podemos dizer que plasticamente, Souto Moura “assume o carácter híbrido dos materiais com que trabalha”⁴², o mesmo não se verifica nos planos que transcendem a materialidade.

Sabemos que as pedras disponíveis foram utilizadas não para reconstruir o edifício na sua forma original mas para uma nova construção, onde materiais como o aço tiveram também o seu lugar. O equilíbrio e a sintonia entre elementos antigos e modernos foi conseguido, tanto enquanto programa como resultado final. Segundo Souto Moura, o “pitoresco” resulta aqui de uma recusa em pura e simplesmente consolidar a ruína para fins contemplativos, optando pela inovação no que toca a materiais, funções e formas.

Genericamente, o confronto gerado pela diferente natureza dos materiais utilizados é parte vital da ambiência criada, sendo um dado de extrema relevância na fruição dos espaços. “Tenho algum fascínio pelos materiais. Fragmento imenso a construção e uso materiais diferentes na

⁴⁰ SOUTO DE MOURA, Eduardo [et al.] - Santa Maria do Bouro, construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro. Lisboa: White and Blue, 2001,p.19.

⁴¹ Embora saibamos através da documentação por nós analisada que foi concretizada uma reportagem fotográfica, após constatarmos a sua inexistência nos arquivos em que investigámos, não nos foi possível descobrir o seu paradeiro

⁴² SOUTO DE MOURA, Eduardo [et al.] - Santa Maria do Bouro, construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro. Lisboa: White and Blue, 2001,p.19.

própria construção. A construção passa a ser um somatório de planos e materiais. E gosto porque cria uma certa tensão, uma certa vibração, pôr em contraste materiais”⁴³. Esta estratégia está explícita no actual pátio das laranjeiras, no balcão em aço, que ressalta do conjunto⁴⁴, tal como a opção por lajes mistas de betão armado e vigas de ferro à vista e escadas e elevadores com estrutura metálica aparente.

Quando Souto Moura conheceu o conjunto que iria propor-se transformar, este apresentava-se em estado ruinoso, e toda a conversão do mosteiro em Pousada se confrontou com este tema - a ruína. De facto, perante o resultado final, concluímos que esta foi reposta, tal como provam o manto vegetal da cobertura, a ausência de tecto nas alas do claustro, os vãos envidraçados e sem cortinas, os corredores sem objectos, os vãos sem portas e até o tecto dos corredores, num material perfeitamente contemporâneo (aço *corten*), mas onde foi feita uma opção pela oxidação do material.

A condição apresentada pelo conjunto quando o projectista o conheceu, foi mais valorizada que os seus estados anteriores: “Para o projecto as ruínas são mais importantes que o “Convento”, já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história”⁴⁵. De resto, a memória das gentes de Bouro que acompanharam toda a intervenção retinha exactamente esta imagem, a de um edifício totalmente degradado, e perante o qual dificilmente se apreendia o seu aspecto anterior.

Assim, *ruína* conquistou aqui um novo significado, desprendendo-se da sua habitual conotação de abandono, mas ao contrário, sendo parte integrante e indispensável de um todo dinâmico, fazendo juz à qualidade que lhe foi reconhecida por Souto Moura: um meio maleável e em aberto para a conquista de uma nova identidade, através da injeção de materiais, formas e

⁴³ CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima - *Construir no tempo, building upon time*. Catálogo da exposição. Lisboa: Estar-Editora, 1999.

⁴⁴ Fotos 13 e 15.

⁴⁵ Doc. 25.

funções.⁴⁶ "(...) estamos diante de uma ruína em boa forma. Não suspira pelo passado nem lamenta o presente"⁴⁷

Conforme afirmado pelo arquitecto⁴⁸, a sua preferência vai para o "fazer de novo" em relação ao recuperar, porque se trata da construção de uma memória, sendo que no caso que presentemente estudamos uma das memórias mais presentes após a conclusão da intervenção é exactamente a da ruína, memória esta que coincide com a que o projectista tem do conjunto edificado, desde a sua infância.

Assim, estranhámos as afirmações feitas pelo Presidente do Conselho de Administração da ENATUR no texto introdutório da publicação por este organismo editada, onde pode ler-se que "À semelhança do que tem vindo a acontecer com outros monumentos, o Mosteiro de Santa Maria de Bouro foi adaptado e recuperado a Pousada sem que tivesse sido alterada a sua fisionomia..."⁴⁹. Não resulta claro o teor desta observação, sendo que não podemos compreendê-la, quer se refira ao aspecto do edifício antes ou durante o período de ruína. De facto, quer atentemos ao aspecto do conjunto na altura da decisão pela intervenção, quer à sua aparência anterior, constatamos que houve uma óbvia alteração da fisionomia do edifício.

Contudo, pudemos constatar numa auscultação feita aos utentes e gerentes das Pousadas, que muitos dos clientes associam as Pousadas de Portugal a uma reconstituição total e fidedigna dos monumentos em questão, ideia esta que muitas vezes se justifica pela falta de informação sobre os processos de adaptação.

⁴⁶ Cf. CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima - *Construir no tempo, building upon time*. Catálogo da exposição. Lisboa: Estar-Editora, 1999, p.37.

⁴⁷ JORGE, Fernando - Uma Ruína Em Boa Forma. *Jornal Público*, Pública, nº 201. (2 Abr.2000), P.62.

⁴⁸ PINTO, Eugénio - "Eduardo Souto Moura -Acredito na transpiração e não na inspiração". *Jornal de Notícias*, Notícias Magazine. (25 de Jul.1999), P.37.

⁴⁹ GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco (coord.) - *Pousada de Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, S.A., 1997.

A actual Pousada não deixa apenas transparecer a memória da ruína, mas também uma outra não menos importante, ligada ao carácter do edifício: o edifício monástico cisterciense mantém na nossa opinião o seu carácter. O despojamento é visível nas soluções adoptadas, inclusivamente no que diz respeito à decoração. O desenho rigoroso dos interiores, confere-lhes uma ideia de austeridade monástica, acentuada pela escolha dos materiais, tão diversos, mas aplicados numa lógica mais ligada à contenção do que à ostentação, tão característica neste tipo de hotéis, que são inclusivamente denominados *de luxo*.

Conforme afirmado pelo Presidente do Conselho de Administração da ENATUR, Eduardo Ambar, na publicação sobre a recuperação do edifício que se encontra disponível na Pousada para venda ao público, procurou-se "...que a nova unidade hoteleira resultante dessa recuperação e o destino que lhe está subjacente não se tivesse afastado do espírito do monumento pré-existente. Este mosteiro, de agora em diante "Pousada Santa Maria do Bouro", permitirá a quem nele se acolha, dispor de um ambiente confortável e tranquilo, proporcionando o regresso do imaginário a um passado de recolhimento conventual e de algum mistério..."⁵⁰.

⁵⁰ GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco (coord.) - *Pousada de Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, S.A., 1997, p.3.

4. ARQUEOLOGIA

A proposta do programa para o *Estudo Histórico-Arqueológico do Mosteiro de Bouro* foi elaborada em Novembro de 1993 a pedido do IPPAR, pelo Luis Fontes, arqueólogo da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Os encargos foram suportados na totalidade pela ENATUR, após solicitação do então presidente do IPPAR., Santos Pinheiro.

A proposta de programa e orçamento dá sequência a uma reunião realizada no mês anterior à sua elaboração entre Luis Fontes, os técnicos do IPPAR/ Norte- Arqtº João Carlos e Orlando de Sousa (arqueólogo) e o Arqtº Eduardo Souto Moura, e da qual resultou um programa com os seguintes objectivos: estabelecer a origem e evolução crono-cultural da ocupação humana do sítio; caracterizar a evolução dos modelos arquitectónicos do edificado conventual; caracterizar os instrumentos materiais do quotidiano monástico e determinar a influência do mosteiro no ordenamento da paisagem envolvente⁵¹.

Conforme referido no 1º Relatório de Trabalhos, os trabalhos preparatórios da intervenção arqueológica iniciaram-se no dia 21 de Fevereiro de 1994, sendo que as escavações propriamente ditas tiveram início no dia 1 de Março do mesmo ano. O atraso relativo à data inicialmente apontada para início dos trabalhos arqueológicos (2 de Janeiro), obrigou à alteração do faseamento previsto, dando-se prioridade à intervenção nas áreas afectadas directamente pelas obras para a pousada, e relegando para data posterior outros espaços tais como a igreja e "jardim do pároco". O território seleccionado para estudo correspondeu ao termo do antigo couto do mosteiro⁵², sendo que, globalmente, a área intervencionada atingiu os 1200 m2.

As obras de arquitectura foram de facto iniciadas antes do início das escavações arqueológicas, não lhes retirando contudo uma importância

⁵¹ Doc. 23.

⁵² Ver Plantas Gerais inseridas na Documentação Iconográfica do Catálogo Analítico

indiscutível. Embora uma melhor articulação entre as duas áreas tivesse facilitado a intervenção, na medida em que idealmente as escavações ter-se-iam completado antes da elaboração do projecto, a impossibilidade deste tipo de procedimento não foi sentida como um constrangimento pelo arquitecto Souto Moura, na medida em que não pretendeu resgatar a funcionalidade dos espaços nem a sua anterior disposição e características.

Inicialmente, o corte de vegetação, remoção de entulhos e limpeza de pavimentos, possibilitou uma leitura mais rigorosa dos alçados das paredes e da dimensão das divisões interiores. Foi assim possível identificar alguns vãos correspondentes a antigas aberturas, bem como arranques de paredes posteriormente demolidas e outros vestígios indiciadores de reconstruções e ampliações (negativos de colunas, sobreposição de pavimentos, sobreposição e adossamento de paredes, etc.).

O estudo teve a duração aproximada de oito meses, tendo os trabalhos sido encerrados no dia 13 de Outubro de 1994. Após esta data, foram destacados um desenhador, um auxiliar-técnico de escavação e três cabouqueiros, (todos eles supervisionados pelo arqueólogo), que não estando permanentemente na obra, se deslocavam ao mosteiro se necessário. Esta opção justificou-se pelas descobertas proporcionadas por desaterros em zonas que não haviam sido seleccionadas para intervenção⁵³.

Estas intervenções na sequência do acompanhamento às obras consistiram em trabalhos de escavação parcial ou simples registos, só possíveis com a colaboração da empresa de construção, comprovada pelo arqueólogo responsável: «De registar a colaboração interessada dos responsáveis no local pela obra, a cargo da empresa Soares da Costa, que colocaram todo o cuidado no acompanhamento dos trabalhos avisando sempre a equipa de arqueologia do aparecimento de vestígios arqueológicos, só prosseguindo após informação favorável do arqueólogo responsável».⁵⁴

Um exemplo disto mesmo foi o receptáculo do escoamento do lavatório da sala que servia de vestíbulo ao refeitório, que apareceu sob as

⁵³ Doc. 24 A)

⁵⁴ *Idem*

lajes do pavimento da zona de ligação entre a Cozinha e Refeitório, e a Ala Sul. Esta peça foi descoberta durante o desaterro desta sala para a construção do acesso do novo bloco de serviços da pousada a esta zona do mosteiro, e situa-se actualmente entre a sala de banquetes (antigo refeitório) e o claustro⁵⁵.

O referido estudo abrangeu diversas vertentes: escavação arqueológica, desenho de plantas e tratamento gráfico de informação, registo fotográfico e vídeo, pesquisa documental e bibliográfica (feita no ADB, AHMP e Arquivos Nacionais/ANTT), carta arqueológica, tratamento de espólio e registo informático de dados. «...as escavações permitiram descobrir sobreposições de pavimentos, observar alicerçamentos, esclarecer alterações planimétricas e recolher espólio diverso, destacando-se os restos de cerâmicas de uso doméstico. Por outro lado, a pesquisa documental possibilitou encontrar o registo de alguns contratos de obras, fornecendo datas precisas para a edificação de partes significativas do mosteiro de Bouro.

Da análise articulada de todos estes dados resultou a identificação de duas grandes fases construtivas...»⁵⁶

Podemos encontrar explicitadas as motivações que levaram a um estudo histórico-arqueológico. « A implementação deste projecto tem por base razões de salvaguarda e de ordem científica, decorrentes quer das obras a efectuar para a futura Pousada do Mosteiro de Bouro, com a consequente remoção de terras e destruição de eventuais vestígios arqueológicos, quer da necessidade de aumentar o conhecimento sobre as origens do convento, particularmente no que respeita à evolução e características do edificado».⁵⁷

Foi de facto esta intervenção que permitiu um acréscimo de informação acerca da evolução do edificado monástico, permitindo perceber variações na funcionalidade dos espaços.

⁵⁵ Foto 40

⁵⁶ FONTES, Luis de Oliveira, *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares, aproximação arqueológica à evolução arquitectónica do edificado pós-medieval*, comunicação apresentada ao colóquio "Cister: Espaços, Territórios, Paisagens", Alcobaça, 16 a 20 de Junho de 1998

⁵⁷ Estudo Histórico-Arqueológico do Mosteiro de Bouro, Novembro de 1993

A título de exemplo, apontamos a zona do Bloco Poente, onde foi possível confirmar a existência de um bloco primitivo que se desenvolvia apenas pela banda Norte do chamado "pátio agrícola", assim como se concluiu que a fachada Norte era anteriormente mais recuada, sendo que a fachada actual, com a estatuária, é uma ampliação do século XVIII.

Após a descoberta de uma sepultura dos séculos XII-XIII na zona do Jardim do Pároco, decidiu-se pelo aterro destes cortes, de modo a garantir a conservação dos vestígios e facilitar a sua desobstrução e limpeza. Esta opção baseou-se na convicção no grande potencial museológico (no sentido da ruína visitável) dos mesmos.

Toda a informação relativa a este estudo foi compilada em quatro Relatórios de Trabalhos, sendo que no último foram feitas algumas considerações sobre a possibilidade e interesse de aproveitar museologicamente os vestígios descobertos durante os trabalhos de escavação realizados no mosteiro⁵⁸.

A exposição pública da informação veiculada não chegou de facto a acontecer no que toca aos utentes da Pousada, uma vez que a expectativa da criação de um museu ou sala monográfica foi gorada. Curiosamente, a existência de "um pequeno museu" chegou a ser divulgada pela imprensa escrita: "A parte interior do edifício comportará também um pequeno museu que será dedicado à história do mosteiro, o que constituirá uma oportunidade para se encontrarem algumas explicações para o estado de degradação a que chegou o mosteiro"⁵⁹.

Contudo, foi editada pela ENATUR uma publicação bilingue sobre a Pousada, que pode ser adquirida exclusivamente no local, onde se pode encontrar um capítulo sobre a Arqueologia, na intervenção.

⁵⁸ Doc. 24 A).

⁵⁹ LOPES, Felisbela - Abadia do Bouro será transformada em Pousada. Jornal Público. (30 Mar.1994), p.27.

Curiosamente, a memória da população de Bouro veio acrescentar dados úteis à informação recolhida pela equipa de investigadores da Universidade do Minho: « Trata-se do alicerce de uma parede, já inexistente mas ainda recordada pelos habitantes de Bouro que conheceram bem o interior do mosteiro, que ia encostar a uma construção arruinada que existe mais a Sul.»⁶⁰

No que respeita à documentação e espólio produzidos, as partes acordaram pelo seu depósito na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, à guarda e responsabilidade de Luis Fontes, salvaguardando a hipótese de transferência da referida documentação, caso solicitada pelo IPPAR. Até à data da elaboração da nossa dissertação, tal não se verificou, tendo-se inclusivamente perdido o rasto ao espólio, nomeadamente cerâmico, descoberto durante as escavações.

A não integração de alguns dos elementos arquitectónicos e decorativos resultantes da intervenção arqueológica foi severamente criticada pelo arqueólogo responsável pelos trabalhos, tal como a utilização de alguns dos espaços da Pousada. O referido profissional diz aceitar a sensibilidade estético-decorativa dos arquitectos de modo a não concretizar a integração dos acima referidos elementos, mas considera inadmissível «... que os referidos elementos arquitectónicos fiquem atirados para um canto do claustro e se deixem apodrecer as pinturas no refeitório ou que determinados espaços sejam transformados em pouco dignas arrecadações de mobiliário, denunciando uma absoluta falta de sensibilidade, senão de cultura.»⁵

A propósito destas observações podemos acrescentar que certos espaços da Pousada, tal como a Sala do Capítulo, desempenham actualmente a função de arrecadações.

Assim, o arqueólogo conclui que a adaptação falhou na sua faceta de valorização das memórias dos espaços.

⁶⁰ 2º Relatório de Trabalhos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

Ainda assim, outros casos houve em que existiu de facto uma colaboração directa entre arqueólogos e arquitectos, como atestam os exemplos que seguidamente referiremos.

Durante os trabalhos arqueológicos detectaram-se alicerces e pavimentação correspondentes à cozinha de finais do século XVI. A cozinha existente à data da realização dos atrás referidos trabalhos correspondia a uma reconstrução e ampliação do século XVIII, incompletamente realizada na sua parte Sudoeste que se sobrepôs à anterior. Verificou-se também a existência de uma cisterna ao centro da cozinha do século XVI, a qual se pode actualmente observar no restaurante da Pousada, conforme preconizado pelo arqueólogo responsável pelo estudo histórico-arqueológico no 2º Relatório de Trabalhos: «A confirmar-se a descoberta, estar-se-á perante um importante testemunho seiscentista da organização do espaço monástico e sistema hidráulico associado, que importará conservar».

Na zona da ala Oeste (doc. /cortes AOSE.1 e 2), tal como na Sala AOL, a equipa deixou os vestígios a descoberto, por considerar importante a sua conservação e integração na futura pousada. Uma vez que as condicionantes do projecto de arquitectura para esta zona obrigavam à construção de uma galeria subterrânea, os pavimentos das salas em questão foram levantados e recolocados a uma cota mais elevada. Esta foi uma opção aceite pelos técnicos da U.M.: «É uma solução perfeitamente aceitável, tanto mais quanto os próprios pavimentos correspondem a anteriores remodelações com elevação de cotas, desde que se conserve integralmente o conjunto (lajes, pias e caixa de recepção)»⁶¹

⁶¹ Doc. 24 A)

5. ARQUITECTURA PAISAGÍSTICA

Curiosamente, este projecto assume como áreas de intervenção não só a Cerca (de Cima e de Baixo), mas também a cobertura da Pousada de Santa Maria do Bouro, plantada com espécies decumbentes, trazendo consigo a memória da vegetação espontânea dos tempos de ruína.

Tal como referido na Memória Descritiva⁶² (1993), o arranjo dos espaços exteriores obedeceu a critérios como distintas definições de circuitos públicos e de serviços, manutenção quase integral das plataformas existentes, manutenção e restauro dos caminhos e sistemas de vinhas que recortam as plataformas e recuperação das culturas agrícolas existentes e em estado de abandono.

Segundo a projectista responsável pelo Projecto de Exteriores, Arqt^a Maria João Dias Costa, o que se pretendeu preservar e valorizar foi exactamente o legado cisterciense em termos de ordenamento dos espaços que existia por altura da intervenção.

Este legado corresponderia ao que encontramos referido em texto da autoria da citada arquitecta que nos diz: "O que chegou até nós deste trabalho de ordenamento foram os muros, as levadas, os caminhos, a implantação de uveiras e ramadas, a definição dos patamares dos pátios e do claustro e a sua relação com o edifício."⁶³

Nas décadas precedentes da intervenção, a cerca teve uma função exclusivamente produtiva, passando depois desta, e subordinando-se ao novo uso dado ao reduto dos monges cistercienses, a retomar a função de local de meditação e lazer.

⁶² Doc. 25.

⁶³ GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco (coord.) - *Pousada de Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, S.A., 1997, p.27.

Conforme esclarece a autora do projecto, " O reordenamento da Cerca originou três zonas, a saber:

- A zona da Piscina enquadrada pelo Olival e pela Leira do Moinho, animada pela Levada;
- A zona dos Prados onde esteve sempre presente a necessidade de identificação do espaço exterior com o Mosteiro. Através destes reabilitou-se um antigo percurso sob ramadas, agora adossado também a uma nova modelação;
- A zona do Laranjal, com efeito essencialmente visual, aromático e económico, retoma a tradição da Laranja do Bouro. Este Laranjal, visto seja do adro, dos quartos da Pousada, seja da amurada do velho Pátio dos Carros, garante uma boa estabilidade visual, imprimindo a necessária grandiosidade que a Cerca no seu conjunto sempre teve."⁶⁴.

No que toca à Cerca⁶⁵ do mosteiro, no caso do Bouro, a gestão é feita pela ENATUR.

Em relação à manutenção da Cerca, era em 1990 intenção da Arq^a Margarida Coelho propor à Câmara um contrato de comodato a fim da Autarquia contactar eventuais interessados em explorar agricolamente os terrenos envolventes do Mosteiro, aspecto este de grande relevância quanto ao envolvimento entre o património e a população.⁶⁶

⁶⁴ GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco (coord.) - *Pousada de Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, S.A., 1997, p.29, e Fotos 9, 12 e 18

⁶⁵ Debruçamo-nos sobre este aspecto na convicção de que a Cerca e a igreja constituem parte integrante do Mosteiro.

⁶⁶ No caso do mosteiro de Tibães, por exemplo, o IPPAR estabeleceu com a população local um contrato de comodato para o cultivo da Cerca.

6. DECORAÇÃO E MOBILIÁRIO

O Departamento de Defesa, Conservação e Restauro do IPPAR, destinou no ano de 1997 verbas para a recuperação dos azulejos de Santa Maria do Bouro, tarefa essa que foi entregue ao Centro de Restauro de Tibães, sob a responsabilidade da Dr^a Paula Menino Homem.

No que toca à azulejaria pré-existente, e conforme atestado pela referida técnica, o estado geral de conservação dos azulejos era bom, embora algumas das peças tenham sido vítimas das obras inseridas no plano de recuperação do edifício, tal como aconteceu com o painel que reveste a parede sobranceira ao claustro. A partir de então, e sob indicação expressa da referida entidade, foi montada uma protecção destinada a evitar futuros acidentes similares.

A partir de 1995, o Centro de Restauro acompanhou o tratamento dado a estas peças, até à conclusão dos trabalhos.

7. A OPINIÃO

Em termos institucionais, o mosteiro de Santa Maria do Bouro, foi negligenciado durante anos pelos organismos capazes de salvaguardar a sua estabilidade. O adiantado estado de ruína terá paradoxalmente sido um dos principais factores do abandono. Verifica-se em 1946 uma recusa da proposta de classificação do edifício como Imóvel de Interesse Público por parte da DMN⁶⁷, sob a justificação de não reunir as condições necessárias para a atribuição, relacionando isto com o estado ruinoso do imóvel.

Em 1957, e uma vez que a Direcção Geral da Fazenda Pública tinha pedido informações acerca do edifício, facto de que o Pároco da freguesia de Amares tomou conhecimento através do Secretário de Finanças da mesma

⁶⁷ Doc. 54.

localidade, o próprio padre fez uma apologia da protecção do edifício "bom", esquecendo por completo a parte ruída⁶⁸.

De facto, a Igreja teve a sua opinião sempre ouvida pelas entidades estatais, sendo inclusivamente muitas vezes chamada a prestar informações sobre o edifício em questão, tal como aconteceu nesta ocasião, em que o Estado contacta o Arciprestado de Amares para saber quais os proprietários do mosteiro.

Na realidade, esta proximidade que não só o Pároco, como toda a comunidade paroquiana tem em relação ao imóvel, é facilmente compreensível se olharmos para o aspecto da utência. Tanto no caso presentemente estudado como em muitos outros, a igreja e dependências afectas são propriedade da Igreja, e consequentemente apropriadas pelos seus fiéis, que quotidianamente usam e vivem o referido espaço, zelando por isso pela sua condição.

Assim se explicam os numerosos documentos por nós encontrados nos arquivos consultados, remetidos pelo pároco e paroquianos, reclamando a protecção do edifício, denunciando a sua vulnerabilidade⁶⁹.

Como seria de esperar, os espaços usados são os que mais depressa movimentam vontades e atenções, e são os que naturalmente vão sendo conservados. Foi exactamente o que aconteceu relativamente ao conjunto edificado.

Em 1962, para além da igreja e sacristia afectas ao culto, os espaços ocupados pela residência paroquial, Junta de Freguesia e habitação do caseiro da cerca conventual, foram apontados pela DGEMN como os necessitados de obras de conservação e restauro urgentes, sendo que para o conjunto desocupado se aconselharam apenas obras de consolidação e limpeza⁷⁰.

A Igreja nem sempre pode ou quis prover os espaços de que era proprietária com obras necessárias, mas sempre conferiu ao edifício uma importante carga simbólica e afectiva ligada ao seu passado, nunca renegando

⁶⁸ Doc. 55.

⁶⁹ Doc. 56.

⁷⁰ Doc. 57.

a sua importância patrimonial. O Mosteiro do Bouro "... de passado tão brilhante na fundação e consolidação da nacionalidade, na projecção cristã e no ensino e cultivo das Letras", conforme afirmado por um dos párocos da freguesia de Bouro⁷¹, sempre mereceu por parte da Igreja uma valoração teórica e afectiva, ainda que não efectiva, na medida em que a preservação e conservação dos espaços não foi por ela garantida.

Existem aliás críticas documentadas à actuação de párocos e paroquianos, como num relatório do Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes de 1969, onde é apontado o desleixo dos párocos e populações, que poria inclusivamente em causa a sobrevivência da igreja e seu conteúdo de inegável valor artístico.

O Poder Local , Câmara Municipal e Junta de Freguesia, desempenhou um papel significativo no que toca ao alerta dado sobre o estado do conjunto. Encontrámos numerosos documentos enviados por estas entidades manifestando a sua preocupação com a preservação do património, embora estas preocupações se tenham algumas das vezes baseado em critérios aleatórios e pessoais dos seus responsáveis. Estando de facto ao corrente da situação do edifício, procedimento dos proprietários, atentados e eventuais alienações, anónimas ou não, é certo que casos houve em que estes agentes actuaram de modo incorrecto, até mesmo ilegal.

Quer isto se relacione com o desconhecimento da legislação em vigor ou não, verificaram-se utilizações abusivas do património, como quando a Câmara retirou cantarias da zona da antiga Botica, a Junta de Freguesia executou trabalhos de terraplanagem para a criação de um campo de jogos destruindo o portal de pedra de acesso à propriedade ou decidiu empreender obras no edifício, à revelia da entidade que o tutelava.

Por outro lado, não raramente encontrámos casos em que esta mesma Junta dirigiu ao Estado, inclusivamente à mais alta hierarquia calorosos e veementes apelos com o intuito de que a restauração do Mosteiro de Santa Maria fosse uma realidade⁷².

⁷¹ Doc. 58.

⁷² Doc. 64.

A Câmara Municipal de Amares deu também provas várias do desejo de salvaguardar este património, sendo talvez a maior delas a aquisição e posterior oferta ao IPPC do edifício em troca da sua recuperação.

Podemos dizer que por parte das entidades institucionais que indirectamente intervieram em todo o processo, foi sempre atribuído um enorme valor histórico e artístico ao imóvel e seu recheio, constantemente referidos como estando no limiar da irrecuperabilidade, e associando este estado a exemplos congéneres, como o caso de Tibães e Rendufe, também eles exemplares da mais imponente arquitectura religiosa minhota.

Esta mesma preocupação com o estado do edifício foi também manifestada pela imprensa local, que fazendo referência ao estado ruinoso do edificado, apelou à conservação do referido património.⁷³

De resto, do processo ligado à recuperação do mosteiro de Bouro foi sendo dada notícia na imprensa nacional desde a fase inicial de discussão sobre o destino a dar ao edifício até à sua conclusão, sendo que mais recentemente (após a conclusão) encontrámos também uma série de peças da imprensa escrita reflectindo sobre a obra de adaptação, sendo que nos casos por nós analisados o balanço é sempre positivo e elogioso.

Curiosamente, perante a análise da imprensa escrita por nos efectuada, pudemos concluir que todas as notícias anteriores à conclusão da obra não mereceram destaque nas respectivas publicações, aparecendo nos cadernos regionais ou em reduzidas dimensões, sendo que as grandes peças e reportagens se verificam após os trabalhos de adaptação.

Pudemos também verificar que no decorrer da empreitada, os órgãos de informação escrita revelaram por vezes alguma falta de informação em relação aos organismos envolvidos e a dados específicos, como acerca das responsabilidades atribuídas às partes e valores orçamentais.

⁷³ Um convento abandonado e triste. «Diário Ilustrado». (29 Dez.1956), e CÉSAR, Amândio - Um mosteiro abandonado: o de Santa Maria de Bouro. Diário Ilustrado. (18 Set.1958) 1-6.

Sabemos que ainda que, embora com a parte conventual em estado precário, todo o complexo edificado era visitado por um número significativo de pessoas.

Desde a doação da actual propriedade da Pousada ao IPPAR até à decisão sobre o destino do edifício, este organismo realizou pequenas obras de limpeza da vegetação e colocação de sinalética, com o objectivo de abrir o edifício ao público, permitindo assim a circulação da população local e eventuais visitantes pelas ruínas.

CONCLUSÃO

Perante a análise dos três casos que estudámos no presente trabalho, vamos agora reflectir sobre aquilo que têm em comum e sobre aquilo que os separa, tentando sistematizar conclusões relativas àqueles processos de intervenção no património.

Logo à partida e numa primeira abordagem, estamos perante bens patrimoniais enquadrados, em termos de tipologia patrimonial, na categoria de *atracções*¹ *sócio-culturais*, locais e dispositivos pré-históricos e históricos², onde a consideração de todos os seus valores desembocou num acentuar do seu valor económico, uma vez que as intervenções realizadas visam a obtenção de receitas por via turística.

Se por um lado falamos de valores patrimoniais, *objectos* de valor que atravessam gerações, e dos quais os indivíduos se apropriam emotivamente como inspiração, conforto ou possessão, vamos por outro ter necessariamente que reflectir sobre uma outra dimensão: um uso mais moderno do património, enquanto promoção de um produto.

Trata-se de um património que é sentido pelos seus consumidores como um benefício, e simultaneamente assim apresentado, implícita e explicitamente, pelos produtores que reconhecem uma procura de tais *produtos*.

Pudemos através da documentação consultada constatar que existiram de facto preocupações no que toca à rentabilidade das estruturas em questão, como atesta por exemplo o caso da intervenção no Convento de Santa Marinha da Costa, onde o projecto de arquitectura foi questionado a ponto de se optar pela construção de um novo corpo arquitectónico, de modo a aumentar o número de quartos e assim rentabilizar o investimento.

¹ Neste contexto, a palavra *atração* é utilizada no sentido de descrever um local, tema ou área que atrai visitantes, conforme sugere Richard Prentice.

² PRENTICE, Richard - *Tourism and heritage attractions*. London: Routledge, 1993, P.39.

Por outro lado, não nos foi possível aceder a documentação mais detalhada relativa a estudos ligados à viabilidade e rentabilidade económica destes empreendimentos, nem sequer comprovar a sua existência.

No entanto, sabemos que há diversos casos europeus em que a política de conservação suplanta os intuitos comerciais, tornando-os secundários. A *comercialização* é nalguns casos uma justificação *post hoc* de uma determinada política de conservação, ligada a um cada vez maior número de edifícios que necessitam de um *uso utilitário*, para sobreviver.³

O facto de desconhecermos estudos de mercado sobre a viabilidade económica das Pousadas em questão, assim como a constatação de que as taxas de ocupação não demonstram uma rentabilidade elevada, leva-nos a concluir que nestes casos a recuperação do património classificado se sobrepõe aos referidos intuitos comerciais, o que não invalida a inexistência de uma política de conservação regrada.

Referimo-nos à tutela destes espaços após a intervenção, já que embora se tratem de espaços protegidos pela legislação, não existe uma vistoria e fiscalização eficazes no sentido de assegurar a correcta conservação dos conjuntos protegidos.

Esta tarefa é, dentro do quadro legislativo, atribuída à D.G.E.M.N.⁴, embora não encontremos uma verificação prática da mesma.

Estamos talvez perante um caso de legislação inadequada, já que não resulta numa eficaz articulação entre a tutela (IPPAR) e o organismo responsável pela fiscalização dos imóveis protegidos e classificados.

Contudo, continuamos a verificar que um dos problemas de fundo que afecta, ainda hoje, o nosso património nacional é uma desarticulação de acções, decorrente da sobreposição de poderes por parte de várias entidades ministeriais e seus sub- organismos⁵.

³ ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. - *The Tourist-Historic City*. London: Belhaven, 1990.

⁴ Dec.-Lei Nº 22787 de 29 de Junho de 1933

⁵ NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista - *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Lisboa: [s. n.], 1995. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. (policopiado)

Muito embora as competências das Instituições intervenientes esteja legalmente definida, pudemos verificar que na prática esta clareza não se verifica. Frequentemente se verificam lacunas de informação, que obviamente impossibilitam uma colaboração efectiva entre as partes actuates.

Para além disto, muitas vezes os diversos agentes ligados à vida do património classificado não acompanham a renovação da legislação ou a alteração das entidades tutelares e suas competências, o que ocasiona frequentemente equívocos mais ou menos graves, consoante o seu teor.

Encontramos exemplos disto mesmo nalguns dos casos por nós estudados, onde por vezes um edifício é classificado pela DGEMN, passando depois a ser tutelado pelo IPPAR (após a sua criação); aqui, acontece regularmente que toda a correspondência remetida por algumas entidades e particulares continua a ser enviada para a DGEMN, por uma questão de hábito, tradição ou desconhecimento. No caso de não haver uma resposta ao remetente, e não se verificando uma articulação entre os Serviços referidos, todo um processo pode ser comprometido.

Por outro lado, conforme se verificou em Vila Nova de Cerveira (1944), muitas vezes as Autarquias desconhecem a legislação relacionada com os edifícios classificados como Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Público. O caso referido, respeitante a obras efectuadas pelo proprietário de um edifício localizado na zona de protecção do Castelo, com autorização camarária, mas desconhecimento da Tutela (DGEMN), reflecte isto mesmo.

Podemos considerar que este não é um caso isolado, a partir das palavras de um técnico da DGEMN (Arquitecto Chefe de Secção) que pede nesta altura que "...sejam esclarecidas todas as Câmaras do Paíz, acerca do disposto quanto a Monumentos Nacionais, a fim de evitar situações embaraçosas e injustas para os particulares que munidos da respectiva licença Camarária, não podem acarretar com a ignorância ou despreso pelas leis, que algumas Câmaras claramente manifestam." ⁶.

⁶ Doc.83 do Catálogo Analítico - Ficha A, Castelo de Vila Nova de Cerveira

Neste caso, a Câmara contrapôs afirmando o desconhecimento da obrigação de submeter à DGEMN os projectos e acrescentando que desconhecia a classificação do monumento, de que aliás tinha uma licença da Direcção Geral da Fazenda Pública para limpeza e conservação.

Sabemos no entanto que o Turismo tem sido uma das mais crescentes indústrias nos países da Comunidade Europeia nos últimos trinta anos, o que naturalmente motivou a criação de novos atractivos e uma maior diversidade na promoção de destinos, consoante os vários mercados.

Sem querermos aprofundar excessivamente questões técnicas ligadas à área do Turismo, até porque tal não nos compete nem se enquadra no âmbito do presente trabalho, não podemos no entanto deixar de tecer algumas considerações que nos parecem, para além de legítimas, de grande utilidade para o enriquecimento do tema que pretendemos tratar.

Assim, há uma série de factores determinantes para o enquadramento dos casos relativos às três Pousadas que escolhemos como objecto de estudo, pelo menos no que toca à nova utilização que lhe foi conferida após o processo de intervenção.

No que concerne ao *consumo de património*, sabemos que os monumentos de um lugar, a sua paisagem e cultura dos seus habitantes se tornam recursos passíveis de exploração.

Actualmente, o património natural e cultural, particularmente a arquitectura, constituem recursos turísticos europeus. O interesse turístico na Europa reside na variedade das suas paisagens, locais históricos e monumentos artísticos, daí que o trabalho consumido na preservação desta herança partilhada tenha ligação directa com a economia.

O património arquitectónico é um dos propulsores deste turismo internacional, sendo por isso uma importante fonte de receitas para várias

áreas da Comunidade, assim merecendo ser preservado como uma fonte de riqueza.⁷

Numa altura em que, com o alargamento do conceito de *Património* (natural ou científico, cultural, construído e paisagístico), tanto se questiona aquilo que se enquadra ou não no património a proteger, há de facto um mercado onde o gosto pelo passado traz dividendos.

Se concordamos com Lowenthal quando defende que a insatisfação com o presente e a apreensão quanto ao futuro induzem a olhar para trás com nostalgia, provocando a equiparação do que é belo e razoável com o que é antigo e passado⁸, somos por outro lado levados a considerar algo redutora a ideia defendida por Hewison quando diz que a nostalgia é profundamente conservadora.⁹

Concordando que o conservadorismo, com a sua ênfase na ordem e tradição, assenta em apelos à autoridade do passado, parece-nos no entanto que a nostalgia pode trazer consigo uma energia renovadora, provocando uma transformação do presente.

É de resto nesta perspectiva que encaramos as três intervenções em questão, não nos reportando à existência de um sentimento nostálgico, mas considerando que três olhares sobre o passado resultaram, através de diferentes (re)interpretações e sensibilidades, em três novas propostas, obviamente reveladoras do seu próprio tempo e carregando consigo outras formulações, concepções e intenções.

Algumas das apreciações feitas à obra dos arquitectos que nestes casos actuaram sobre o património contrariam esta visão negativa do peso do passado e da tradição, reafirmando a capacidade de a arquitectura moderna

⁷ COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES - A Community policy on tourism: initial guidelines. «Bulletin of the European Communities». Supplement 4/82, (1982).

⁸ LOWENTHAL, D. - Dilemmas of preservation. In LOWENTHAL, D.; BINNEY, M. - *Our Past Before Us*. London: Temple Smith, 1981

⁹ HEWISON, R. - Heritage: an interpretation. In Uzzel, D. - *Heritage Interpretation*. London: Belhaven, 1989. Vol. I

se identificar com os valores formais e espaciais da tradição: “A obra de Fernando Távora evoca sempre o passado: evoca-o naturalmente quando recupera um edifício ou quando acrescenta algo de novo a uma velha construção, mas evoca-o também quando constrói de raiz ou aborda a temática da cidade. Arquitecto moderno, à sua modernidade sempre repugnou porém ignorar, esquecer ou destruir, pois na sua obra os valores desta modernidade sempre ombrearam, nostálgicamente, com os da tradição; é portanto no quadro de uma relação dialética entre presente e passado que importa entender a progressiva inserção da arquitectura de Távora, sempre desenhada sem concessões miméticas ou pitorescas...”¹⁰.

— Sem contradizer esta perspectiva, é contudo Távora quem diz que «“A obsessão pela conservação do património quase denota falta de criatividade. Nos períodos criativos não existiu esse interesse. Há uma certa decadência nesta obsessão por conservar edifícios”. Contra a voz corrente Távora defenderá sobretudo um conceito patrimonial arquitectónico “alargado” em termos espaço-temporais, afirmando neste contexto que também “o nosso território tem que ser considerado na sua totalidade como património, isto é, como qualquer coisa de precioso que herdámos (...) Daí que quanto a nós não seja mais possível isolar os dois termos de território e de património, considerando este apenas como o conjunto de valores construídos ou naturais de especial significado (...). Património não pode ser apenas aquilo que os antepassados (...) nos deixaram. O património resulta de uma criação permanente e colectiva e o próprio acto de recuperação do património tem de ser um acto de criação e não um acto de rotina burocrática ou de capricho pessoal”»¹¹.

¹⁰ TRIGUEIROS, Luiz (publ.) - *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993.

¹¹ *Idem*

Parece-nos ser ajustado refutar a noção de que "As the past solidifies around us, all creative energies are lost"¹², uma vez que esta solidificação pode implicar criatividade a até arrojo, caso de que a Pousada de Santa Maria do Bouro será talvez o mais claro exemplo por nós estudado.

Consideramos que este exemplar, através do diálogo entre as pré-existências e as inovações, de algum modo contradiz a radical teoria de que "As the past begins to loom above the present and darken paths to the future, one word in particular suggests an image around which other ideas of the past cluster: the heritage."¹³

O facto de o novo destino escolhido para os três complexos arquitectónicos e sua envolvente paisagística (nova utilização enquanto estruturas hoteleiras) garantir a conservação e preservação dos valores patrimoniais classificados, torna de certo modo bem sucedida uma parte do investimento realizado, tanto mais que a sobrevivência destes espaços enquanto hotéis depende e implica uma relação directa entre o património e seus consumidores, na medida em que estes *vivem* o património, na acepção mais directa da palavra.

Durante a estadia dos hóspedes, o antigo conjunto militar, conventual ou monacal passa a ser a sua casa, o local onde se dorme, come, descansa e pura e simplesmente se vive, o que, convenhamos, facilita o estreitamento de eventuais laços de afectividade entre os consumidores e o património, e/ou até uma apetência e curiosidade acrescidas no que toca a descobrir mais sobre os edifícios, aquilo que os rodeia e a vida de quem em tempos idos também partilhou dos mesmos espaços.

Daqui se compreende facilmente o desejo manifestado por alguns dos actuates nestas intervenções, sobretudo aqueles que foram responsáveis pelas campanhas arqueológicas, como Manuel Real ou Luís Fontes, tenham propugnado pela criação de estruturas (salas monográficas ou núcleos

¹² HEWISON, R. - Historic Buildings and Monuments. In *A Queen's Progress*. Edinburgh: HMSO.

¹³ *Idem*

museológicos instalados nas próprias Pousadas) que disponibilizassem ao público informação histórica e arqueológica acerca dos complexos históricos intervencionados.

Esta intenção não foi concretizada, existindo apenas no caso da Pousada de Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro publicações disponibilizadas pela Enatur, que os utentes podem comprar de modo a obter informação sobre as respectivas intervenções e dados históricos acerca dos locais intervencionados.

Em nenhum dos três casos por nós estudados é o revivalismo a dar o mote às intervenções. Nenhum dos projectistas pretendeu reconstituir formal ou ambientalmente os edifícios e envolventes tal como eram no passado, nem sequer aquilo que deles se conhecia na altura das intervenções.

Em nenhum dos casos se verificou um embalsamento do património, no sentido da reconstrução das pré-existências. Contudo, acreditamos que em nenhum dos três se negou a História, mas antes se usou o passado, articulando-o com novos dados, articulação esta que permitiu uma resposta às exigências da vida contemporânea, numa atitude partilhada com Fowler, quando afirma que o passado não é meramente algo que aconteceu, mas sim um fenómeno contemporâneo.¹⁴

Todos os três casos são respostas arquitectónicas, ainda que diferenciadas, necessárias à continuidade da vida dos sítios.

Todos eles reinterpretaram, obviamente de formas diferentes, as pré-existências, daí o também diverso resultado final, mais ou menos aproximado da memória ou da imagem mantidas pelos cidadãos em geral, e pelos conhecedores do local, em particular.

Reconhecemos ser melindroso e de difícil definição o conceito de *memória* enquadrado neste contexto, uma vez que, genericamente, no que toca à atribuição de valor patrimonial a um determinado objecto, os critérios

¹⁴ FOWLER, P. - Archaeology, the public and the sense of the past. In LOWENTHAL, D.; BINNEY, M. - *Our Past Before Us*. London: Temple Smith, 1991.

são heterogéneos, diversos e muitas vezes pessoais, sendo que a *memória* é muitas vezes um dado de peso neste tipo de avaliação.

Contudo, julgamos não se poder, nestes casos, afirmar que a memória dos edifícios primitivos constituísse uma grande referência cultural colectiva, porquanto durante o processo decorrido desde a decisão pela intervenção, praticamente todas as manifestações relativas à opinião pública se situaram no plano da comunidade local, como mostra a análise da imprensa da época e da documentação de arquivo.

Ainda dentro deste tema, verificámos um fenómeno interessante, relativo a uma *memória* daquilo que não se conheceu, ou seja, um ideal construído a partir de uma série de vectores não directamente ligados a uma realidade passada, em termos formais, no que toca aos edifícios, nem em termos do ambiente vivido nesses contextos noutras épocas.

A este propósito, gostaríamos de lembrar uma das considerações de Hewison sobre estes aspectos, que nos parece reflectir uma preocupação por demais actual: "My objection is that Heritage is gradually effacing History, by substituting an image of the past for its reality. Our actual knowledge and understanding of history is weakening at all levels, from the universities to primary schools. At a time when the country is obsessed with the past we have a fading sense of continuity and change, which is being replaced by a fragmented and piecemeal idea of the past constructed out of costume dramas on television, reenactments of civil war battles and misleading celebrations of events."¹⁵

Soubemos, através dos actuais funcionários da Pousada de Santa Maria do Bouro, que muitos dos utentes se sentem defraudados nas suas expectativas, construídas em torno de um ideal de *fidelidade* perante o passado. Este ideal acarreta obrigatoriamente a noção de autenticidade, que

¹⁵ HEWISON, R. - Heritage: an interpretation. In Uzzel, D. - *Heritage Interpretation*. London: Belhaven, 1989. Vol. I, p.21.

acrescenta uma outra dimensão à heterogeneidade das *atrações patrimoniais*, como lhes chama Prentice.¹⁶

Esta definição é enquadrada numa abordagem profunda e sistemática ao *turismo patrimonial*, um aturado trabalho de investigação realizado por Prentice na década de noventa sobre os mecanismos que regem o mercado turístico associado ao património na Grã-Bretanha em particular e na Comunidade Europeia em geral.

Debruçando-se sobre vários aspectos, tais como motivações, intenções, benefícios e efeitos, entre outros, este autor realizou um trabalho que não encontra ainda paralelo no nosso país, facto que só podemos lamentar, na medida em que se revelaria uma útil ferramenta na pesquisa desenvolvida sobre o património, na sua faceta ligada à vertente turística.

De resto, dificilmente seria possível realizar um trabalho desta monta no Portugal contemporâneo, já que não dispomos do tipo de informação organizada por determinados organismos estatais britânicos, onde se encontram à disposição dados preciosos para este tipo de estudo.

Gostaríamos aliás de referir que existem na Grã-Bretanha bastantes dados estatísticos destinados ao entendimento dos fenómenos ligados ao consumo de património, área sobre a qual recaem, por exemplo, várias perguntas formuladas nos Censos Nacionais, o que ilustra bem a valorização deste tipo de informação por parte do Estado.

A propósito das precedentes considerações sobre o dualismo Património/ História, diz-nos Battista: "Ora se o passado é, por definição, algo de imutável, aquilo que pelo contrário muda e se transforma é o conhecimento que dele cada geração apreende."¹⁷

Claro que esta constatação, da qual não duvidamos, pode fomentar posturas e opções diversas: se por um lado podemos resistir a esta *espontânea e por vezes irracional selectividade* contrapondo factos históricos de modo a restabelecer a correcção e rigor científico, podemos, por outro, *sucumbir* à

¹⁶ PRENTICE, Richard - *Tourism and heritage attractions*. London: Routledge, 1993.

¹⁷ BATTISTA, 1999

sede de passado que resulta por vezes num desequilíbrio entre as noções de *real* e *ideal*.

Este desequilíbrio conduz frequentemente a um *endeusamento* do passado, a uma excessiva valorização do antigo, em detrimento duma postura crítica em relação à validade e valor daquilo que se põe em causa conservar, ou, por outro lado, inovar.

"A história das cidades dá-nos conta de quanto hoje é actual construir no construído e, no entanto, em nenhum período da história o homem teve tanto medo, como na actualidade, de realizar, à imagem das suas ideias e vontades, as diferentes formas que, ao longo do tempo, essas mesmas adquiriram." ¹⁸

Parece-nos que os projectos de intervenção/ adaptação, actualmente referidos como polémicos ¹⁹, não chegaram a sê-lo, na medida em que o processo se cingiu a uma esfera institucional, não havendo um acompanhamento por parte da opinião pública. A polémica, a ter existido, terá acontecido numa fase posterior, após a conclusão das intervenções.

Após esta conclusão, o impacto do resultado na população foi bastante mais acentuado, ou seja, a repercussão das obras foi notória, uma vez que houve, ao que parece, um acréscimo da valorização do património em questão.

Tivemos oportunidade de constatar que a população local e dos arredores (sobretudo no caso da Pousada de Santa Marinha da Costa) se sente satisfeita e até orgulhosa da intervenção realizada, sendo muito frequentes as deslocações regulares a estes empreendimentos hoteleiros com o objectivo de desfrutar e usufruir do local (arquitectura e envolvente), utilizando como pretexto a frequência do restaurante ou bar, já que os preços referentes ao alojamento são muitas vezes considerados proibitivos.

¹⁸ CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima - *Construir no tempo, building upon time*. Catálogo da exposição. Lisboa: Estar-Editora, 1999.

¹⁹ *Idem*, p.8

Outro dado curioso, e em nossa opinião relevante, é a escolha destes locais por parte dos conterrâneos, e não só, para cerimónias e celebrações socialmente valorizadas, tais como baptizados e casamentos.

De resto, e pelo contacto que tivemos com as populações, pudemos aperceber-nos de que todas as três Pousadas são sentidas como uma mais-valia pelos habitantes das respectivas localidades. Lamentamos não poder chegar a conclusões no que toca à repercussão nacional destas intervenções, mas não dispomos de dados credíveis em quantidade suficiente para produzir uma avaliação rigorosa.

No que toca à intervenção no Castelo de Vila Nova de Cerveira, parecem-nos estar perante o caso em que mais se investiu em manter as pré-existências, no sentido da organização espacial da Pousada.

Referimo-nos à manutenção dos aglomerados habitacionais, atitude esta que trouxe de facto uma novidade, dentro do contexto das anteriores intervenções ligadas às Pousadas de Portugal.

Aqui, verifica-se, pela primeira vez, uma dispersão das células de alojamento para hóspedes, que apresentam localizações diversas dentro do espaço muralhado.

Esta opção não foi pacífica, já que por diversas vezes se questionou a funcionalidade da mesma; isto porque, para aceder às zonas de apoio (bar, restaurante, sala de jogos e outras), os utentes devem forçosamente abandonar a zona dos quartos e atravessar espaços desprotegidos até alcançar os corpos arquitectónicos em que se situam os supracitados espaços.

No entanto, a resolução final aceitou esta solução, complementada com uma área de serviço subterrânea em forma de *T*, ligando todos os quartos entre si, de modo a viabilizar o regular funcionamento deste tipo de unidades hoteleiras.

Assim, o único corpo totalmente novo foi o do actual restaurante, corpo este integrado de uma forma muito natural no espaço, sendo portanto uma criação bem conseguida.

Resta dizer que a área intervencionada é bastante difícil de trabalhar, já que o terreno se apresenta bastante irregular, pelo que um resultado final, em que as arquitecturas estão organicamente inseridas na envolvente, é de louvar.

Foram encontradas soluções de modo a contornar estas dificuldades, como, por exemplo, a decisão de instalar a recepção dos clientes no exterior do recinto muralhado, transportando posteriormente hóspedes e bagagens utilizando uma viatura própria para este efeito.

No que diz respeito à Arqueologia, destacamos o facto de esta ser a única das intervenções por nós estudada em que não existiu qualquer campanha arqueológica.

Em termos do tratamento da envolvente, toda a zona protegida em redor do espaço da Pousada propriamente dita foi intervencionada, de modo a obter um enquadramento condizente com a intervenção realizada.

Podemos dizer que o arranjo paisagístico foi deveras simples, uma vez que os espaços verdes existentes na Pousada de D. Dinis se limitam a uma área bastante restrita e pouco trabalhosa.

No caso da Pousada da Costa, encontramos um equilíbrio evidente entre a especificidade própria do edifício e o programa da Pousada, que obviamente contempla exigências e necessidades próprias de um estabelecimento hoteleiro, das quais depende a sua viabilidade económica.

De um modo geral, o projecto deixa perceber um investimento feito de modo " ...a garantir um diálogo que afirme mais as semelhanças e a continuidade do que cultive a diferença e a ruptura." ²⁰

Esta mesma ideia é reforçada por Távora quando afirma, acerca da intervenção no Convento da Costa, que: "Pretendeu-se aqui um diálogo, não de surdos que se ignoram, mas de ouvintes que desejam entender-se, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a ruptura. Diálogo que constitui um método pelo qual se sintetizaram duas vertentes complementares a considerar na alteração de uma pré-existência: o conhecimento científico da sua evolução e dos seus valores, através da Arqueologia e da História e uma concepção criativa no processo da sua transformação.

É certo que a pousada introduzirá novo uso no velho mosteiro, mas é certo, também, que se os homens fazem as casas, as casas fazem os homens, o que justifica a manutenção, no novo edifício, de uma escala e de um ritual de espaços que, traduzindo a presença de um passado que seguramente não volta, aqui se recordam e utilizam pela actualidade do seu significado.

E o que justificará também, e aqui, uma certa austeridade monástica manifestada através de uma grande economia de meios técnicos e de uma extrema simplicidade nas soluções adoptadas, quer a nível de espaço, quer a nível do seu tratamento e mobiliário, travando uma batalha, talvez perdida, contra o sensacionalismo exibicionista das formas, das cores, dos materiais, que persegue o nosso quotidiano. Enfim, e em resumo, talvez uma manifestação de "saude" da ARCHITECTURA representada nos azulejos do antigo mosteiro..." ²¹

²⁰ TÁVORA, Fernando - Pousada de Santa Marinha, Guimarães. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 130, (1985).

²¹ TRIGUEIROS, Luiz (publ.) - *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993.

Assim, aproveitamos as palavras de Paulo Varela Gomes para dizer que "Para Távora, o projecto é sempre um instrumento de clarificação e revalidação de um território construído e cultural que é necessário não perder... Sendo "lições de história", os projectos de Távora assumem-se também como lições de utilidade da presença da História, sem que isso se traduza em instrumentalização mas em que, tão-pouco, se assuma como mera ilustração."²²

Aquele que é considerado o pai da chamada *Escola do Porto* "was engaged in an effort to reconcile tradition and modernity (...) concentrating on the relation of building to landscape, the use of inflected geometries, and the combination of new and old technologies and materials, Távora's works demonstrate a synthetic and harmonizing power."²³

Decorrente das preocupações ligadas ao aspecto económico, surge a opção pela construção de um corpo novo, previsto de raiz, já que não seria possível dotar a Pousada com o número de quartos exigidos sem desvirtuar o carácter dos espaços construídos existentes.

Acerca do corpo de quartos acrescentado ao corpo conventual, Távora diz ter-se inspirado "...na arquitectura popular minhota, pois procurar uma imitação do barroco ou do romântico não teria qualquer sentido. Quanto a mim, as formas populares são mais realistas e ricas."²⁴

Ainda sobre este aspecto acrescenta o seguinte: "Este pavilhão é como uma fatalidade. Se esta ampliação tivesse sido feita pelos frades do século XVIII seguramente seria algo parecido"²⁵.

²²GOMES, Paulo Varela *Do Inquérito ao Chiado - Nostalgia e Modernidade na cultura arquitectónica portuguesa*: Conferência realizada na Fundação de Serralves em 1991

²³ TESTA, Peter - *The Architecture of Álvaro Siza*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988, pp. 172-173.

²⁴ Entrevista a Fernando Távora. «Diário de Lisboa». (3 Jul. 1986).

²⁵ FRECHILLA, Javier - Conversaciones en Oporto/ Fernando Távora. «Revista Arquitectura». Madrid: [s. n.]. Nº 261, (1986).

Arriscamos dizer (metaforicamente) que, se esses mesmos frades, por suposição, conhecessem o actual aspecto da Pousada certamente a reconheceriam nos seus principais traços formais.

Numa abordagem que relembra em alguns aspectos o passado, inclusivamente no carácter conferido à decoração, verificamos no entanto determinados dados que notoriamente articulam passado e presente, como, por exemplo, os apontamentos de pedra à vista que pontuam algumas das paredes (na sua maioria) rebocadas da Pousada²⁶ ou os arranques das vigas das antigas coberturas.²⁷

Este tipo de *ponte* é também conseguido pelas opções tomadas quanto à exposição dos vestígios arqueológicos descobertos no decorrer das escavações, que surgem, por exemplo, “embutidos” nas paredes, sugerindo inclusivamente as várias camadas físicas e temporais que o edifício *viveu*, assim aliando forma e tempo.²⁸

A propósito da coordenação entre Arquitectura e Arqueologia, devemos lembrar que as escavações arqueológicas se desenvolveram após o início das obras. mas o interesse das descobertas foi determinante na reelaboração da solução em situações de pormenor.²⁹

“ No longo processo de recuperação da pousada um rigorosíssimo estudo arqueológico está na origem da naturalidade e da heresia da “nova arquitectura” que ultrapassa a condição de acrescento ascendendo a parte integrante da História de uma poderosa estrutura em lenta e continuada transformação.”³⁰

²⁶ Foto 66

²⁷ Foto 51

²⁸ Fotos 30 e 32

²⁹ TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: [s. n.], 1998. Dissertação de Mestrado em História da Arte. (policopiado), Catálogo Analítico, p.88

³⁰ SIZA, Álvaro - *Fernando Távora*. Catálogo da Exposição «Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho». Porto: Museu Nacional Soares dos Reis - I.P.M., 1987, p.187.

O trabalho efectuado na recuperação da envolvente paisagística foi de extrema importância para a preservação de um património natural em risco de se perder pelo avançado estado de destruição em que se encontrava antes da intervenção.

Relativamente ao Mosteiro de Santa Maria do Bouro, estamos perante uma intervenção de certa forma mais radical, na medida em que se tratou de uma reconstrução; assim, na nossa opinião, o projecto da Pousada encarna em si um notável equilíbrio entre recuperação e adaptação.

Se, por um lado, conservou a globalidade da estrutura do complexo monástico, por outro lado, dotou o edifício de todas as estruturas indispensáveis à sua nova função. Deste modo, as soluções arquitectónicas de adaptação confrontam-se com o pré-existente num diálogo pacífico e respeitador, embora inovador, e até, em certa medida, radical.

O espírito cisterciense reflecte-se aqui em muitos aspectos, nomeadamente na opção pela depuração no que toca aos acabamentos e soluções decorativas, que assim prolongam toda uma tradição de austeridade e contenção.

Este despojamento é muitas vezes sentido ou interpretado pelos utentes da Pousada como desconforto, habituados que estão a uma outra linha de intervenção que associa o luxo e conforto à quantidade.

Aqui, o luxo existe, já que foram utilizados materiais de elevada qualidade e custo, sem que isto significasse ostentação.

Este tipo de interpretações, decerto já esperadas pelo projectista, não o demoveram da actuação que lhe pareceu mais adequada, assumindo desde logo os riscos decorrentes da inovação.

A arquitectura, pela sua visibilidade, é para Souto Moura uma arte fundamentalmente social, na medida em que a obra, bem ou mal sucedida, interfere directamente na vida das pessoas ou pelos menos não pode por elas ser ignorada.

O factor-decisão, pela sua subjectividade, ganha um enorme peso, sendo passível de um variado leque de reacções e críticas, nem sempre inteligíveis.

Souto Moura considera este facto implícito e simultaneamente inevitável, pelo que opta por correr o risco, já que o sítio é um instrumento, portanto passível de sugerir diversas interpretações.

Baseados na análise dos elementos trabalhados, arriscamos dizer que esta intervenção é a que apresenta um carácter mais diferenciado do habitual no que concerne às opções tomadas pelos projectistas ligados às Pousadas de Portugal.

FONTES INÉDITAS

- Arquivo da D.R.E.M.N.

Castelo de Vila Nova de Cerveira - Processo Administrativo e Iconográfico - XXIX Pastas.

Convento de Santa Marinha da Costa - Processo Administrativo e Iconográfico - XVIII Pastas.

Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Processo Administrativo e Iconográfico - V Pastas.

- Enatur

Memória Descritiva do Estudo Prévio da Pousada de Santa Maria de Bouro
Peças desenhadas da Pousada de Santa Maria de Bouro

- Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

Relatórios de escavação de Santa Maria do Bouro
Textos avulsos sobre Santa Maria do Bouro
Peças desenhadas de Santa Maria do Bouro

BIBLIOGRAFIA¹

ALARCÃO, Jorge de - *Introdução ao estudo da História e Património locais*. Coimbra: Institutos de Arqueologia e de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Alto Minho*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

ALMEIDA, José António Ferreira de (dir.) - *Tesouros Artísticos de Portugal*. Lisboa: EdiClube, 1980.

ALVES, José Maria Gomes - *Património Artístico e Cultural de Guimarães*. Guimarães: [s. n.], 1981. (Barcelos: :Comp. Edit. Do Minho)

ALVES, Lourenço - Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho (Monumentos Cívicos e Militares). «Caminhiana». Caminha: [s. n.]. Vol. 12, ano 7, (1985).

ANDRADE, Sérgio G. - A arquitectura invisível de Souto Moura. Jornal Público, Pública, nº 109. (21 Jun.1998) 38 - 43.

ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. - *The Tourist-Historic City*. London: Belhaven, 1990.

ASSUNTO, Rosário [et al.] - *Les Jardins Historiques : la sauvegarde d'un patrimoine européen*. Luxembourg: Commission Européenne, 1997.

¹ Citada a partir da norma portuguesa para a redacção das referências bibliográficas, NP 405 - 1. 1994.

AZEVEDO, António de - *Santa Maria de Guimarães: um problema de toponímia e arqueologia artística*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1956.

- *Santa Marinha da Costa ou Santa Margarida de Antioquia*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1964.

B., M. - Pousada da Costa é o elefante branco dos investimentos públicos em Guimarães. O Povo de Guimarães. (11 Jul.1984) 1-8.

BALLART, Josep - *El patrimonio histórico e arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel, 1997.

BAPTISTA, António Alçada (apres.) - *Pousadas de Portugal*. Casa & Decoração em co-edição com ENATUR- E.P.

BARBOSA, Gabriela; BELÉM, Margarida da Cunha - *Diálogos de Edificação: estudo de técnicas tradicionais de construção*. Porto: C.R.A.T., 1998.

BENAVENTE, Luís - Um futuro para o passado de Guimarães. «Actas - Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada». Guimarães: [s. n.]. Vol. IV, (1981). (Braga: :Barbosa e Xavier)

BOSCARINO, Salvatore - *Sul restauro dei monumenti*. Milano: Franco Angeli, 1987.

BOTELHO, Leonete - Souto Moura e o seu heterónimo. Jornal Público. (19 Dez.1998) 29.

BRANDI, Cesare - *Teoría de la Restauración*. Madrid: Alianza Forma, 1993.

BRÁSIO, António - O Colégio da Costa e seus Estudos Universitários. «Actas - Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada». Guimarães: [s. n.]. Vol. III, (1981). (Braga: :Barbosa e Xavier)

- *Vida e Obra dos Mestres na Universidade da Costa*. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1983.

C. - Bouro (Santa Maria) Tecto da sacristia retirado para restauro. A Voz da Abadia. (28 Fev.1995).

CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima - *Construir no tempo, building upon time*. Catálogo da exposição. Lisboa: Estar-Editora, 1999.

CAPITEL, Antón - *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

CARDOSO, António - *S. Gonçalo de Amarante: lenda e história, o seu culto, iconografia amarantina, exposição biblio-iconográfica*. Amarante: Câmara Municipal de Amarante, 1978.

- O Convento de S. Gonçalo de Amarante: Utilização e Reutilizações. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 4, (Setembro, 1995).

CASTRO, Leite de - Convento da Costa: extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Nº 3 (2), (Abril/Junho, 1886), pp. 102-112.

CÉSAR, Amândio - Um mosteiro abandonado: o de Santa Maria de Bouro. Diário Ilustrado. (18 Set.1958) 1-6.

CESCHI, Carlo - *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni Editore, 1970.

COCHERIL, Maur - *Notes sur l'Architecture et le Décor dans les Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

- *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris-Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

COMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES - A Community policy on tourism: initial guidelines. «Bulletin of the European Communities». Supplement 4/82, (1982).

Convento de Bouro não deve tornar-se hotel. «Jornal de Notícias». (8 Dez.1992).

COSTA, Augusto - Convento de S. Gonçalo de Amarante: utilizações. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 4, (Setembro, 1995).

COSTA, Jorge da - Acerca da inserção urbana do Convento de S. Gonçalo de Amarante. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 4, (Setembro, 1995).

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra - *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto Lda., 1992.

CRAVO, Maria do Rosário T. - Alteração da pedra da Igreja de S. Gonçalo de Amarante: a acção dos pombos. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 4, (Setembro, 1995).

CRUS, Frei Christovão da - Convento da Costa: Memoria das noticias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartorio pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXVII, nº 1, (Janeiro, 1910), pp. 30 - 43.

- Convento da Costa: Memória das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartório pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXVII, nº 2, (Abril, 1910), pp. 57 - 72.
- Convento da Costa: Memória das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartório pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXVII, nº 3/4, (Julho/Outubro, 1910), pp. 137 - 171.
- Convento da Costa: Memória das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartório pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXVIII, nº 1/2, (Janeiro/Abril, 1911), pp. 65 - 83.
- Convento da Costa: Memória das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartório pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXVIII, nº 3/4, (Julho/Outubro, 1911), pp. 163 - 173.
- Convento da Costa: Memória das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartório pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXIX, nº 1, (Janeiro, 1912), pp. 37 - 44.
- Convento da Costa: Memória das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartório pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXIX, nº 2, (Abril, 1912), pp. 79 - 85.

- Convento da Costa: Memoria das noticias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartorio pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXIX, nº 3, (Julho, 1912), pp. 136 - 139.

- Convento da Costa: Memoria das noticias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartorio pello R.^{mo} D.^{or} Fr. Christovão da Crus, Monge de S. Jeronimo, Lente de Prima e Vice Reitor da Universidade de Coimbra. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXIX, nº 4, (Outubro, 1912), pp. 168 - 184.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da - *Senhora da Abadia: monografia histórico-descritiva*. Braga: Confraria de N. Sr.^a. da Abadia, 1977.

DE FUSCO, Renato - *La idea de Arquitectura: Historia de la crítica desde Viollet-le-Duc a Persico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976.

DIAS, Manuel - Assim se faz a História. Jornal de Notícias. (1 Nov.1977).

Entrevista a Fernando Távora. «Diário de Lisboa». (3 Jul.1986).

ESPERANÇA, Eduardo Jorge - Património: a mediação em busca do tempo perdido. «Economia e Sociologia». Évora: Centro de Estudos de Economia e Sociedade - Midesa. Nº 54, (1992), pp. 91-124.

FEILDEN, Bernard M. - *Conservation of Historic Buildings*. [s. l.]: Butterworth Architecture, 1994.

FIDALGO, Joaquim - Renascer das Cinzas. Jornal Público, Pública, nº 109. (21 Jun.1998) 44-45.

FONTE, Barroso da - *Pousada de Santa Marinha da Costa*. Lisboa - Mafra: Elo, 1995.

FONTES, Luís F. de Oliveira - *Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Amares: estudo histórico-arqueológico*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1996.

FOWLER, P. - Archaeology, the public and the sense of the past. In LOWENTHAL, D.; BINNEY, M. - *Our Past Before Us*. London: Temple Smith, 1991.

FRANÇA, José Augusto - *A Arte em Portugal no século XX*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1984.

FRECHILLA, Javier - Conversaciones en Oporto/ Fernando Távora. «Revista Arquitectura». Madrid: [s. n.]. Nº 261, (1986).

GONÇALVES, P^o. Alberto - Os dois mais ilustres alunos do colégio do Mosteiro da Costa. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XLI, nº 3, (Julho/Setembro, 1931), pp. 183 - 196.

- Convento da Costa: lembrança de algumas notas que podem servir para o tempo futuro. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XLI, nº 4, (Outubro/Dezembro, 1931), pp. 229 - 237.

GÖSSEL, Peter; LEUTHÄSER, Gabriele - *Arquitectura no Século XX*. Colónia: Taschen, 1996.

GRAF, Gerhard N.; GUSMÃO, Artur Nobre de - *Portugal Roman*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1988.

GUERREIRO, Duarte; BOBONE, Vasco (coord.) - *Pousada de Santa Maria do Bouro*. Lisboa: ENATUR, S.A., 1997.

GUIMARÃES, Agostinho - *Azulejos de Guimarães*. Guimarães: [s. n.], 1997. (Maia::Gráfica Maiadouro) pp. 113 - 126.

GUIMARÃES, Alfredo - A Varanda de Frei Jerónimo. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. XXXI, nº 4, (Outubro, 1921), pp. 293 - 299.

GUSMÃO, Artur Nobre de - *A expansão da arquitectura borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*. Lisboa: [s. n.], 1956.

- Os Mosteiros de Cister na época moderna. «Lusíada». Porto: [s. n.]. Vol. III, nº 10, (1957).

HEWISON, R. - Heritage: an interpretation. In Uzzel, D. - *Heritage Interpretation*. London: Belhaven, 1989. Vol. I

- Historic Buildings and Monuments. In *A Queen's Progress*. Edinburgh: HMSO.

JORGE, Fernando - Uma Ruína Em Boa Forma. Jornal Público, Pública, nº 201. (2 Abr.2000).

LOPES, Felisbela - Onde pára o dinheiro da abadia. Jornal Público. (5 Dez.1992).

- Abadia do Bouro será transformada em Pousada. Jornal Público. (30 Mar.1994) 27.

LOPES, Flávio (coord.) - *Critérios: classificação de bens imóveis*. Lisboa: I.P.P.AR., 1996.

- *Legislação Nacional: património arquitectónico e arqueológico*. Lisboa: I.P.P.AR., 1996.

- *Cartas e Convenções Internacionais: património arquitectónico e arqueológico*. Lisboa: I.P.P.AR., 1996.

LOWENTHAL, D. - Dilemmas of preservation. In LOWENTHAL, D.; BINNEY, M. - *Our Past Before Us*. London: Temple Smith, 1981

M., E. J. - IPPC responsabiliza-se pela recuperação. Jornal Público. (16 Set.1990).

MARQUES, Gina de Azevedo - Poucos arquitectos merecem reconhecimento. Jornal Público. (6 Abr.1999) 26.

MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

MARQUES, Maria Alegria - *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri, 1998.

MATTOSO, José [et al.] - *Guimarães, Cidade Património Mundial: um objectivo estratégico*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998.

MENDES, Pedro Rosa - Edifício Moderno com Pedras Antigas. Jornal Público. (30 Ago.1990) 17.

MORALES, Alfredo J. - *Património histórico-artístico*. Madrid: Historia 16, 1996.

MOREIRA, Rafael, (dir.) - *História das Fortificações Portuguesas no Mundo. In Portugal no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

Mosteiro de Bouro motiva protestos da Câmara de Amares ao IPPC. «Jornal de Notícias». (17 Set.1989) 12.

MOTA, Salvador Magalhães - *O Mosteiro de Santa Maria do Bouro: propriedades e rendas (1665-1775)*. Porto: [s. n.], 1989. Dissertação de Mestrado em História Moderna (policopiado).

MOURA, Eduardo Souto de - *Reconversão do Convento de Santa Maria do Bouro numa Pousada*. «Architécti». Lisboa: Trifório Lda.. Nº 41, (1998).

NEIRA, Fray M. Damian Yañes - *El Monasterio de Santa Maria de Bouro y los Cistercienses*. «Mínia», 3ª série. Braga: ASPA. Ano III, (1995).

NEMÉSIO, Vitorino - *Sítios e Pousadas*. [s. l.]: M.C.S., 1974. Vol. I

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista - *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Lisboa: [s. n.], 1995. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. (policopiado)

NUNES, João Paulo Avelãs - *Património Cultural o que é?*. «Vértice», 2ª Série. Lisboa: Ed. Caminho. Nº 54, (Maio/Junho, 1993), pp. 5 - 35.

Obras no Convento de Bouro avançam já no próximo ano. «Jornal de Notícias». (19 Set.1990).

Obras no Convento de Bouro participadas pelo Estado. «Jornal de Notícias». (28 Nov.1990) 18.

PANOFSKY, Erwin - *O Significado nas Artes Visuais*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PEREIRA, Paulo (coord.) - *Intervenções no Património, 1995-2000*. Lisboa: I.P.P.AR., 1997.

- PERES, Damião - *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*. Porto: [s. n.], 1969.
- PERETTI, Laura (org.) - *Eduardo Souto de Moura: Temi di progetti*. Milão: Skirà Editori, 1998.
- PINTO, Eugénio - Eduardo Souto Moura "Acredito na transpiração e não na inspiração". Jornal de Notícias, Notícias Magazine. (25 de Jul.1999).
- Porta ou placa estão a mais em Vila Nova de Cerveira. «O Primeiro de Janeiro». (5 Out.1976).
- PORTAS, Nuno - *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro - I.P.M., 1983.
- Pousada de Cerveira, quando fica pronta?. «Jornal de Notícias». (3 Fev.1981).
- PRENTICE, Richard - *Tourism and heritage attractions*. London: Routledge, 1993.
- Presidente do IPPC visita Convento de Bouro. «Jornal de Notícias». (8 Mar.1989) 16.
- REAL, Manuel Luís - O Convento da Costa. «Actas - Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada». Guimarães: [s. n.]. Vol. IV, (1981). (Braga: :Barbosa e Xavier)
- Recuperação do Convento de Bouro excluída do PIDDAC. «Jornal de Notícias». (1 Dez.1992).
- ROCCHI, Giuseppe - *Istituzioni di restauro dei beni architettonici e ambientali*. Milano: Editore Ulrico Hoepli, 1990.

RODRIGUES, Jorge; VALLE PÉREZ, Carlos (coord.) - *Arte de Cister em Portugal e Galiza, Arte del Cister en Galicia y Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

RODRIGUES, Maria João; SOUSA, Pedro; BONIFÁCIO, Horácio - *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*. Coimbra: Quimera Editores, 1996.

ROSAS, Lúcia - *Monumentos Pátreos*. Porto: [s. n.], 1995. Dissertação de Doutoramento em História da Arte. (policopiado)

RUÃO, Carlos - O Convento de S. Gonçalo de Amarante: o microcosmos da Arquitectura Maneirista no Noroeste de Portugal. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 4, (Setembro, 1995).

S., A. - Castelo de V. N. de Cerveira e Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Monumentos Nortenhos passam a pousadas. Diário de Notícias. (17 Jan.1978) 13.

S. Martinho de Tibães: Misérias e Grandezas. «A Capital». (19 Jan.1987).

S. Martinho de Tibães: A Destruição. «A Capital». (2 Fev.1987).

SÁ, Artur Moreira - *A Universidade da Costa no Século XVI (1537- 1550)*. [s. l.: s. n.], 1982.

SANPAOLESI, Piero - *Discorso sulla metodologia generale del restauro dei monumenti*. Firenze: Editrice Adam, 1990.

SILVA, Domingos M. da - *Entre Homem e Cávado em meados do séc. XVIII - Memórias Paroquiais*. Braga: [s. n.], 1985.

SILVA, Germano; DUARTE, Luís Miguel (coord.) - *Dicionário de personalidades portuenses do séc. XX*. Porto: Porto Editora, 2001.

SILVA, Gomes da - Monumentos Nacionais: orientação técnica a seguir no seu restauro. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Porto: D.G.E.M.N. - M.O.P.. Nº 1, (1935).

SIZA, Álvaro - *Fernando Távora*. Catálogo da Exposição «Arquitectura, Pintura, Escultura, Desenho». Porto: Museu Nacional Soares dos Reis - I.P.M., 1987.

SMITH, Robert C. - *Cadeiras de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1968.

SOARES, José Alexandre - A reforma do ensino da arquitectura. «Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes». Lisboa: A.S.P.. Ano IV, (1908).

SOUSA, José João Rigaud de - Mosteiros do Concelho de Amares. «Mínia», 2ª série. Braga: ASPA. Ano II, nº3, (1979).

SOUSA, Rui Ferreira; SALEMA, Isabel - O discípulo que já é mestre. Jornal Público. (19 Dez.1998) 28.

SOUTINHO, Alcino - Recuperação e Adaptação do Convento de S. Gonçalo. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. Nº 4, (Setembro, 1995).

SOUTO DE MOURA, Eduardo [et al.] - *Santa Maria do Bouro, construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro*. Lisboa: White and Blue, 2001.

STEFANO, Roberto Di - *Il Recupero dei Valori: centri storici e monumenti limiti della conservazione e del restauro*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1979.

TÁVORA, Fernando - Pousada de Santa Marinha, Guimarães. «Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais». Lisboa: D.G.E.M.N.. N° 130, (1985).
- *Guimarães do passado e do presente*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985.

TESTA , Peter - *The Architecture of Álvaro Siza*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988.

TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: [s. n.], 1998. Dissertação de Mestrado em História da Arte. (policopiado)

TORRES, Cláudio; JORGE, Vítor Oliveira (coord.) - *A arqueologia e os outros "Patrimónios"*. Porto: A.D.E.C.A.P., 1999.

TORSELLO, Paolo - *Restauro Architettonico: padri, teorie, immagini*. Milano: Franco Angeli, 1994.

TRIGUEIROS, Luiz (publ.) - *Eduardo Souto Moura*. Lisboa: Editorial Blau, 1994.
- *Fernando Távora*. Lisboa: Editorial Blau, 1993.

Um convento abandonado e triste. «Diário Ilustrado». (29 Dez.1956).

Unidade de Arqueologia empenhada em cinco projectos de investigação. «Jornal de Notícias». (8 Mar.1989) 16.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. - Restauration. In *Dictionnaire Raisonné de L'Architecture Française*. Paris: A. Morel Éditeur, 1864. Vol. 8

- *Entretiens sur l'Architecture*. Londres: Gregg Press, 1965.

V., J. P. - 45 ou 50.000 contos para uma Pousada. Cerveira Livre. (2 Jun.1975).

INTERNET

www.ippar.pt - I.P.P.AR. [Instituto Português do Património Arquitectónico]

www.monumentos.pt - D.G.E.M.N. [Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais]

www.pousadas.pt - ENATUR [Empresa Nacional de Turismo, S. A.]